

PUCRS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

JULIANO OLIVEIRA RODRIGUES

EDITORIAL JORNALÍSTICO: UMA ANÁLISE DO MANDATO DE EDUARDO CUNHA À
FRENTE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA SOB A ÓTICA DE TRÊS JORNAIS BRASILEIROS

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

JULIANO OLIVEIRA RODRIGUES

**Editorial jornalístico: uma análise do mandato de Eduardo Cunha à frente da
Presidência da Câmara sob a ótica de três jornais brasileiros**

Porto Alegre, 2017

JULIANO OLIVEIRA RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em
Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de
mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt

Porto Alegre, 2017

Ficha Catalográfica

R696e Rodrigues, Juliano Oliveira

Editorial jornalístico : uma análise do mandato de Eduardo Cunha à frente da presidência da câmara sob a ótica de três jornais brasileiros / Juliano Oliveira Rodrigues . – 2018.

141 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Mídia impressa. 4. Editoriais. 5. Discurso. I. Hohlfeldt, Antônio Carlos. II. Título.

JULIANO OLIVEIRA RODRIGUES

COMUNICAÇÃO

Editorial jornalístico: uma análise do mandato de Eduardo Cunha à frente da
Presidência da Câmara sob a ótica de três jornais brasileiros

AGRADECIMENTOS

A Jucelia Oliveira Rodrigues, mãe e professora, pelo carinho e incentivo na busca pelo conhecimento e por ser um exemplo de determinação e de respeito a sua profissão. A Gerson Fernandes Rodrigues, pai, e João Paulo Oliveira Rodrigues, irmão, pelo apoio incondicional que certamente fez a diferença para que esse trabalho fosse produzido.

Aos vários colegas e amigos que o jornalismo me proporcionou, pela contribuição, mesmo que involuntária, na discussão do produto final da nossa fascinante profissão. Em especial à jornalista Rosane de Oliveira, companheira de sala durante quatro anos, pelos ensinamentos diários e por incentivar o olhar crítico ao jornalismo, fator fundamental não apenas no exercício diário da profissão em uma redação, mas principalmente no meio acadêmico.

À professora Doris Haussen, que me orientou pelo caminho dessa dissertação durante um ano e meio e, em especial, ao professor Antonio Hohlfeldt, pelo breve, porém muito rico, período de convivência na reta final do curso.

Por fim, aos amigos que me acompanharam durante essa trajetória, pelo incentivo e pelo afeto em todos os momentos em que necessitei.

RESUMO

À luz da influência dos processos sociopolíticos no trabalho jornalístico, a pesquisa pretende verificar como três jornais brasileiros se posicionaram em seus editoriais durante o período em que o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) presidiu a Câmara Federal. Isso será feito por meio da análise de nove editoriais dos jornais O Estado de S.Paulo, O Globo e Zero Hora, sendo três de cada um.

A pesquisa se detém aos editoriais dos periódicos a partir de três recortes de tempo pré-estabelecidos e que foram marcantes para a trajetória do parlamentar. Foram escolhidos os seguintes momentos: eleição para a presidência da Câmara e rompimento com o governo Dilma Rousseff, denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) e *impeachment* da presidente Dilma, início do processo de cassação do seu mandato e o afastamento por decisão judicial.

O método utilizado é a Hermenêutica de Profundidade de Thompson. A técnica é a análise discursiva de Patrick Charaudeau. Em um primeiro passo, é feita a explicitação das estratégias metodológicas e uma revisão bibliográfica sobre o jornalismo e o gênero editorial. Em seguida, a análise é realizada a partir dos seus três momentos: análise sócio-histórica, análise discursiva e interpretação e reinterpretação.

A conclusão é de que houve uma forte transformação no discurso editorial das empresas jornalísticas que integram o corpus, mediante a influência do contexto político da época e pela própria identidade de cada uma das publicações.

Palavras chave: Comunicação. Jornalismo. Mídia impressa. Editoriais. Discurso.

ABSTRACT

From the influence of sociopolitical processes in journalistic routines, the research intends to verify how three Brazilian newspapers have positioned themselves in their editorials during the period in which the former Federal Deputy Eduardo Cunha (PMDB-RJ) presided over the Federal Chamber. This will be done through the analysis of nine editorials of O Estado de S.Paulo, O Globo and Zero Hora newspapers, three of each.

The research focuses on the editorials of the periodicals from three pre-established time-cuts and that were remarkable for the trajectory of the parliamentarian. The following moments were chosen: election to the presidency of the Chamber and break with the Dilma Rousseff government, denunciation to the Federal Supreme Court (STF) and *impeachment* of President Dilma, initiation of Cunha's cassation process and his removal by judicial decision.

The method used is Thompson's Depth Hermeneutics. The technique is the discursive analysis of Patrick Charaudeau. In a first step, it is made explicit the methodological strategies and a bibliographical revision on the journalism and the editorial genre. Then, the analysis is performed from its three moments: socio-historical analysis, discursive analysis and interpretation and reinterpretation.

The conclusion is that there was a strong transformation in the editorial discourse of journalistic companies that make up the corpus, through the influence of the political context of the time and the very identity of each of the publications.

KEYWORDS: Communication. Journalism. Press Media. Editorials. Speech.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Orientações para identificação dos dados externos do discurso	25
Tabela 2 - Orientações para identificação dos dados internos do discurso	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O PERSONAGEM E A METODOLOGIA PARA ESTUDÁ-LO	14
2.1	O papel de Eduardo Cunha na política do Brasil	14
2.2	Estratégias metodológicas	17
2.2.1	A Hermenêutica de Profundidade como referencial técnico-metodológico	18
2.2.2	A Análise de Discurso na pesquisa social	24
3	O GENERO JORNALÍSTICO DO EDITORIAL E SEU MODUS OPERANDI NA SOCIEDADE	29
3.1	O jornalismo de massa e a mídia impressa	30
3.2	Editorial: a construção do discurso e um histórico de <u>O Estado de S.Paulo</u>, <u>O Globo</u> e <u>Zero Hora</u>	43
3.2.1	<u>O Estado de S.Paulo</u>	43
3.2.2	<u>O Globo</u>	46
3.2.3	<u>Zero Hora</u>	48
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS EDITORIAIS	51
4.1	Da eleição ao rompimento com o governo, uma análise sócio-histórica	51
4.1.1	Análise discursiva	54
4.1.1.1	<u>O Estado de S.Paulo</u>	54
4.1.1.2	<u>O Globo</u>	58
4.1.1.3	<u>Zero Hora</u>	61
4.1.2	Interpretação/Reinterpretação	64
4.1.2.1	<u>O Estado de S.Paulo</u>	64
4.1.2.2	<u>O Globo</u>	66
4.1.2.3	<u>Zero Hora</u>	67
4.2	Um presidente denunciado conduz o <i>impeachment</i>, uma análise sócio-histórica	67
4.2.1	Análise discursiva	70
4.2.1.1	<u>O Estado de S.Paulo</u>	70
4.2.1.2	<u>O Globo</u>	74

4.2.1.3 <u>Zero Hora</u>	78
4.2.2 Interpretação/Reinterpretação	81
4.2.2.1 <u>O Estado de S.Paulo</u>	82
4.2.2.2 <u>O Globo</u>	83
4.2.2.3 <u>Zero Hora</u>	84
4.3 O mais longo processo de cassação e o afastamento judicial, uma análise sócio-histórica	84
4.3.1 Análise discursiva	88
4.3.1.1 <u>O Estado de S.Paulo</u>	88
4.3.1.2 <u>O Globo</u>	92
4.3.1.3 <u>Zero Hora</u>	96
4.3.2 Interpretação/Reinterpretação	99
4.3.2.1 <u>O Estado de S.Paulo</u>	100
4.3.2.2 <u>O Globo</u>	101
4.3.2.3 <u>Zero Hora</u>	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
7 ANEXOS	126

1 INTRODUÇÃO

A ideia de realizar o presente estudo nasceu de uma inquietação sobre o comportamento das empresas jornalísticas diante das atitudes de figuras políticas polêmicas, como o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Alçado ao cargo de presidente da Câmara, em 2015, o parlamentar teve um mandato repleto de episódios controversos, sendo o principal o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, liderado por ele. A partir disso, foram escolhidos nove editoriais, três de cada jornal, sobre os momentos mais emblemáticos da sua passagem pelo cargo.

O editorial é um dos gêneros mais importantes do jornalismo, por atuar como reflexo das opiniões que constituem as empresas jornalísticas e por ser uma espécie de indicador que tenta pautar a opinião pública. Ou seja, o editorial pretende persuadir o leitor a aceitar e adotar posicionamento assumido pela empresa jornalística diante de um determinado acontecimento. Nesse processo de argumentação, a opinião proferida pelo editorial se constitui por meio de uma série de discursos das instituições e pessoas que se ligam à dinâmica de influência de uma empresa de comunicação, e de sua ideologia.

Vivemos em um contexto de incertezas e de mudanças da instituição jornalística. Por isso, a identificação do discurso dos jornais ajuda a compreender como o jornalismo tenta justificar a sua pertinência social. Essa legitimação precisa, cada vez mais, ser reiterada, para que os jornais mantenham as suas funções perante a sociedade. A presente pesquisa parte da ideia de que as empresas de jornalismo não são agentes alheios aos acontecimentos que comentam, embora muitas vezes defendam isso de maneira a garantir uma pretensa legitimidade perante a sociedade.

As empresas jornalísticas são cercadas por seus próprios interesses e eles podem, sim, influenciar a cobertura diária e, principalmente, os editoriais. Por gozarem de caráter institucional, os editoriais são textos nos quais o jornal apresenta suas ideias e se coloca como representante do interesse público.

Diante destas reflexões preliminares, desenha-se a questão a conduzir a pesquisa: como se comportaram três grandes jornais brasileiros diante da rápida ascensão de um político que tinha, no currículo, diversas suspeitas de corrupção desde que iniciou sua carreira, ainda nos anos 1980, e de sua atuação como chefe do Legislativo? Foram escolhidos três dos principais periódicos do Brasil: O Estado de S.Paulo, de São Paulo; O Globo, do Rio de Janeiro; e Zero Hora, de Porto Alegre. As ações de Cunha ocorreram em um complexo

contexto, com o recrudescimento da crise política, crise entre Poderes e alta rejeição popular à classe política, o que torna o objeto da análise ainda mais relevante. Além disso, ocorreu o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, conduzido por Cunha na Câmara dos Deputados, em um primeiro momento, e finalizado no Senado.

O presente trabalho se sustenta, a priori, em cinco categorias utilizadas por John B. Thompson: *Cultura, Comunicação, Mídia, Poder e Ideologia*. Além dos conceitos do autor, a dissertação, no que tange às análises, cruzará reflexões de pesquisadores da área da comunicação, como Luiz Beltrão, José Marques de Melo, Javier Noci e Emy Armañanzas. A técnica será a análise de discurso a partir dos conceitos de Patrick Charaudeau e de Dominique Maingueneau, principalmente no que tange à argumentação, ao contrato de comunicação e ao processo de enunciação. A escolha dos autores, tanto para a metodologia, quanto para a técnica, se deu devido à aderência dos seus ensinamentos ao campo da comunicação e à liberdade que concedem às interpretações, por parte do pesquisador.

A análise dos editoriais tem como objetivo verificar se houve transformação no discurso das empresas que comandam os três jornais citados a respeito da atuação de Eduardo Cunha como presidente da Câmara. Para isso, foram examinadas também as influências dos contextos sociopolíticos, econômicos e culturais. Partiu-se da hipótese de que os movimentos populares, iniciados ainda em 2015, de protestos contra a corrupção e contra o governo Dilma, além do declínio da economia, com aumento do desemprego e enfraquecimento de empresas, e a atuação dos órgãos de fiscalização contra Eduardo Cunha, podem ter modificado a postura dos três jornais sobre o deputado. Entra nesse contexto a relação do discurso editorial, a partir da missão e dos valores de cada empresa jornalística, com os Poderes da República.

Por isso, o trabalho analisou se houve alguma transformação discursiva e também de que maneira os jornais se posicionaram diante de acontecimentos tão relevantes, a partir de três recortes considerados os mais expressivos na trajetória de Cunha. Em um primeiro momento, foi analisado como as empresas jornalísticas trataram a eleição de Eduardo Cunha para o comando e presidência da Câmara e o rompimento entre Cunha e o governo Dilma. Depois, a atuação do peemedebista no *impeachment* da presidente. Por fim, foram estudados os editoriais a respeito da denúncia contra Cunha no Supremo Tribunal Federal, seu processo de cassação e seu afastamento determinado pela Justiça.

No primeiro capítulo, são explicitadas as estratégias metodológicas, com a exposição dos conceitos que tornam a Hermenêutica de Profundidade (HP) um referencial teórico para a

pesquisa. Também é abordada a análise de discurso na pesquisa social sob o ponto de vista de Charaudeau. O segundo capítulo traz uma revisão bibliográfica sobre o jornalismo de uma maneira geral, sobre o editorial enquanto gênero jornalístico e sobre os jornais escolhidos para a análise. A seguir, é feita a aplicação do método nos três diferentes recortes de tempo.

O método da Hermenêutica de Profundidade (HP) de Thompson permite, por meio das suas três etapas, que a pesquisa valorize o contexto histórico da época em que foram publicados os editoriais. A análise sócio-histórica é a primeira etapa, quando situamos o cenário político e social daquele momento. Depois, a HP utiliza a análise formal discursiva, que, nessa dissertação, será substituída pela análise de discurso de Patrick Charaudeau. Os textos foram estudados pelo viés dos dados externos e internos que compõem o discurso. Assim, foi possível verificar como e sob quais influências foram construídos os editoriais. Por fim, a interpretação e a reinterpretação permitiram que os dados coletados fossem analisados à luz do que é visto nas outras etapas do processo metodológico.

Os editoriais dessa pesquisa foram escolhidos conforme a relevância para cada recorte de tempo. No entanto, a dissertação não se restringiu a esses textos, trazendo também outros editoriais de períodos anteriores ou subsequentes, que auxiliaram principalmente a compreender como se forma a identidade do discurso em análise.

2 O PERSONAGEM E A METODOLOGIA PARA ESTUDÁ-LO

A seguir, expomos os motivos pelos quais escolhemos analisar o discurso editorial de três grandes jornais sobre a figura de Eduardo Cunha. A explicação passa pela biografia do ex-deputado fluminense e pela relevância que acabou obtendo, ao ser eleito para presidir a Câmara dos Deputados. O que se pretende, neste capítulo, é situar o principal personagem da análise a partir das informações disponíveis sobre a sua atuação como agente político. Em seguida, no momento em que for feita a análise sócio-histórica, uma das etapas da metodologia escolhida, o contexto das atitudes de Cunha será mais amplamente contemplado. Por enquanto, o capítulo vai se deter a um breve apanhado sobre a trajetória do ex-parlamentar.

2.1 O papel de Eduardo Cunha na política do Brasil

Eduardo Consentino Cunha nasceu no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1958, filho de Elcy Teixeira da Cunha e Elza Constantino, descendentes de italianos (Cunha possui cidadania italiana). O seu primeiro emprego foi de corretor de seguros, quando ainda tinha 14 anos. Graduado em Economia pela Universidade Cândido Mendes, Cunha também foi auditor na empresa Arthur Andersen. A exemplo de muitos políticos, Eduardo Cunha teve o seu primeiro contato com eleições como assessor do então candidato do PDS ao governo de Minas Gerais em 1982, Eliseu Resende. Cunha também assessorou Moreira Franco durante a sua candidatura ao governo fluminense em 1986 (VEJA, 2015).

A primeira filiação de Eduardo Cunha foi ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN), em 1989, por convite de Paulo César Farias. Naquele ano, Cunha assumiu a tesouraria do comitê central de campanha no Rio do então candidato à Presidência Fernando Collor de Mello. Na época, Cunha tinha apenas 30 anos e já começava a obter espaço na política, ainda que fosse nos bastidores (ISTOÉ, 2013). Com a eleição de Collor, Cunha foi convidado a compor o núcleo econômico de governo, mas declinou o convite e, dois anos depois, foi nomeado pelo presidente para assumir a Telecomunicações do Rio de Janeiro (TELERJ), empresa pública do Grupo Telebrás.

É importante lembrar que a atuação de Eduardo Cunha à frente da TELERJ se dedicou basicamente a enfraquecer a companhia, já que o programa de governo de Collor previa a privatização de estatais (ISTOÉ, 2013). Uma das primeiras medidas mais polêmicas de Cunha foi vincular a comissão de licitações da estatal ao seu próprio gabinete. Em pouco tempo, começaram a surgir denúncias de corrupção contra ele. A primeira investigação partiu do

Tribunal de Contas da União, que apontou irregularidade na contratação de comissionados, falhas em licitações para edição das listas telefônicas e tratamento suspeito a fornecedores. O caso mais expressivo dizia respeito à assinatura de um aditivo de mais de US\$ 90 milhões com a empresa NEC do Brasil, feito à revelia e sem a abertura de licitação. A suspeita de superfaturamento, porém, não avançou.

Eduardo Cunha comandou a TELERJ até 1993, quando foi exonerado meses após o *impeachment* de Collor. Cunha chegou a ser investigado por integrar o esquema de corrupção de PC Farias. Apenas em 1996, Cunha e outras 41 pessoas foram autuadas em um dos processos (O GLOBO, 2016). Ele chegou a ser réu, acusado de envolvimento com Jorge Luiz Conceição, operador das contas fantasmas do esquema de corrupção, mas a ação contra Cunha foi trancada pela Justiça Federal.

Depois de deixar o comando da companhia, Eduardo Cunha passou a trabalhar como operador na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, além de prestar consultoria para empresas. Durante esse período, Cunha aproximou-se do deputado Federal Francisco Dornelles, do PPB. Por influência do mesmo, acabou se filiando ao partido. Foi a partir dali que Eduardo Cunha começou a vislumbrar mais concretamente um caminho como agente político, e não mais apenas como um homem dos bastidores do poder (ISTOÉ, 2013).

O empresário Francisco Silva, deputado federal pelo Rio de Janeiro, tornou-se o padrinho político de Cunha. A relação entre os dois começou de uma maneira curiosa: quando Eduardo Cunha ainda presidia a Telerj, ele auxiliou o empresário, que também era dono da Rádio Melodia FM (de cunho evangélico), a obter uma linha telefônica. Além disso, ajudou Silva a renegociar uma dívida de cerca de R\$ 15 milhões com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A influência de Cunha foi tão exitosa que a quitação da dívida saiu por menos de 20% do valor original. A partir dessa boa relação, Eduardo Cunha conquistou espaço na emissora de rádio, prestando serviços como radialista, e passou a frequentar cultos evangélicos. Mais tarde, os dois chegaram a ser sócios em uma empresa de turismo (VEJA, 2015).

A primeira candidatura de Eduardo Cunha a um cargo público ocorreu em 1998, quando tentou uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Filiado ao PPB na época, Cunha obteve 15 mil votos e acabou como suplente de deputado estadual. No entanto, os laços com o empresário Francisco Silva voltaram a ajudar Cunha em 1999, quando o então governador Anthony Garotinho nomeou o empresário para a pasta da Habitação. Silva, então, chamou Cunha para ser o seu subsecretário (ISTOÉ, 2013). Como a secretaria acabou sendo

extinta meses depois, e substituída pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), Silva decidiu reassumir o seu mandato como deputado federal e indicar Cunha para assumir a presidência da empresa pública.

Não demorou muito para que Cunha deixasse o cargo. Em abril de 2000, denúncias de irregularidades em contratos, assinados sem licitação, e favorecimento a empresas fantasmas derrubaram o político do cargo. Uma das acusações envolvia o suposto favorecimento a uma construtora ligada a um filiado do PRN em quatro licitações, que somavam mais de R\$ 30 milhões, para a construção de unidades habitacionais. Segundo a investigação do Ministério Público, a empresa não teria condições de tocar a obra. Ex-advogado de Paulo César Faria, Jorge La Salvia também teria sido favorecido por Cunha (VEJA, 2015). A empresa que ele representava venceu duas concorrências para auditar contratos imobiliários devido à influência do então presidente da companhia. Essas irregularidades só foram levadas adiante em 2001, quando o Tribunal de Contas do Estado reconheceu os problemas e notificou Cunha a respeito, mas os processos não resultaram em qualquer condenação.

Os laços com Garotinho eram tão fortes que o governador manobrou, mediante indicações de deputados para cargos no governo, para que Cunha assumisse uma vaga na Assembleia Legislativa em 2001. Com isso, ele garantiu foro privilegiado nas investigações. Mesmo com tantas suspeitas contra si, Cunha aumentava gradativamente a sua influência nos bastidores da política e começava a consolidar uma base eleitoral entre os evangélicos. Ele tinha espaços diários na Melodia FM para falar sobre diversos assuntos, com os boletins sendo encerrados pelo bordão “o povo merece respeito”. O resultado disso tudo foi que, em 2002, apoiado por Garotinho, Cunha elegeu-se deputado federal, obtendo mais de 100 mil votos (UOL, 2002).

Em 2003, Cunha trocou de partido, deixando o PP (antigo PPB) e migrando para o PMDB. Ao longo das duas eleições seguintes, conseguiu aumentar a sua votação e obter a reeleição nas duas oportunidades. Em 2006, recebeu 130.773 votos (UOL, 2006). Em 2010, a votação saltou para 150.616 votos (UOL, 2010). Nas duas eleições, Cunha contou com forte aporte financeiro da empreiteira Camargo Corrêa (O GLOBO, 2015). Foi também em 2010 que o deputado rompeu com o ex-apoiador Anthony Garotinho. O motivo da cisão seria o avanço de Cunha sobre o eleitorado de Garotinho, ganhando espaço entre os evangélicos, além da aproximação de Cunha ao rival de Garotinho Sérgio Cabral Filho (VEJA, 2015).

A partir de 2013, a liderança de Cunha nos bastidores da Câmara passou a tornar-se mais efetiva, quando ele foi eleito líder do PMDB. Classificado pelo antigo aliado Garotinho

como *deputado-lobista*, Cunha, segundo reportagens de jornais, teria listas com empresas que tiveram benefícios com a sua atuação parlamentar, a maioria ligadas à construção civil e ao ramo da telefonia (OESP, 2015). A atuação obscura de Cunha nos bastidores refletiu-se nas urnas, em 2014, quando, com uma campanha milionária, sustentada por empresas, obteve mais de 230 mil votos e foi eleito o terceiro deputado federal mais votado do Estado do Rio de Janeiro.

No que tange às posições políticas do parlamentar, fica evidente que Cunha foi um dos mais conservadores do parlamento desde o momento em que assumiu como deputado federal. Evangélico da Assembleia de Deus, Cunha defende valores tradicionais, sendo contrário ao casamento *gay*, à legalização da maconha e à descriminalização do aborto, entre outras pautas polêmicas. A sua atuação também foi no sentido de preservar esses conceitos. Em 2010, Cunha apresentou um projeto de lei para tentar criminalizar o preconceito contra heterossexuais, além de uma proposta que criava o “Dia do Orgulho Heterossexual”. As pautas vão claramente de encontro a propostas de parlamentares ligados à esquerda e que lutam para criminalizar condutas contra homossexuais. A ligação de Cunha com a igreja evangélica também trouxe à tona uma informação curiosa: o parlamentar adquiriu centenas de domínios de internet com termos religiosos, sendo 154 delas com a palavra “Jesus” (CORREIO BRAZILIENSE, 2015).

Em fevereiro de 2015, Cunha foi eleito presidente da Câmara dos Deputados (G1, 2015).

A dissertação pretende deter-se nos acontecimentos do seu mandato como presidente do Legislativo e como as empresas jornalísticas se portaram diante da sua atuação. Com essa breve biografia do político, é possível observar algumas das características da sua atuação como agente público e como elas a tornaram relevante para uma pesquisa científica.

2.2 Estratégias metodológicas

Para o presente trabalho, a opção metodológica foi pela Hermenêutica de Profundidade, de John Thompson (1995), a partir de sua proposta de *análise sócio-histórica*, *análise discursiva* e *interpretação/reinterpretação*. A técnica é a análise de discurso, verificando individualmente os editoriais dos jornais escolhidos, a partir dos conceitos de Patrick Chareaudeau e Dominique Maingueneau. Esse método, conjugado com a técnica de análise de discurso, possibilitará estudar a transmissão e a troca de formas simbólicas na comunicação. A pesquisa é qualitativa.

2.2.1 A Hermenêutica de Profundidade como referencial

Em um primeiro momento, a *análise sócio-histórica* permitirá a compreensão dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Como bem define Thompson (1995, p. 393), essa vertente do método oportuniza a determinação das “características das instituições dentro das quais as mensagens comunicativas são produzidas e através das quais elas são transmitidas ou difundidas a receptores potenciais”. O trabalho envolve a figura de um agente político e três empresas de mídia. Portanto, será viável identificarmos, por meio da *análise sócio-histórica*, as características das formas simbólicas transmitida, em determinados contextos..

Por meio da análise dos editoriais, procuramos entender o sentido das construções simbólicas da mídia, automaticamente ligadas ao seu contexto sócio-histórico. A *análise de discurso*, a partir dos conceitos de Charaudeau, dialoga com o tema por perseguir um sentido sob diferentes aspectos. Além de estudar as relações entre os elementos que compõem a forma simbólica, é possível detalhar a produção e os objetivos da sua transmissão. Assim, é viável “reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso” (THOMPSON, 1995, p. 373).

Com a *interpretação e a reinterpretação* dos dados da pesquisa, será finalmente buscado o sentido das formas simbólicas apresentadas por ambas as partes e, também, a sua ligação com a ideologia. A *interpretação/reinterpretação* auxilia na reflexão sobre os dados obtidos anteriormente, relacionando contextos e elementos de modo a encontrar um significado da forma simbólica.

Para alcançar esse fim, o trabalho foi dividido em quatro etapas, nas quais serão aplicadas as categorias pertinentes: 1) análise do contexto sócio-histórico de cada um dos recortes de tempo escolhidos para a pesquisa 2) as características dos indivíduos envolvidos na pesquisa (mídia e políticos), à luz do contexto sócio-histórico vivido à época 3) o discurso expressado por meio dos editoriais 4) por fim, a interpretação e reinterpretação dos elementos anteriores, além da verificação sobre como a troca de formas simbólicas serve para sustentar e estabelecer relações de poder.

Ainda que reconheça e demonstre como o conceito de *Cultura* se incorporou à antropologia a partir do desenvolvimento da civilização, Thompson (1990) apresenta uma abordagem diferenciada para o estudo dos fenômenos culturais. Para o autor, o estudo da cultura, articulado na Europa a partir do século XVIII, foi paulatinamente se desconectando da sua concepção original, enraizada na ideia de que “cultura é o processo de

desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna” (THOMPSON, 1995, p. 170). No início do século XX, o conceito foi adaptado e passou a se direcionar mais ao estudo de práticas, crenças e costumes das sociedades.

A partir da mudança e da incorporação da concepção antropológica e simbólica, Thompson repensou o conceito sob o viés estrutural. O autor propõe uma análise que se vale de parte da concepção simbólica de Clifford Geertz (focada nas questões de significado, simbolismo e interpretação) e acrescenta outros elementos àqueles que são considerados frágeis na análise proposta pelo antropólogo. Por considerar insuficiente a atenção que Geertz dá aos problemas de conflito social e de poder, inerentes ao espectro cultural, Thompson defende a compreensão dos fenômenos sob contextos estruturados e o estudo da contextualização social das formas simbólicas.

O autor divide as formas simbólicas de comunicação em cinco aspectos: *intencionais*, *convencionais*, *estruturais*, *referenciais* e *contextuais*. A divisão é o modo encontrado por Thompson para a elaboração do conceito estrutural de cultura e, principalmente, para demonstrar como esses elementos adquirem o caráter de “fenômenos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 183).

O emprego e a produção das formas simbólicas trazem consigo um importante aspecto *intencional*. Ou seja, as formas simbólicas possuem o caráter de expressão de um sujeito e podem, em geral, direcionar-se a outros sujeitos. Thompson (1990) explica que elas “são produzidas, construídas e empregadas por um sujeito que, ao produzir e empregar tais formas, está buscando certos objetivos e propósitos” (THOMPSON, 1990, p. 183).

Além da característica intencional, há a vertente *convencional* das formas simbólicas. Esse aspecto trata das regras que regem a construção e a aplicação dessas formas. O conceito abrange, desde regras gramaticais e convenções de estilo e expressão, até condutas. A aplicação desse conceito envolve diretamente a interpretação das formas simbólicas.

Thompson ainda divide as formas simbólicas em outros três aspectos. Do ponto de vista *estrutural*, destaca que essas formas “exibem estrutura articulada” (THOMPSON, 1995, p. 187) e que isso possibilita a sua distinção. O autor pondera que a análise dos traços estruturais das formas e a sua relação com os sistemas simbólicos é limitada. A justificativa, em síntese, é que a compreensão de uma forma simbólica necessita de uma “interpretação criativa que vai além da análise dos traços e elementos internos e que busca explicar o que está sendo representado ou o que está sendo dito” (THOMPSON, 1995, p. 189). Além disso, a

análise dos traços estruturais omite e se abstrai do contexto sócio-histórico no qual essa forma está inserida.

Por fim, Thompson ainda atribui outros dois aspectos às formas simbólicas: o *referencial* e o *contextual*. Desde o ponto de vista referencial, o conceito abrange o sentido a uma forma que pode tomar o lugar ou representar “um objeto, um indivíduo ou uma situação” (THOMPSON, 1995, p.190), ou até mesmo, um sentido específico e particular. Já o aspecto contextual indica a inserção das formas simbólicas. O autor resume: “formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas”.

Esses fenômenos brevemente descritos conduzem à *transmissão cultural*, objeto relevante para esta pesquisa. Para isso, como destaca Thompson (1990), é fundamental o papel da mídia. Como as formas simbólicas são fenômenos sociais, a troca dessas formas acaba gerando a transmissão cultural. No contexto da comunicação, a mídia adquire relevância nesse processo, por combinar, sob diversos aspectos, maneiras de fazer com que seja ampliada a circulação das formas simbólicas. Sendo assim, o autor propõe a análise da difusão das formas através de três aspectos: *meio técnico*, *aparato institucional* e *distanciamento espaço-temporal*.

Cada um desses aspectos carrega consigo caminhos bem definidos. No caso do *meio técnico*, Thompson (1990) expõe a *fixação*, que possui diferentes graus, conforme passe pela conversação, pela escrita, por filmagens ou gravações. O autor destaca que “os meios técnicos podem ser vistos como diferentes tipos de mecanismos de estocagem de informação” (p. 222). Outro atributo do meio técnico é a *reprodução*. Graças a ela, as formas simbólicas são difundidas em diversas escalas. O último atributo é o da *participação*. Para Thompson (1990), a participação permite uma amplitude de interpretação por parte dos sujeitos que acessam as formas simbólicas. Essa troca inclui, no contexto da mídia, diferentes percepções sobre o consumo das formas simbólicas. O autor utiliza como exemplo a exigência intelectual, contida na leitura de um texto, comparada ao esforço para assistir a um programa de televisão. Segundo Thompson (1990), enquanto a leitura ou a escrita de um texto literário oportuniza a movimentação entre os capítulos e a releitura de trechos, as formas simbólicas podem ser transmitidas na televisão despertando “diferentes graus de atenção” do receptor.

No diagrama da transmissão cultural, há também o *aparato institucional*. Esse conceito é apresentado por Thompson (1990) como aquele necessário para a difusão das formas simbólicas como canais seletivos e/ou mecanismos para a implementação restrita.

Nesse ponto, é importante observar que o aparelho invocado pelo autor envolve “um conjunto específico de articulações institucionais dentro dos quais o meio técnico é elaborado e os indivíduos envolvidos na codificação e decodificação das formas simbólicas [em que estão] inseridos” (p. 224).

O aparato institucional de transmissão permite que as formas simbólicas sejam utilizadas para interesses do próprio transmissor. Isso envolve, em diversas situações, interesses políticos. Os mecanismos para a implementação restrita dialogam com essa lógica, ao permitirem a difusão orientada das formas simbólicas.

O último aspecto proposto pelo autor, para a transmissão cultural, é o *distanciamento espaço-temporal*, que se desdobra em contextos de co-presença e extensão da acessibilidade. Para Thompson (1990), a transmissão de uma forma simbólica implica necessariamente no desligamento dessa forma, em vários graus, em relação ao contexto de sua produção. A partir daí, essa forma simbólica é inserida em outros contextos.

A segunda categoria do trabalho é a *Comunicação* sob o contexto dos seus meios de difusão. Para Thompson (1990), a comunicação é “um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos” (p. 25). O autor esmiúça tais recursos para expor a natureza dos meios de comunicação e a maneira como se comportam no processo de transmissão das formas simbólicas. Nesse sentido, Thompson trata de meios técnicos e, no processo, alcança Harold Innis (2011) no conceito de que o seu uso modifica as condições de espaço e tempo sob os quais os indivíduos exercem o poder (THOMPSON, 1990, p. 29). A consideração desse aspecto, assim como de outros referentes aos meios técnicos, como os tipos de habilidade, competência e formas de conhecimento necessárias para esses meios, conduz à ideia de que,

(...) quando indivíduos codificam ou decodificam mensagens, eles empregam não somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais que eles trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico (THOMPSON, 1990, p. 29).

Ou seja, o processo de entendimento de uma mensagem depende tanto da sua codificação quanto do sujeito que a interprete, e esses fatores são diretamente influenciados pelos contextos cultural e social em que os sujeitos estão inseridos.

A terceira categoria é a *Mídia*. O conceito de Thompson (1995), que abrange os meios de comunicação de massa (jornais, rádio, televisão, entre outros), e trata da mediação das relações sociais, lembra que “a mídia produz um contínuo entrelaçamento de diferentes

formas de experiência, uma mistura que torna o dia a dia de muitos indivíduos hoje bastante diferente do experimentado por gerações anteriores” (p. 197).

Poder é a quarta categoria a ser aplicada na pesquisa. A definição de Thompson sobre esse conceito carrega consigo divisões bem definidas. No sentido amplo, o autor atribui ao *Poder* “a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e suas consequências” (p. 21). A partir disso, o *Poder* é compreendido como um fenômeno social com penetração em diversas esferas e comumente associado à política. No entanto, para Thompson, o *Poder político* é somente uma entre quatro formas de poder: econômico, coercitivo e simbólico. O *Poder econômico* passa pela predominância de recursos materiais e financeiros e é vinculado a instituições econômicas. O *Poder político* é exercido por autoridades e tem como principal expressão suas instituições (Estados e detentores de cargos eletivos). O *Poder coercitivo* envolve a força física e armada e se expressa pelas Polícias e autoridades de Segurança. Por fim, surge o *Poder simbólico*, exercido através dos meios de informação e comunicação e expressado por instituições culturais, entre elas, a mídia.

A quinta e última categoria proposta para a pesquisa é a *Ideologia*. O método da Hermenêutica de Profundidade (HP) pode ser utilizado também para a interpretação desse conceito, amparado em uma análise de como o significativo se presta a estabelecer e até a sustentar relações de dominação.

Para Thompson, a “ideologia é o sentido a serviço do poder”. Em vez de reciclar concepções elaboradas anteriormente por outros pesquisadores, a partir de diferentes contextos históricos, Thompson oferece uma nova concepção sobre a ideologia. Nesse sentido, inicialmente o autor propõe que a ideologia pode ser analisada a partir da maneira pela qual as formas simbólicas se conectam às relações de poder. Além disso, Thompson (1995) explica que a mobilização de sentido no mundo social reforça aqueles que estão em posições de dominância e poder.

Conforme avança sobre a reformulação da ideologia, o autor elenca outros aspectos dignos de aprofundamento e que sustentam o conceito: noção de *sentido*, conceito de *dominação* e maneiras como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Para estudar como o sentido se presta às relações de poder, Thompson (1990) propõe que a pesquisa se atenha às formas simbólicas e como elas se inserem em contextos sociais. Para o autor, essas formas são “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são

produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos" (p. 79).

Além dessas definições, as formas também são imagens ou imagens com palavras. Thompson acredita que a relação de dominação ocorre “quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo”. Ou seja, a análise do caráter significativo das formas simbólicas depende do contexto e localização social em que as pessoas estão inseridas e como esses elementos municiam os indivíduos de um poder, através do qual podem atingir seus interesses.

O terceiro aspecto do conceito de ideologia é a maneira como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de poder. Para esclarecer isso, Thompson (1990) distribui em cinco modos a operação da ideologia. Esta divisão serve para explicar como o sentido, mediante condições específicas e contexto social e histórico definidos, ligados à construção simbólica, pode servir para manter relações de poder. A repartição é feita entre modos gerais (*legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação*) e estratégias típicas da construção simbólica. Thompson define os conceitos da seguinte maneira: a *legitimação* depende da representação, que pode oferecer à relação de dominação a ideia de justiça e dignidade. Isso se expressa por meio de fundamentos racionais, tradicionais e carismáticos (p. 82).

A *dissimulação* é uma forma de operar da ideologia que pode ser estratégica. Ela consiste e se sustenta pela representação dissimulada ou até mesmo pela ocultação e negação. Essa maneira de operação passa por outros aspectos, como a *eufemização*, quando “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar valorização positiva” (p. 84).

A *unificação* expressa a construção, em níveis simbólicos, de mecanismos de padronização. Assim, as formas simbólicas são propostas como “fundamento partilhado” (p. 87). É um mecanismo utilizado costumeiramente por autoridades de Estado.

O quarto modo de operação da ideologia é a *fragmentação*. Thompson (1990) explica que a segmentação de indivíduos e grupos também é uma maneira de manter relações de dominação. Dessa maneira, as diferenças de características que opõem determinados grupos são enfatizadas para fragmentar a ameaça a quem detém a predominância na relação de poder.

O quinto e último modo é a *reificação*. Para Thompson (1990), as relações de dominação “podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória,

histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal” (p. 89). Ou seja, o caráter sócio-histórico é suprimido para sustentar uma relação de poder.

A partir disso, verifica-se que a mídia é fundamental para a transmissão cultural. Como as formas simbólicas são fenômenos sociais, ocorre sua transmissão. No contexto da comunicação, a mídia adquire relevância nesse processo, por combinar, sob diversos aspectos, *maneiras de fazer* com que seja ampliada a circulação das diferentes formas simbólicas.

O trabalho pretende desenvolver, a partir de um referencial teórico que consiga compreender as características dos meios de comunicação, a partir de autores ligados, tanto ao campo do jornalismo, quanto ao da análise de discurso, de que maneira a mídia faz a mediação das formas simbólicas entre os aparatos institucionais.

É a partir dessas constatações que poderá ser analisada a ação dos três periódicos. Como bem definem Guareschi e Biz (2005), o trabalho jornalístico à luz da democracia cobra responsabilidades ainda maiores aos profissionais da comunicação, que devem estar atentos ao seu papel. É importante destacar que a produção dos editoriais, objetos de análise do trabalho, geralmente é uma função exercida por jornalistas a partir de conversas com interlocutores da empresa jornalística na qual trabalham.

Nessa difícil e complexa tarefa de liberdade e de responsabilidade, o profissional da comunicação deve dar-se conta das complexidades dos fenômenos, ou dos fatos sociais. Como já vimos, a neutralidade é impossível. A objetividade é sempre limitada. E a própria parcialidade, nunca é totalmente superada (BIZ et GUARESCHI. 2005, p. 82-83).

Nos recortes de tempo escolhidos para o projeto, será necessário verificar como se portaram as empresas jornalísticas por meio dos editoriais de suas publicações.

2.2.2 A Análise de Discurso na pesquisa social e o contrato de comunicação

Antes de abordarmos o enfoque dado por Patrick Charaudeau à análise de discurso, no campo do jornalismo, é importante lembrar alguns dos principais conceitos do autor de uma maneira mais ampla, visto que o seu trabalho e a comunicação são praticamente indissociáveis. Charaudeau propõe que a análise de discurso seja realizada a partir da premissa da articulação das dimensões psicossociológicas que envolvem a comunicação. Isso significa identificar os interlocutores sob o ponto de vista da sua própria identidade, dos seus papéis sociais, objetivos e relações sociais nas quais se inserem. A partir disso, é feita a articulação com as propriedades mais formais e semânticas do próprio discurso.

O modelo proposto por Charaudeau é mais afeito à comunicação e, especificamente, a esse trabalho, do que as demais alternativas na área da análise de discurso. O autor parte do pressuposto da necessidade de contextualização sobre como os sujeitos envolvidos no ato de linguagem possuem complexidade particular e que não é eficiente analisar a linguagem de uma maneira unilateral. Embora o conceito de ideologia e a sua operação na comunicação não sejam objetos de aprofundamento da obra de Charaudeau, pretendemos cruzar o estudo da ideologia proposto por Thompson com a análise de discurso de Charaudeau.

Charaudeau dá ênfase à articulação entre o estudo da linguagem e a problematização em torno do espaço externo, “como fundador do espaço interno e, ao mesmo tempo, construído por este” (1996, p. 19). O autor sugere uma abordagem que articule “uma teoria do situacional em relação com o linguístico” e “uma teoria do linguístico em relação com o situacional” (1996, p. 21).

Portanto, a teoria proposta pelo autor, e utilizada para esse trabalho, oferta a possibilidade de analisarmos os discursos como produto da articulação entre os planos situacional e linguístico, sem que esse processo seja determinista. Charaudeau define que o *ato de linguagem* ocorre a partir de uma espécie de relação contratual entre os entes envolvidos no processo. De maneira implícita, esses sujeitos reconhecem esse *contrato*, que tem como características aspectos relacionados aos planos situacional, comunicacional e discursivo. De certa forma, isso se trata da articulação entre a identidade dos sujeitos e os objetivos de cada um com os aspectos ligados à maneira como se comunicam e quais estratégias de discurso utilizam.

Um exemplo que ajuda a compreender como funciona esse contrato de comunicação é o que ocorre dentro da sala de aula, quando os entes envolvidos têm certas expectativas em relação aos outros. Ou seja, o aluno espera que o professor tenha e exponha conhecimento ao longo de determinado período de tempo, valendo-se de uma determinada didática. O mesmo ocorre com o professor em relação aos alunos, que, dependendo do nível de profundidade da aula, espera que as pessoas para as quais se dirige ajustem-se às circunstâncias da classe e possuam conhecimentos específicos e básicos.

Para Charaudeau (1999b, p. 6), esse “contrato é um quadro de reconhecimento no qual se inscrevem os parceiros para que se estabeleça a troca e a intercompreensão, sendo, portanto, da ordem do imaginário social”. É dessa maneira que funcionam os contratos de comunicação, geralmente com códigos e expectativas implícitas. Pessoas e instituições que dividem um universo cultural semelhante tendem a criar essas expectativas conforme o

funcionamento de cada situação e sobre qual o discurso provável em cada uma delas. Essa expectativa se refere também aos componentes situacionais e linguísticos. Em resumo, o *contrato de comunicação* é uma definição estabelecida de forma social sobre as condições (identidade dos sujeitos, objetivos, saberes, circunstâncias materiais) afeitas para a produção dos discursos, sejam eles narrativos, argumentativos, persuasivos ou descritivos. O mesmo ocorre na via contrária, ou seja, na identificação de que tipo de discurso é adequado para cada condição. Esse é o ponto fundamental para a proposta de articulação de Charaudeau.

A concepção do autor é de que os atos de linguagem são a expressão desse contrato de comunicação. Algumas premissas são indicadas por Charaudeau para que isso ocorra. Por exemplo, é necessário que o sujeito que comunica tenha o direito de fala reconhecido por quem recebe a mensagem. Charaudeau (1996, p. 26) estabelece três implicações que precedem o direito à fala: o reconhecimento do saber, do poder e do saber fazer.

Na análise dos editoriais, pretendemos nos valer da liberdade conferida pela técnica da análise de discurso para montarmos um sistema que atenda tanto aos conceitos de Charaudeau como às categorias de Thompson. Por isso, cada texto será aprofundado a partir dos seus dados externos e internos.

Os dados externos são formados pelas “regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e pelas constantes que caracterizam essas trocas” (CHARAUDEAU, 2006, p. 68). Como não são necessariamente relacionados à linguagem, esses dados podem ser agrupados em outras quatro categorias, que oportunizam identificar as condições de enunciação da mensagem: condição de identidade, de finalidade, de propósito e de dispositivo. Isso funciona conforme o quadro abaixo:

Condições	Identidade	Finalidade e Propósito	Dispositivo
Perguntas a serem feitas	Quem troca com quem? Quem fala a quem? Quem se dirige a quem?	Estamos aqui para dizer o quê? Do que se trata?	Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação? Qual o canal utilizado?

Elaborada pelo autor, a partir de Charaudeau (2006).

Já os dados internos são aqueles que tratam do discurso propriamente dito. Ou seja, a partir do momento em que são determinados os dados externos, “trata-se de saber como devem ser os comportamentos dos parceiros da troca, suas maneiras de falar (...) as formas verbais que devem empregar, em função das instruções contidas nas restrições situacionais” (CHARAUDEAU, 2006, p. 70).

Os comportamentos linguageiros são divididos em três espaços: locução, relação e tematização. O quadro abaixo resume a maneira como serão abordados os editoriais sob esse ponto de vista:

Comportamento linguageiro	Locução	Relação	Tematização
Perguntas a serem feitas	Por que fala? Em nome de quê?	Quais as relações de força, aliança, exclusão ou inclusão que se estabelecem?	Como é tomada a posição? Qual modo é utilizado? Como se organiza o discurso?

Elaborada pelo autor, a partir de Charaudeau (2006).

A técnica de análise de discurso, a partir dos conceitos de Patrick Charaudeau, auxilia na compreensão da realidade social. Charaudeau constituiu um mecanismo operacional de análise dos discursos que tem condições de contemplar as mais diversas dimensões envolvidas em atos de linguagem. Ainda que Charaudeau defina proposições gerais sobre como se articulam os variados planos da realidade social, a sua teoria pretende servir como um modelo alternativo de análise empírica do discurso.

Na dissertação, será fundamental a aplicação dessa técnica para verificar a articulação entre o *plano situacional*, que diz respeito à realidade social na qual o discurso é feito, e o *plano linguístico*, que concerne às características do discurso em si.

Outro ponto importante da teoria proposta por Charaudeau é o modo de articulação entre os *planos macro* e *microssocial*. O autor evita deduzir diretamente as intenções do discurso produzido pelos sujeitos em uma determinada situação de interação social, a partir da posição que eles ocupam na estrutura social. Ou seja, as características do discurso e o seu curso não são explicados mecanicamente em função das posições sociais dos parceiros

envolvidos ou das características do contexto social. De acordo com a perspectiva de Charaudeau, é no encontro com o outro que as identidades e recursos sociais dos parceiros são ou não utilizados e que o discurso se constrói de uma forma ou de outra.

No contexto do mundo moderno atual, é perceptível que as relações humanas e o consumo da informação sofreram modificações expressivas a partir da evolução das condições de exercício da linguagem e da comunicação. Sendo assim, torna-se cada vez mais notório o interesse de pesquisadores em estudar a mídia, o seu discurso e de que maneira esse discurso se envolve com a organização da sociedade.

Diante disso, não só a mídia, como também os editoriais possuem relevância e são instrumentos que merecem ser estudados a partir da ótica da análise de discurso, principalmente por conta da importância desses textos como forma de manifestar posições e opiniões formadas na sociedade.

3 O GÊNERO JORNALÍSTICO DO EDITORIAL E SEU MODUS OPERANDI NA SOCIEDADE

Os editoriais jornalísticos são espaços capazes de mostrar traços importantes da relação entre a mídia e os agentes políticos. A partir dessa premissa, a dissertação pretende examinar a função dos editoriais na sociedade. Embora muitos trabalhos tenham sido realizados por pesquisadores brasileiros para analisar discurso e forma de editoriais, o ponto específico do poder que esse gênero jornalístico exerce, ou tenta exercer, ainda é pouco estudado. Um dos trabalhos que se destacam nesse sentido, embora não trate tão especificamente da estrutura dos editoriais, é a pesquisa feita por Guilherme Neto (2013), sobre o discurso de legitimação das empresas jornalísticas, por meio dos editoriais.

Por isso, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o editorial como um elemento que, ao expressar valores e perspectivas defendidas por uma empresa jornalística, consolida a posição social do veículo. Isso ocorre a partir da constituição de um “contrato de leitura” (FAUSTO NETO, 2007) firmado com o leitor. O debate sobre a maneira como se posicionam as empresas jornalísticas conduz a discussão para outros campos, como, por exemplo, a forma como o jornalismo brasileiro se diferencia do praticado em países nos quais é natural que a mídia tome posições políticas.

Antes de entrar nessa reflexão, é importante contextualizar como o gênero jornalístico do editorial surgiu e evoluiu ao longo do tempo. O nascimento do editorial ocorreu ainda no século XVIII, com o objetivo de transmitir orientações políticas pela imprensa. O gênero se consolidou durante mais de dois séculos como o espaço para a expressão formal da mídia diante de determinados assuntos. Ou seja, seria o porta-voz da linha ideológica da empresa jornalística. Como a imprensa surgiu com uma forte característica opinativa, os editoriais acabaram sendo o mecanismo natural para expressão dos partidos políticos, visto que a maioria dos periódicos estava ligada a eles. Apenas no século XX os jornais passam a se posicionar com editoriais independentes dos partidos (ARMAÑANZAS in NOCÍ, 1996), fazendo aparecer a sua própria linha editorial, sem necessariamente estar atrelada a um determinado segmento do campo político.

Nesse período, o editorial começa a apresentar características diferentes dos textos opinativos que já eram publicados pelos jornais. O conteúdo desses textos apresentava aos leitores posicionamentos diversos, enquanto o editorial passava a exercer a função de pautar o debate público. Com o editorial, o jornal começa a destacar temas e a se posicionar sobre eles. Ou seja, propõe uma versão da realidade e, mais do que isso, uma forma de entendê-la.

Assim como partidos ou candidatos em eleições, a imprensa pode identificar problemas na sociedade e trazer maneiras de enfrentá-los. Com isso, os jornais podem, além de reproduzir e ingressar em discussões das elites políticas, representar a opinião do público.

A trajetória do editorial no jornalismo brasileiro segue os passos dos textos de opinião que estão na gênese do surgimento da imprensa nacional. O Correio Braziliense, criado, em 1808, é considerado o periódico que deu início à história da imprensa brasileira. Assim que a Corte de Portugal deixou o Brasil, jornais como a Gazeta do Rio de Janeiro começaram a ser editados em território nacional. Durante a República Velha (1889-1930), são observadas diversas alterações na forma como a imprensa trabalha. Ainda que o avanço da tecnologia tenha permitido o aumento do número de publicações, esse período ficou marcado pela relação tensa entre a imprensa e o governo. Naquela época, a censura e a cooptação dos jornais por parte do Estado eram frequentes (ELEUTÉRIO, 2008). Nas primeiras décadas do século XX, o envolvimento das empresas jornalísticas nas articulações políticas ficou ainda mais evidente. Um exemplo disso é o apoio a Getúlio Vargas em 1930, quando os principais jornais do país elogiaram a iniciativa de depor Washington Luiz a partir da ideia de se instalar no Palácio do Catete. Essa harmonia entre Estado e imprensa terminou em 1932, quando diversos periódicos decidiram apoiar a campanha pela redemocratização do Brasil. Isso tudo se explicitou por meio dos editoriais. Em seguida, durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, foi instalado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável por buscar subordinar os meios de comunicação.

No segundo mandato de Getúlio Vargas, a imprensa ficou polarizada entre os jornais Última Hora, de Samuel Wainer, e Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda. Enquanto Wainer trouxe Getúlio de volta à cena política, auxiliando-o para que o ex-presidente se lançasse candidato em 1950, Lacerda fazia oposição. Em 1964, quando ocorre um Golpe Militar, a maioria dos grandes jornais brasileiros apoiou a iniciativa dos militares e a derrubada do governo de João Goulart. Periódicos como O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e o grupo Diários Associados se manifestaram a favor do golpe. Décadas depois, essas empresas jornalísticas acabam recuando de posição e admitindo terem se equivocado ao defender a instalação da ditadura militar.

Quando o movimento “Diretas Já” começa a crescer, na década de 1980, os grandes jornais brasileiros apresentam posições discordantes sobre a campanha. Algumas publicações, como a Folha, endossam o movimento desde o seu início. Outras, como o Estadão e as revistas Veja e Istoé (PILAGALLO, 2012), enxergam a campanha com desconfiança.

A postura política dos jornais se mantém relevante a partir da redemocratização. Em 1989, o Estadão publica editorial apoiando a candidatura de Fernando Collor. A mesma publicação, em 1992, se une a outras, como a Folha, no pedido de renúncia do presidente Collor naquele ano.

A prática de explicitar apoio a determinados candidatos se manteve no Estadão. O jornal é um dos poucos a se manifestar claramente nesse sentido, enquanto outros preferem manter a ideia de imparcialidade e independência. A Folha esboça um gesto nessa direção, ao apoiar a candidatura de Marta Suplicy à prefeitura de São Paulo, em 2000, com a ressalva de que o jornal tinha compromisso com o leitor, e não com os políticos.

A partir dessa breve incursão sobre o contexto histórico da evolução do editorial, é possível analisar as suas características mais marcantes. O texto editorial é aquele pelo qual o jornal se posiciona de maneira explícita, deixando de lado a condição de imparcialidade invocada para as reportagens jornalísticas e mostrando como a publicação se coloca diante de assuntos de interesse público. Ou seja, é por meio desse espaço jornalístico que

(...) o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da empresa, tentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum. O editorial é a voz do jornal, sua tribuna (BELTRÃO, 1980, p. 51-52).

Sendo assim, o conteúdo dos editoriais tem ligação direta com os princípios defendidos pela publicação. Esses conceitos são “as linhas mestras que marcam ideologicamente os conteúdos jornalísticos e fundamentam a atividade empresarial de uma publicação” (ARMAÑANZAS in NOCÍ, 1996, p. 171). Como lembra Beltrão (1980), a linha editorial não se consolida de modo arbitrário. Ela se submete aos princípios éticos da publicação e não é definida apenas pelo sentido comercial. É interessante observar que autores como Armañanzas e Nocí (1996, p. 102) enxergam o editorial como uma espécie de *conselheiro dos leitores*, partindo da ideia de que os jornais orientam os receptores a pensar de determinada maneira sobre assuntos relevantes.

O editorial também tem a capacidade de pautar a cobertura jornalística de determinados acontecimentos, já que pode aprofundar temas tratados nas páginas noticiosas e ir além deles. “Com o posicionamento acerca da atualidade, o jornal vai construir, a cada dia, uma visão de mundo. É importante tratar o editorial ainda como um espaço de formação da opinião pública, porque atua na tematização do debate” (MORAES, 2007, p. 3).

Neste ponto, é oportuno destacar o raciocínio de José Marques de Melo (1985, p. 80), que aborda a tentativa da imprensa em orientar assuntos públicos por meio do editorial. Para o autor, os editoriais, ao se comunicarem com os agentes políticos, agem para reproduzir a defesa de interesses de segmentos financeiros e empresariais, e não necessariamente para incentivar o atendimento de reivindicações da sociedade. Por ser um gênero ligado à instituição da mídia, o editorial não é assinado (BELTRÃO, 1980). A partir disso, segundo Moraes (2007), as opiniões manifestadas nesses espaços ganham um tom de autoridade. Isso também ocorre por meio da estrutura argumentativa do editorial, que geralmente procura convencer o leitor sobre a importância de determinado tema.

Essa ideia de orientação e convocação do leitor para agir ou opinar é uma das principais funções políticas que os editoriais exercem. Isso, porém, tem algumas limitações. Coutinho e Miguel (2007), ao analisarem o caso do *mensalão*, a partir de editoriais de jornais brasileiros, mostram que esses espaços não têm como hábito propor discussões mais profundas sobre o sistema político. Os autores ponderam que, por mais que a cobertura tenha inflado o escândalo, ao colocá-lo em pauta diariamente, não foram feitas reflexões mais aprofundadas sobre como funciona a política no Brasil. Assim sendo, o editorial trabalha com uma ideia naturalizada do conceito do que seja a política e de como as suas ações ocorrem.

Diante disso, é importante ressaltar que os editoriais possuem características de fiscais dos agentes políticos, na maioria das vezes buscando representar o seu leitor. Esse papel de fiscalização é constatado a partir da apresentação de críticas ao governo e também no sentido de tentar influenciar políticas públicas (IZADI et SAGHAYE-BIRIA, 2007). Ou seja, há uma aproximação entre jornalismo, partidos políticos e, por consequência, os interesses da sociedade civil (COOK, 2011). Este autor destaca, ainda, que há uma relação de dependência entre as empresas jornalísticas e o Estado, a partir do momento em que a mídia detém a visibilidade como principal capital. Essa vantagem reforça a atuação das empresas, já que confere a instituições privadas uma certa legitimidade para falar e atuar em nome da audiência.

O texto editorial se sobressai nesse sentido por ter a capacidade de influenciar a agenda pública, não apenas por indicar aquilo que deve ser discutido, como também de estabelecer parâmetros e valores de abordagem sobre temas de interesse geral. “Escritores de editoriais têm desenhado o apelo de suas páginas em direção a propósitos que incluem ter voz em estabelecer agendas sociais e em um debate político robusto, num vívido e democrático mercado de ideias” (HALLOCK, 2007, p. 22). A partir de um determinado enquadramento do

assunto em questão, o editorial pode influenciar decisivamente o debate e também direcionar maior responsabilidade ao governo, mediante a pressão para que atue de alguma forma.

Nos Estados Unidos, uma das pesquisas mais interessantes sobre esse assunto foi realizada na época em que os norte-americanos invadiram o Afeganistão, após o 11 de setembro de 2001. Na ocasião, Ryan (2004, p. 380) observou o quanto o discurso do governo George W. Bush foi reproduzido e endossado pelos jornais. “A função do editorial como intérprete autorizado da atualidade se exerce não apenas no enfoque concedido ao tema, mas também na própria seleção do mesmo como elemento destacado da atualidade” (OROSA, 2013, p. 487).

Em 2007, Hallock (p. 138) divulgou entrevistas realizadas com editores de jornais norte-americanos, nas quais os questionou a respeito da importância dada pelos próprios jornalistas ao editorial. O resultado foi a constatação de que os jornalistas creditam ao texto editorial a carga de serem elementos centrais no mercado de ideias e no estímulo ao debate da agenda pública. Outro ponto importante é a atuação dos editoriais no apoio aos políticos. Embora no Brasil isso ainda não seja exatamente uma tradição dos grandes jornais, é possível identificar traços desse direcionamento, a partir do momento em que as publicações interferem nos assuntos da agenda.

Os autores que pesquisam esse tema destacam que as empresas jornalísticas possuem forte tendência a priorizar assuntos locais. Isso ocorre não apenas pelo conceito de proximidade, próprio do jornalismo, mas também por esses temas serem mais suscetíveis à influência da mídia. Assim, os jornais podem exercer funções próprias de agentes do campo político, e, evidente, preservar os seus próprios interesses. No entanto, utilizam o seu capital social como instrumento de pressão sobre os agentes públicos também precisa ser conciliado com o atendimento das expectativas da audiência, o que cria uma certa tensão entre interesses coletivos e privados.

Pereira e Rocha (2006) entendem que o editorial expressa a opinião do jornal, e não necessariamente do dono da empresa ou dos seus funcionários. Melo (1985) ainda afirma que, “nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião de seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização” (p. 79). O mesmo é destacado por Beltrão (1980), que entende a atuação do jornal como catalisadora de opiniões. Ou seja, no caso do editorial, a empresa expressa o “somatório do que pensa uma expressiva parcela da opinião pública, representada pelo grupo que fundou, orienta e mantém o jornal” (p. 82).

Essa pretensão de ser a voz da opinião pública nem sempre é atendida, já que o editorial acaba apresentando abordagens a partir do entendimento da própria publicação, enquadrada na sua política editorial. Por isso, como afirma Charaudeau (2006), a argumentação é tão importante para sustentar o texto e equilibrar o engajamento moral e o distanciamento que vão conferir legitimidade ao editorial.

Também é importante destacar que a temática política leva o autor do texto a elaborar discurso de opinião a partir de uma instância interna que revela seu engajamento com a empresa da qual se faz porta-voz. Nesse contexto, ao editorialista é devido “saber preservar sua razão diante das opiniões tendenciosas” e “manifestar certo ceticismo diante de tal ou qual explicação fácil demais ou partidária demais” (BELTRÃO 2006, p. 183).

Como bem define Shabir (2014), os editoriais são “a alma dos jornais” (p. 45). A maneira como o texto editorial é construído difere dos demais gêneros jornalísticos porque não é definido especificamente por um profissional, mas, sim, procura seguir a linha editorial da empresa jornalística.

Diante disso, é possível afirmar que é por meio do editorial que os jornais assumem as suas posições diante dos acontecimentos do momento. Para isso, é importante observar a análise de Beltrão (1980), ao lembrar que as empresas jornalísticas precisam tomar partido nesse tipo de espaço. O autor explica que o jornal está “por essência, comprometido a dizer em voz alta o que pensa” (p. 60), e que o silêncio pode ser interpretado de maneira negativa pela audiência. Ainda há outro ponto importante nesse sentido. Melo (1985) argumenta que o editorial, além de ter a missão de dialogar com os leitores, acaba por interagir com o Estado, demonstrando de que maneira as empresas jornalísticas gostariam de ver a política funcionando. Em muitos casos, isso pode significar um trabalho de pressão sobre o Estado, na defesa de determinados interesses (MELO, 1985, p. 80).

Cunhado pelos ingleses em meados do século XIX, o conceito de que a mídia constitui-se no *quarto poder*¹ é importante como premissa para a análise de abordagens da mídia sobre o funcionamento de instituições e figuras políticas. Essa alcunha se fundamenta na noção de que os veículos de comunicação são fiscais dos três poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo. Por isso, à parte de muitos veículos e jornalistas não gostarem da

¹ A expressão quarto poder foi criada pelo em 1828 pelo deputado do Parlamento Inglês Thomas Macaulay. Ele referiu-se à imprensa como o quarto poder, a partir da referência dos três poderes da Revolução Francesa: o clero, a nobreza e o povo. No enquadramento contemporâneo da democracia, a imprensa seria o quarto poder em relação ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário.

expressão, é notável que a classificação da mídia como quarto poder é também um reconhecimento da relevância das abordagens feitas por estes veículos.

Sendo assim, no caso em questão, que diz respeito ao jornalismo impresso, esse debate sobre temas relevantes por meio das páginas dos jornais materializa a ideia de que a imprensa tende a ser vigilante em relação às instituições. No jornal, isso fica mais evidente por meio dos editoriais, que definem a posição das empresas jornalística diante de questões públicas. As páginas de opinião, na qual inclui-se o editorial, acabam se tornando fonte para análise das abordagens dos jornais sobre o funcionamento dos órgãos públicos e sobre a conduta dos políticos.

A expressão própria dos meios de comunicação é um dos pressupostos do jornalismo opinativo. Embora abranja aspectos mais amplos, é neste gênero que se encaixa o discurso editorial. Na avaliação de Pedro Celso Campos (2002): “os editoriais podem, legitimamente, esclarecer, ilustrar opiniões, induzir a ações e até entreter. O editorial é institucional. É o pensamento oficial do jornal (...) O público ao qual se dirige é o definidor do estilo do editorial, mas não do seu conteúdo. Acredita-se que apenas 5% do universo de leitores de um jornal leiam o editorial do dia. É um público pequeno, mas exigente”.

Deve ser acrescentado, em relação a esse conceito, o trabalho de Sônia de Brito sobre a argumentação e a perlocução no discurso jornalístico através do editorial, sobre o qual a autora afirma: “a finalidade do editorial é dirigir a opinião pública persuadindo através de exortação, apelo, aviso, palavra de ordem ou constatação dos fatos (...) O editorial moderno não é apenas opinião. Inclui análise e clarificação: expõe, interpreta, esclarece, analisa padrões e significados da caótica mistura de acontecimentos diários” (1994, p. 121).

Será a partir dessa gama de conceitos que partirá a análise dos editoriais dos jornais O Globo, O Estado de S.Paulo e Zero Hora. São jornais nacionais, com um público-alvo composto pelos formadores de opinião pertencentes à classe média alta e a setores empresariais.

Para Charaudeau (2006), o modo discursivo é responsável por transformar determinado acontecimento em notícia, mas o desenvolvimento dessas propriedades vai depender de como a informação é tratada: “Comentar o mundo constitui uma atividade discursiva, complementar ao relato, que consiste em exercer suas faculdades de raciocínio para analisar o porquê e o como dos seres que se acham no mundo e dos fatos que aí se produzem” (2006, p. 175). Sendo assim, Charaudeau (2006) identifica três categorias do

modo discursivo: relatar, comentar e provocar o acontecimento. No caso do editorial, trata-se do acontecimento comentado.

O gênero editorial acaba se estruturando a partir de referências de fora da empresa jornalística. A esse fenômeno, Melo (1985) chama de *eclosão dos eventos*. Ou seja, para que jornais e revistas elaborem textos de opinião, é necessário que ocorram eventos, que nada mais são do que os fatos e as suas consequências.

De acordo com Chauradeau (2007), o editorial é o acontecimento comentado e tem ganhado destaque especial pela sua capacidade de influenciar a sociedade. Nas últimas décadas, diversos trabalhos foram realizados para analisar os editoriais dos mais variados jornais e revistas do Brasil. Em geral, as pesquisas abordam questões que estarão presentes nesta dissertação. Por exemplo, a elaboração do argumento no interior do gênero. Partiremos da premissa de que o editorial é um gênero discursivo. Um dos pontos principais é o conceito de que “o discurso supõe uma organização transfrástica” (p. 170). Isso significa que o discurso por meio do editorial tem elementos que vão além da frase expressa. Esse discurso pode vir acompanhado de metáforas, ironias, subentendidos. É o exame mais profundo desses elementos que enriquece a análise do discurso.

A seguir, temos o conceito sobre a *orientação do discurso*. Ou seja, o editorial é construído para determinados propósitos e para atender a certas expectativas. Ele segue direções definidas e rumos diversos. Essa trajetória de suas intenções ao longo do processo precisa ser esmiuçada para que haja uma melhor compreensão. É preciso destacar também que o discurso é uma forma de ação. Isso significa que o discurso do editorial não é criado de maneira casual e aleatória. Para compreender o editorial, é importante verificar quais propostas e intenções estão por trás do texto e como ele pretende agir sobre os leitores. Também existem consequências retóricas contidas nesse discurso que precisam ser analisadas.

O *discurso é interativo*. A comunicação que nasce do editorial supõe um mecanismo de co-enunciação entre o texto e o leitor. Isso se constrói a partir da intenção de comunicação entre a empresa jornalística e o poder de influência do leitor, que pode construir o editorial em conjunto, a partir da importância que exerce socialmente, e atuar a partir dele.

Mais do que isso, o *discurso é contextualizado*. No caso do presente trabalho, a contextualização é tão importante quanto o próprio conteúdo do discurso, levando em consideração que a análise recai sobre uma série de editoriais produzidos ao longo de três diferentes recortes de tempo. Por isso, é fundamental verificar o contexto da época e como o discurso pode, além de inserir-se naquele contexto, definir e modificar situações. No editorial,

o discurso é claramente assumido. Ele é uma fonte que propaga posição a partir da sua enunciação. Neste caso, o discurso é assumido tanto pelo redator do mesmo quanto pelos proprietários do veículo.

O discurso é regido por normas, obedecendo a determinadas regras de apresentação. No caso do editorial, trata-se de um discurso que é produto de um processo de forte interferência de diversas fontes e de subjetividades.

Para concluir a enumeração de definições proposta por Charaudeau e Maingueneau (2004), chegamos ao conceito de que o *discurso é assumido em um interdiscurso*. Ou seja, ele “não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos, através do qual ele deve abrir um caminho” (CHARAUDEAU et MAINGUENEAU, 2004, p. 172). Essa ideia remonta à noção de que o editorial se insere em uma gama de discursos que dialogam entre si e conferem referências para o ato de comunicação. Para compreender a dimensão discursiva do editorial, é importante identificar esses traços, já que o editorial está coberto de sentidos e tem um alcance social considerável.

A partir da semiótica, da análise de discurso e da análise textual, Charaudeau e Maingueneau (2004) fazem referências a pelo menos quatro conceitos distintos: o ponto de vista *funcional*, amparado em Jakobson, Halliday & Brown e Yule; *enunciativo*, iniciado por Benveniste; *textual*, destinado à organização de textos, e, por fim, *comunicacional*, onde encontramos Bakhtin, Maingueneau e o próprio Charaudeau.

Como referimos anteriormente, Charaudeau afirma que o editorial é um acontecimento comentado. Por isso, escolhemos adotar o viés comunicacional para entender a argumentação contida nesse discurso. A opção pela teoria de Charaudeau (2007) também foi tomada por conta da abordagem que o autor faz das mídias sob a perspectiva do discurso que nasce delas.

De uma maneira geral, o editorial é tratado pelo autor a partir das estratégias de produção de significado do discurso como uma maneira de analisar o que é veiculado pela mídia. Nesse sentido, Charaudeau (2007) propõe a reflexão de que o conteúdo veiculado pela imprensa não se constitui numa verdade absoluta, mas de uma *encenação midiática*. A abordagem pode ser realizada de maneira a implicar em determinado significado.

Quando fala sobre mídia, o autor faz referência à televisão, ao rádio e ao jornalismo impresso, que é o objeto desse trabalho. É importante fazer distinções entre a forma com que cada veículo produz sentido, já que as diferenças entre eles são expressivas. A televisão constrói o seu sentido a partir da imagem e do som, que podem ser utilizados separadamente ou ao mesmo tempo para esse fim. O rádio tem como trunfo a fala, a oralidade. Isso gera uma

possibilidade maior de abstração por parte do receptor e exige do comunicador mecanismos diferentes para capturar a atenção de quem está na audiência. No caso da imprensa, o leitor tem a possibilidade de reler o texto que tem diante de si. É uma diferença importante em relação às demais mídias, porque permite que o receptor esclareça eventuais dúvidas. “A informação é, numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo.” (CHARAUDEAU, 2007, p. 33).

Conforme havíamos tratado anteriormente, a relação entre dois entes que se comunicam entre si mediante um ato de linguagem gera uma espécie de contrato entre as partes, segundo Charaudeau (2007). No caso da mídia e do público, é um contrato de informação midiático. O autor explica que esse acordo é, de maneira simples, a relação entre quem pretende possuir a hegemonia do saber sobre determinado assunto (a mídia) e um ente que supostamente não tem o mesmo saber. Dessa forma, essa comunicação a partir da mídia, para informar as pessoas sobre um tema, deve ter a capacidade de atrair a atenção do receptor. Por isso, o discurso midiático precisa de certos predicados que atendam a essa estratégia de conquista da atenção do leitor.

A relação entre a informação e o leitor, a partir do contrato conceituado por Charaudeau (2007), ocorre mediante mecanismos de enunciação por parte da mídia. Portanto, é fundamental verificar como a mídia produz sentidos na publicação de seus editoriais. Em um primeiro momento, é importante ressaltar que qualquer abordagem editorial é precedida pela seleção de algum acontecimento, em geral já retratado no próprio veículo de comunicação na forma de notícia.

O foco da dissertação, portanto, é relevante, por conta da complexidade do cenário político do Brasil, nos últimos anos. A ascensão de Eduardo Cunha representou um desacerto entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. O resultado foi o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, entre outras consequências, além de ter afetado próprio político que o conduziu ao aceitar um dos pedidos que tramitavam na Câmara dos Deputados. Por isso, é importante verificar como as empresas jornalísticas se portaram diante desse contexto.

3.1 O jornalismo de massa e a mídia impressa

Ao analisar as características do jornalismo, em seu período classificado pelo autor como *pré-histórico*, (entre 1631 e 1789), Marcondes Filho (2004) identifica que a imprensa nasce com forte enfoque no sensacionalismo e no lado mercantil. Temas como a vida dos reis, ou catástrofes, dividem espaço com informações sobre o mundo econômico.

A capacidade de alcançar o público e, por consequência, de também provocar reflexões e disseminar mensagens persuasivas, faz com que a imprensa ganhe poder. Isso provoca uma série de episódios de censura por várias instituições, como a Igreja Católica e o próprio Estado. A tentativa de controlar o discurso da mídia fez com que diversos países cobrassem impostos sobre a circulação dos jornais e, em alguns casos, houve até proibição de circulação das publicações.

A natureza política do jornalismo aumenta a partir do momento em que a imprensa se insere na esfera pública. Isso faz com que a burguesia enxergue no jornalismo um meio de propagação de informações e da sua ideologia, fazendo com que o interesse pela imprensa aumentasse. Esse contexto se acentua entre 1789 e 1830, segundo Habermas (1984) e Marcondes Filho (2004), que classifica o jornalismo como *filho da Revolução Francesa* (p. 10). O autor aponta a revolução como o marco de uma fase em que o jornalismo ganha natureza política, embora lembre que o jornalismo na França já existia desde 1631.

É diante disso que o jornalismo político entra em ebulição, já que a imprensa ganha muito maior relevância ao funcionar como propagadora de programas político-partidários e de ideias políticas em geral. O pesquisador alemão Otto Groth (2011) constata que “cada político razoavelmente destacado criava seu clube, cada dois criavam um jornal” (p. 263). O resultado disso é o surgimento, somente entre fevereiro e maio de 1789, de mais de 200 jornais em Paris (p. 10-12). Com o passar do tempo, a natureza política do jornalismo incorporou outras concepções conforme o regime político predominante no local em que a imprensa se inseria.

Nas primeiras décadas do século XX, a natureza política do jornalismo assumiu diferentes concepções dependendo do regime político totalitário ou democrático no qual estivesse inserido. Por exemplo: na Alemanha nazista, a imprensa funcionava a serviço do regime de Adolf Hitler e tinha como objetivo persuadir a opinião pública. O mesmo ocorria com o fascismo na Itália. Já no socialismo da União Soviética, a ideia era educar e organizar os trabalhadores em uma direção que favorecesse o partido. Algo semelhante ocorria no franquismo espanhol, o que estava expresso em uma lei específica sobre o trabalho da imprensa, destinada à criação de uma consciência coletiva.

No modelo americano, fundado no sistema liberal, o jornalismo é um negócio ancorado no princípio de liberdade de expressão. Mas isso não significa que não haja controle e influência por parte do Estado, de grupos econômicos ou da sociedade.

A formação de conglomerados de comunicação e a criação de jornais com grandes tiragens, na segunda metade do século XIX, conferem ao jornalismo a possibilidade de comunicar em massa ao mesmo tempo em se tornam capitalistas. Em um período de 10 anos, entre 1830 e 1840, o número de jornais nos Estados Unidos saltou de 65 para 138, com a tiragem pulando de 78 mil exemplares para 300 mil. Era uma época em que o jornalismo americano vivia um período de mudanças que “levou ao trunfo da notícia sobre o editorial, dos fatos sobre a opinião, uma mudança que foi moldada pela extensão da democracia e do mercado e que conduziria, no seu devido tempo, ao incômodo compromisso de fidelidade do jornalista com a objetividade” (SCHUDSON, 2010, p. 45).

A explosão de inovações tecnológicas modifica a estrutura das redações e a maneira como as notícias são produzidas. O repórter perde parte da autonomia sobre o texto, já que a figura do editor passa a se impor, em muitos casos influenciando diretamente no tratamento da notícia a partir da linha editorial da publicação. Isso direciona o jornalismo para uma busca pela objetividade. É o momento em que outras formatações de linguagem jornalística começam a aparecer, como a técnica do *lead*, entrevista e as manchetes.

O surgimento do jornalismo no Brasil ocorre a partir da transição de sua condição de colônia de Portugal (BAHIA, 1990) para sede da realeza. Antes de D. João VI chegar ao país, as atividades gráficas (tipografia e o próprio jornalismo) em território brasileiro eram proibidas pela metrópole. Por isso, o surgimento da imprensa no Brasil tem a marca do oficialismo, a partir da instalação, por parte dos portugueses, das máquinas da Impressão Régia. Lá começa a ser impressa a Gazeta do Rio de Janeiro, publicação que consistia basicamente em comunicados do governo e informações sobre a política da Europa.

Meses antes da fundação da Gazeta, surgiu o que é considerado o primeiro periódico brasileiro, impresso na Inglaterra e editado por Hipólito José da Costa: o Correio Brasiliense. O jornal era enviado mensalmente ao Brasil. Ou seja, o marco inicial do jornalismo no Brasil conta, quase que simultaneamente, com o lançamento de um jornal independente (sem a censura dos lusitanos) e outro oficial.

A partir disso, Sodré (1999) identifica três etapas no desenvolvimento da imprensa brasileira, entre o seu surgimento e a contemporaneidade. No primeiro momento, há uma

predominância do panfletarismo político virulento. Isso ocorre durante o período da Regência (entre 1831 e 1840).

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. (SODRÉ, 1999, p. 277)

Sodré (1999) identifica no segundo momento, entre 1840 e 1889, o surgimento de jornais mais duradouros, como O Estado de S.Paulo (em 1875) e o Jornal do Brasil (em 1891). É nessa época, na transição entre o governo de Dom Pedro II e a instauração da República, que o jornalismo estreita a proximidade com a literatura, a partir do trabalho de redatores-escritores como José de Alencar, Machado de Assis e Rui Barbosa, entre outros. Naquele período, os jornais procuram captar os leitores mais por meio da qualidade dos textos de seus jornalistas do que pela credibilidade das próprias marcas.

Como a distribuição dos jornais ainda era restrita a assinantes ou à venda nas próprias redações, o acesso à informação estava distante das grandes massas nessa época. Com o tempo, a imprensa começa a se modernizar para atingir um público maior.

Acompanhando a maré do progresso, as pequenas oficinas de tipografia compravam novas máquinas e iam-se tornando grandes empresas. E os *escritórios de jornalistas* transformavam-se em equipes de repórteres, fotógrafos, redatores e colaboradores, coordenadas por editores e secretários gráficos. Ainda no tempo do Império, poucos anos antes, os jornais eram pequenos cenáculos de intelectuais, elitistas na visão de mundo, e, às vezes, defensores de ideais de mudança, inspirados no progresso da Europa: a Abolição, a indústria, a República. (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 216)

A terceira fase identificada por Sodré situa-se entre a República Velha (1889-1930) e o Estado Novo (1930-1945). É quando o jornalismo começa a funcionar sob uma perspectiva empresarial e industrial, além de se associar à publicidade. Neste período, surge o primeiro conglomerado de mídia, os Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Trata-se da primeira empreitada capitalista/monopolista na comunicação brasileira.

O jornalismo praticado no Brasil sofreu profundas mudanças ao longo do século XX. Essas alterações passaram tanto pelo conteúdo e pela forma, quanto pelo modo de produção jornalístico (MARCONDES FILHO, 1993). Antes dessa revolução, o jornalismo era praticado de uma maneira até hoje classificada como *romântica*, ou seja, em condições

precárias do ponto de vista técnico, mas com alto grau de combatividade e partidarização. O estilo, próximo ao literário, também era uma marca. Com o tempo, essas características ficaram para trás e foram substituídas pelos conglomerados midiáticos, cujo objetivo acaba sendo a padronização e a massificação do produto.

Diante disso, o jornalismo migrou da divulgação de informações de maneira difusa e, muitas vezes, duvidosa, para perseguir a hegemonia da objetividade. A partir de então, há uma tentativa de reduzir as ambiguidades presentes no discurso jornalístico, por meio de reportagens mais breves e concisas (SODRÉ, 1999).

A partir da década de 1950, as empresas de comunicação se concentram nas mãos de pequenos grupos, diante da dimensão que a imprensa adquire enquanto negócio (MARCONDES FILHO, 1993). É quando a padronização técnica dos processos industriais (como a produção da notícia) se destaca. Aos poucos, há uma mudança de paradigma no estilo de escrita e de linguagem. A transformação é radical: ficam para trás as expressões mais rebuscadas e ganha destaque a linguagem clara e simples.

Nesse cenário, a reforma do jornalismo brasileiro fica associada a empresas como a Última Hora, o Jornal do Brasil e o Diário Carioca. O exemplo dessas empresas acabou, inclusive, sendo seguido por outros jornais.

Não é apenas o aspecto da escrita que sofre modificações no século XX. O surgimento da mídia eletrônica, com o rádio, a televisão e a internet, confere uma nova dimensão à informação. Além de ser fundamental para a difusão, a conservação e até mesmo a construção da cultura da sociedade, no que diz respeito às concepções políticas, econômicas, históricas e científicas, a informação no mundo moderno é uma necessidade para qualificar a interação social.

Esse novo contexto é o que acaba incentivando o jornalismo como um negócio. A natureza econômica do jornalismo surgira antes, a partir do avanço do capitalismo e do rompimento do sistema feudal. A era das grandes navegações impusera à burguesia a necessidade de estar atualizada com as informações mais importantes do mundo dos negócios e das descobertas para poder visualizar oportunidades de lucro. Ou seja, a informação tornara-se um produto de interesse desse público e, por consequência, a imprensa se constituía como extensão do capitalismo.

3.2 Editorial: a construção do discurso e um histórico de OESP, O Globo e ZH

De acordo com as premissas anteriormente elencadas para a *análise de discurso*, é fundamental verificar o contexto histórico e social no qual se insere o objeto do trabalho (no caso, os jornais), além de como esse objeto interage com a esfera social na qual circula. Esses pressupostos são importantes para a organização da dissertação e para qualificar a análise do corpus selecionado.

Por isso, também é necessário introduzir algumas noções, ainda que básicas e breves, sobre a história de cada um dos jornais que serão utilizados na análise proposta neste trabalho, com o intuito de situar a importância dos mesmos no jornalismo brasileiro.

3.2.1 O Estado de S.Paulo

O Estado de S.Paulo é o jornal mais antigo em circulação na cidade de São Paulo. Considerado um dos maiores jornais do país, o Estadão começou a nascer em meio à Convenção Republicana de Itu. Américo Brasiliense e Manoel Ferraz de Campos Salles reuniram um grupo de pessoas e propuseram a criação de um diário para combater a escravidão e a monarquia. Assim, surgiu a primeira edição de A Província de S.Paulo, em janeiro de 1875. O nome atual nasce em 1890, com a República e as unidades federativas obtendo novas designações (PONTES, 2007).

Algumas características do periódico são consideradas únicas por pesquisadores. Capelato e Prado ressaltam que o Estadão se diferencia da maioria da imprensa brasileira por ter, no seu DNA, a (...) constância e coerência na sua trajetória de “defensor dos postulados liberais”, e sua recorrente autodefinição como “órgão de oposição” aos governos constituídos. Ressalte-se ainda a permanente e sempre reiterada preocupação política do jornal de – para além de sua função informativa – se apresentar como “órgão modelador da opinião pública” (1980, p. 19).

Segundo Eleutério (2008), o Estadão tentava, ainda quando se chamava Província, equilibrar a ideologia das elites com a defesa do cidadão. Ainda que se declarasse imparcial em relação ao republicanismo, o jornal muda a partir da Proclamação da República. Assim que Júlio de Mesquita assume a direção, em 1891, o jornal passa a tratar jornalismo e política dentre de um mesmo espectro. Aquela época foi marcada pela aproximação da imprensa brasileira às características de uma sociedade burguesa (SODRÉ, 1999, p. 261).

Isso se evidencia quando o jornal vem a apoiar agentes políticos. Em 1910, o Estadão declara apoio à candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. A posição segue o que pensam as elites políticas de São Paulo. O mesmo se repete com a candidatura de Rui Barbosa, em 1919, embora, em ambas as eleições, o candidato tenha sido derrotado.

No início do século XX, começam a ocorrer mudanças expressivas no jornal. Júlio de Mesquita, que ocupava a direção política do periódico desde 1891, torna-se o seu único proprietário, em 1902. Na época, o Estadão já era reconhecido publicamente como um grande órgão político. Como a capital São Paulo se tornara um centro industrial de bom desenvolvimento, influenciada pela ampliação das relações capitalistas (SODRÉ, 1999), o crescimento econômico se fizera realidade na cidade. Essa notoriedade favoreceu o aquecimento do comércio e a criação da Universidade de São Paulo. O Estadão teve forte participação nesta causa, o que evidenciou sua importância naquele momento, ao defender o surgimento da universidade por meio de uma campanha editorial.

A associação desse veículo de mídia com o crescimento econômico do estado fez com que o Estadão obtivesse ainda maior relevância e lucro. Isso gerou a ampliação da sua operação, estendida à Rádio Eldorado, a partir de 1958, para a criação do Jornal da Tarde, em 1966, e da Agência Estado, em 1970, em meio ao Regime Militar (PONTES, 2007). O Estadão, aliás, teve uma relação polêmica com os militares desde a ascensão dos mesmos ao poder. Em 1964, ano do golpe, o periódico apoiou a deposição do presidente João Goulart. O argumento central do Estadão foi que João Goulart não tinha autoridade para governar e era necessária uma intervenção, porém transitória.

Após perceber que a influência da extrema direita sobre o governo militar havia se ampliado, com a instituição da ditadura, o jornal passou a fazer oposição ao governo (PONTES, 2007), o que fez com que o periódico sofresse censura. Como forma de denunciar as arbitrariedades contra a imprensa, o jornal publicava poemas e receitas culinárias nos espaços destinados àquelas notícias que tinham sido censuradas pelos militares. O nível mais elevado de repressão foi verificado a partir de 13 de dezembro de 1968, quando o exemplar do dia não pôde circular devido ao teor de um editorial. Assim, passou a ocorrer controle dentro da própria redação. Apenas em 1975 essa prática foi encerrada pelo governo militar (PONTES, 2007).

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, os jornais e a televisão se consolidaram cada vez mais como as mídias mais utilizadas pela população para obter informações sobre fatos relacionados ao cotidiano e análise de assuntos com repercussão na sociedade. É no início dos

anos 2000 que ocorre a expansão da rede mundial de computadores e os jornais passam a ser desafiados a se reestruturar e se adaptar a essa nova realidade. No caso do Estadão, o seu portal de notícias na internet é um dos primeiros, dentre os jornais brasileiros, a ser fundado, já no ano 2000. Em cerca de três anos, o *site* obteve a liderança no segmento, com mais de um milhão de visitantes por mês (PONTES, 2007).

Em um curto espaço de tempo, o acesso ao meio digital se massifica, o que provoca alterações também no campo da mídia. O crescimento da internet se mantém até os dias atuais, e traz como uma de suas consequências o aumento dos investimentos dos jornais em suas plataformas *online*, além da queda na circulação do exemplar impresso. O Estadão vem sendo alterado de maneira mais expressiva do ponto de vista gráfico desde 2010. Aos poucos, a infografia passou a ser mais valorizada como forma de melhorar a percepção do leitor sobre os assuntos e uma redução geral do número de páginas da publicação. A exemplo de outros jornais, o Estadão condensou algumas seções em cadernos menores. É o caso das editorias de “Política”, “Internacional” e “Metrópole”, agrupadas no “Primeiro Caderno”.

Embora não seja objeto da dissertação, é importante destacar que essas modificações vão na esteira de tendências aplicadas por jornais em todo o mundo, com enxugamento das redações e dificuldades para obter receitas que substituam a queda da publicidade nas páginas dos periódicos.

De acordo com dados do IVC de 2015, o índice atual de circulação do jornal de segunda-feira a domingo é de 165.740 exemplares. No que diz respeito ao texto editorial, o Estadão publica o posicionamento da empresa jornalística a respeito de assuntos do momento na página A3, na grande maioria das vezes, em uma seção chamada “Notas e Informações”. A opinião do jornal é identificada com um selo que remete à sua fundação. A postura do jornal é apresentada em seu código de ética como inspirada “nos princípios fundadores do jornal Província de São Paulo”.

O periódico pondera, porém, que acrescentou como diretrizes, a partir das mudanças históricas, o “compromisso com a democracia, a luta pela defesa da liberdade de expressão e de imprensa, a promoção da livre iniciativa, da justiça e a permanente busca da verdade”. O Estadão afirma que se identifica e se compromete com os Direitos Humanos e que possui independência informativa e editorial.

A linha editorial é classificada no seu Código de Ética (2017) como “a identidade do Grupo Estado” e como a visão opinativa a respeito dos principais acontecimentos, “fiel à missão editorial e às orientações aprovadas pelo seu Conselho de Administração” (p. 4).

A postura combativa do periódico fez com que o mesmo fosse submetido a um período de censura que dura até hoje em função da publicação de notícias sobre a Operação Fator, que investigava irregularidades cometidas pelo filho do ex-senador José Sarney, Fernando Sarney.

O Estadão possui a característica de apoiar determinados candidatos por meio de textos editoriais. Isso já ocorreu em 1989, quando apoiou Fernando Collor; em 1994 e 1998, apoiando Fernando Henrique Cardoso; em 2002, a José Serra; em 2006, a Geraldo Alckmin; em 2010, a José Serra e, em 2014, a Aécio Neves.

Portanto, a partir do relato histórico anterior, entende-se que há relevância para que o Estadão seja um dos jornais analisados pela pesquisa. O exercício do jornalismo opinativo por meio de seus editoriais é uma das marcas do DNA do periódico.

3.2.2 O Globo

Sediado no Rio de Janeiro, o jornal O Globo foi fundado em 1925, por Irineu Marinho, e integra o maior conglomerado de mídia do Brasil, o Grupo Globo, formado pela TV Globo, pela Rádio Globo e pela Editora Globo. Para facilitar a motivação sobre a escolha do periódico para integrar o trabalho, é importante realizar um apanhado sobre a origem do jornal. O Globo foi fundado em um contexto de intensas agitações sociais e políticas que marcaram a década de 1920, período importante na história republicana brasileira.

A decadência do Estado Oligárquico ocorreu uma série de transformações culturais e de mobilizações no âmbito político. A crise naquela década foi marcada pelos protestos promovidos pelo movimento tenentista, conjugados ao surgimento do Partido Comunista Brasileiro, que representava o operariado, e o aumento da insatisfação da oposição com a política, na época dominada pelos partidos republicanos. É neste contexto que Irineu Marinho funda O Globo, inicialmente um jornal vespertino, com o intuito de renovar a imprensa do Rio de Janeiro.

Em seus primeiros anos, as páginas d'O Globo são dominadas por intensos debates políticos. Isso ocorre porque, como lembram Richard Romancini e Cláudia Lago (2007, p. 85), “a grande imprensa documenta as crises pelas quais passa a República Velha e, também, de certa forma, participa delas”.

A postura editorial do jornal é autodeclarada como “em defesa da democracia e de suas instituições”. Ao longo de sua existência, O Globo tem se posicionado a respeito dos principais acontecimentos políticos, em geral com uma ótica conservadora. Quando

Washington Luiz é deposto, o jornal saúda a vitória das “forças pacificadoras da Revolução”. Ao mesmo tempo, ressalta a necessidade de restauração da ordem constitucional. Nos anos 30, O Globo utiliza o argumento da defesa da democracia para também pedir o enfrentamento a grupos considerados perigosos para esse ideal. A ideologia comunista, por exemplo, é apresentada em suas páginas como ameaçadora para o país.

A postura conservadora é explicitada quando o governo passa a repreender os comunistas e esse comportamento agrada ao jornal. A partir dos anos 1950, o jornalismo carioca sofre um profundo processo de reformulação, com alterações na estrutura administrativa das empresas jornalísticas e a instituição de um padrão mais empresarial de gestão. Diante dessa série de reformulações, além dos alinhamentos econômicos e políticos que decorrem da Guerra Fria, o periódico começa a pregar, em seus editoriais, que o capital estrangeiro tenha maior participação na economia do Brasil.

Há uma percepção por parte d'O Globo de que esse capital estimularia o crescimento do país e seria benéfico de várias maneiras, como no combate à inflação. Daquele período em diante, fica mais evidente o alinhamento da publicação com os conceitos de alguns grupos políticos e empresariais. Entre eles, os criadores de projetos defendidos por setores militares e pela União Democrática Nacional (UDN). Esse alinhamento também contribuiu para que as Organizações Globo se tornassem uma das maiores redes de comunicação do mundo.

A própria consolidação das Organizações Globo ocorreu de forma paralela ao regime militar. A postura do jornal durante a discussão da redemocratização do país, entre o fim dos anos 1970 e a década de 1980, é favorável ao discurso do regime militar, de uma “redemocratização conservadora”. O posicionamento pró-governo é observado também após a eleição de Fernando Collor de Mello, cujo programa econômico, calcado em medidas neoliberais e enxugamento de gastos públicos, é apreciado pelo periódico.

Segundo dados do IVC, O Globo é o segundo maior jornal brasileiro em termos de circulação, com média de 183.404 exemplares diários. O posicionamento institucional do Grupo Globo defende que o conglomerado deve possuir postura independente, apartidária e laica. O jornalismo deve prezar pela isenção e pela agilidade. Atualmente, O Globo publica o seu editorial na página de expediente, sob a cartola “Opinião”.

É inquestionável a relevância do jornal, tanto do ponto de vista jornalístico, quanto político, ao longo de sua existência. Por isso, e também pela forte ligação d'O Globo com a análise de questões ligadas à política nacional, o periódico foi escolhido para integrar a pesquisa.

3.2.3 Zero Hora

Logo em seu surgimento, em 4 de maio de 1964, Zero Hora publicou em suas páginas um editorial que corrobora vários dos conceitos abordados nos tópicos anteriores, principalmente a característica do texto editorial de tentar se posicionar como voz da sociedade. Na ocasião, ZH afirmou ser “um jornal autenticamente gaúcho, democrático, sem vínculos ou compromissos políticos, com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis”. É importante lembrar que, antes de tornar-se Zero Hora, a publicação se chamava Última Hora. Fundada por Samuel Wainer em 12 de junho de 1951, no Rio de Janeiro, a rede de jornais populares com esse nome chegou a Porto Alegre, em 6 de maio de 1960. A publicação vespertina concorria diretamente com a Folha da Tarde, da Companhia Jornalística Caldas Júnior. A sua última edição circulou em 2 de abril de 1964 um dia após o Golpe Militar.

Zero Hora é um jornal amplamente reconhecido no Rio Grande do Sul e no Brasil por sua vinculação ao Grupo RBS, conglomerado midiático líder de audiência no estado em diversos segmentos. Essa ligação começou a se materializar em 1967, quando Maurício e Jayme Sirotsky adquiriram 50% das ações do jornal. Em 1970, Zero Hora passou a ser 100% da família Sirotsky, quando Maurício e Jayme adquiriram o restante das ações de Ary de Carvalho, antigo proprietário. Ainda naquele ano, o periódico passou a fazer parte da RBS.

Lauro Schirmer (2002) destaca que a primeira metade da década de 1970 impôs muitos desafios ao jornal por conta da concorrência com outros periódicos, como o Diário de Notícias, Jornal do Comércio e o Correio do Povo, da Companhia Jornalística Caldas Júnior. Naquela época, a redação de ZH contava com cerca de 100 funcionários, entre jornalistas, fotógrafos e assistentes administrativos, e utilizava conteúdo de duas agências contratadas, a France Press (AFP) e a Agência Estado.

Em março de 1973, Zero Hora passou por um episódio marcante, que causou consequências à gestão do periódico. Por volta das 19h30min do dia 28 daquele mês, um incêndio atingiu as dependências do jornal, destruindo parte do arquivo. Schirmer relata que o fogo só foi controlado perto das 23h, tendo alcançado o segundo e o terceiro andares do prédio, onde também estavam os estúdios da Rádio Gaúcha. Na área gráfica, os equipamentos foram salvos, mas parte do acervo fotográfico, oriundo da Última Hora, se perdeu nas chamas (SCHIRMER, 2002, p. 78).

Apesar do incidente, uma nova edição do jornal foi publicada no dia seguinte, com a histórica manchete “Incêndio não parou jornal”. Até hoje, um quadro com a reprodução da capa daquele dia está nas paredes do prédio de Zero Hora.

Com a edição do Ato Institucional 5 (AI-5), Zero Hora passou a sofrer com os problemas causados pela censura praticada pela ditadura militar. Schirmer relata que o episódio mais marcante foi a publicação, por parte do jornal, da notícia de que o governo Médici pretendia oferecer apoio ao Uruguai, por meio da importação de trigo, o que certamente causaria indignação entre os produtores gaúchos. A notícia causou forte reação dos militares.

Um dos principais motivos que levaram ZH a se manter distante de maiores crises financeiras, ao longo das décadas seguintes, foi a sua integração com os demais veículos do Grupo RBS, como a Rádio Gaúcha e a RBS TV. Um dos eventos que marcou essa integração foi a cobertura da libertação do cônsul brasileiro Aloísio Dias Gomide, sequestrado em solo uruguaio no carnaval de 1971. A notícia teve repercussão nacional a partir da Rádio Gaúcha e da publicação, com material exclusivo, de reportagens na edição de ZH do dia seguinte.

Foi a partir de 1978, com o lançamento do caderno de classificados, que Zero Hora deu um salto na circulação e consolidou uma liderança regional. A iniciativa fez com que ZH duplicasse a sua tiragem e ampliasse o faturamento, ganhando vantagem sobre o Correio do Povo, principal concorrente. Segundo Bolívar Madruga Duarte, “a batalha dos classificados foi das mais decisivas” na disputa entre os dois jornais (SCHIRMER, 2002, p. 93).

Bolívar destaca que a inspiração para a criação dos classificados surgiu a partir do Miami Herald, jornal sediado na Flórida (EUA), que dominava o mercado regional naquela época. Bolívar ficou 30 dias pesquisando os motivos para o sucesso do periódico e retornou para o Brasil com um mapeamento do trabalho dos norte-americanos, que incluía um sistema de venda por telefone e um manual de operação dos classificados. Em março de 1979, foi lançado o caderno de classificados de ZH. A operação de Zero Hora apresentava estratégias que pretendiam abraçar o mercado publicitário por meio do pagamento de comissão para agências. Também foram abertos pontos de venda dos classificados e foi criada uma linha telefônica especial para receber anúncios. Ao fim daquele ano, Zero Hora já havia conquistado mais de 50% do mercado de anúncios em classificados. Esse sucesso também se deveu, é claro, à crise atravessada pela Companhia Jornalística Caldas Júnior, que afetava ao Correio do Povo.

Devido ao sucesso do periódico, ZH tornou-se referência no segmento de classificados, que serviu como inspiração para outros veículos do Grupo RBS e para outros jornais brasileiros. Em 2009, foi inaugurado o Parque Gráfico Jayme Sirotsky, destinado à impressão de Zero Hora e Diário Gaúcho. O investimento milionário, de mais de R\$ 70 milhões, veio da convicção da família Sirotsky de que o mercado de jornais se manteria aquecido durante os anos seguintes.

Atualmente, Zero Hora é o jornal de maior tiragem da Região Sul, com circulação total de 141 mil exemplares diários (2015), segundo auditoria do Instituto Verificador de Circulação (IVC). Embora o setor de comunicação do jornal divulgue que a circulação do jornal cresceu nos últimos anos, essa informação deve levar em consideração os acessos digitais ao *site* do periódico. No que tange à operação impressa, o que se observa é uma queda na circulação. Em 2008, ZH vendia, em média, 179 mil exemplares por dia. Ou seja, em sete anos houve uma queda de 21% nas vendas.

Recentemente, em 2014, Zero Hora passou por uma reformulação para marcar os seus 50 anos. Além de alterações no padrão gráfico do jornal, o periódico passou a adotar o *slogan* “Papel. Digital. O que vier”, para sinalizar seu acompanhamento das mudanças tecnológicas. O jornal também passou a trabalhar sob o conceito de publicação *beta*, ou seja, em constante transformação. Em 2014, foi reduzido o número de cadernos e algumas editorias foram agrupadas. Aquele ano também marcou o fim de sucursais mantidas no interior do Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista do texto editorial, ZH conta com um espaço significativo, batizado de “Opinião da RBS”. O próprio título da seção evidencia que o editorial expõe o posicionamento do grupo empresarial do qual o jornal faz parte. O mesmo texto, com alguns ajustes de espaço, é reproduzido pelas demais publicações da empresa: Diário Gaúcho, Diário de Santa Maria e O Pioneiro.

Diante das informações expostas anteriormente e, principalmente, por ser o maior jornal gaúcho em circulação, entendemos que é pertinente elencar Zero Hora como um dos jornais que vão compor o *corpus* da pesquisa.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS EDITORIAIS

A partir deste momento da dissertação, feitas as devidas fundamentações teóricas anteriores, partimos para a análise do material selecionado para o corpus. Para isso, utilizaremos as três fases da Hermenêutica de Profundidade (HP): análise sócio-histórica, análise discursiva e interpretação/reinterpretação.

4.1 Da eleição ao rompimento com o governo, uma análise sócio-histórica

Como a *análise sócio-histórica* proposta por Thompson (1990) tem como objetivo reconstruir as condições sociais e históricas da geração, transmissão e recepção das formas simbólicas, a partir de agora utilizaremos essa etapa para contextualizar os editoriais que serão analisados no próximo passo. Em um primeiro momento, o período abrangido vai de novembro de 2014 a julho de 2015, espaço de tempo em que o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) sedimentou a sua candidatura à presidência da Câmara e, após, rompeu com o governo da então presidente Dilma Rousseff.

Conforme relatado em capítulo anterior, Eduardo Cunha caracterizou a sua atuação parlamentar pela influência sobre um grande grupo de políticos de menor expressão legislativa. Líder do PMDB na Casa desde 2013, Cunha foi contrário à renovação da chapa encabeçada por Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB) e, mesmo após a reeleição da dupla, declarou-se independente (G1, 2014).

A sua candidatura à presidência da Câmara foi lançada em 2 de dezembro, calcada na ideia de que o Poder Legislativo não poderia ser submisso ao Executivo. Ao longo dos meses que antecederam a disputa, Cunha viajou o país e arregimentou apoiadores com esse discurso.

É importante lembrar que o contexto da época em que Cunha foi eleito remete a muitas dificuldades para o governo federal. Reeleita com pequena margem sobre o adversário Aécio Neves (PSDB), no segundo turno da disputa presidencial, (51,64% a 48,36% dos votos válidos), a então presidente Dilma Rousseff concluía o primeiro mandato com uma queda acentuada dos seus índices de popularidade. Segundo pesquisa do Datafolha (2014), Dilma terminou o primeiro mandato com 24% de reprovação, quatro pontos percentuais a mais do que antes da eleição. Em um curto espaço de tempo, a reprovação disparou de 24% para 44% em fevereiro de 2015.

A partir da leitura dos dados das pesquisas de popularidade, é possível observar que o escândalo da Petrobras, ao qual 68% dos entrevistados atribuíram responsabilidade a Dilma, e o crescimento do desemprego (IBGE, 2014), que alcançou o maior nível em dois anos e meio em fevereiro de 2015, colaboraram para derrubar a popularidade da presidente. Soma-se a isso a influência do pleito de 2014 que, pelo acirramento, já indicava uma divisão no país.

Como não poderia deixar de ser, essa divisão política também se expressou no Legislativo. Os candidatos à presidência da Câmara eram, além de Cunha, Júlio Delgado (PSB-MG) e Arlindo Chinaglia (PT-SP) – o preferido do Planalto. Em 1º de fevereiro, Cunha foi eleito em primeiro turno, com 267 votos, impondo uma derrota expressiva ao Executivo.

Após a eleição, um dos seus principais apoiadores, o deputado federal Darcisio Perondi (PMDB-RS), afirmou que ali nascia um PMDB “menos atrelado” ao governo (O GLOBO, 2015), em uma sinalização de que a relação entre Executivo e Legislativo não seria tão simples. O próprio Cunha, ao discursar após a eleição, demonstrou a insatisfação com a tentativa do Planalto de eleger Chinaglia e reforçou a ideia de que a Câmara seria independente:

A gente deixou muito claro que ia buscar altivez e independência do parlamento. Aqui é palco de exercer os grandes debates que a Casa precisa e vai fazer. Nunca, em nenhum momento, falamos que seríamos oposição. Não falamos também que seríamos submissos (G1, 2014).

Um ponto importante no processo de eleição de Cunha foi o comportamento do Planalto que, ao constatar que perderia a disputa, tentou, sem sucesso, costurar alternativas políticas para minimizar a derrota. Sem qualquer abertura por parte de Cunha, o PT acabou sem cargos na Mesa Diretora e não conseguiu sequer garantir o compromisso de Cunha de que o rodízio na presidência da Casa, que teria o PT no cargo dois anos depois, fosse honrado. (OESP, 2015)

Superado o episódio da eleição da Câmara, entra em cena uma situação que foi decisiva para os desdobramentos políticos que o Brasil enfrentou nos meses seguintes. Desde que assumiu, Cunha apresentou ao Congresso uma série de *pautas-bomba*², que tinham como um dos objetivos desgastar o governo. Naquele momento, o Executivo pregava medidas de austeridade para equilibrar as finanças, ao passo que o Legislativo votava, sob a batuta de Cunha, projetos que elevavam despesas (OESP, 2015).

² Pauta-bomba é a denominação dada pela imprensa e pelo governo federal às propostas legislativas que aumentam gastos públicos em um momento em que o Planalto pretendia reduzir despesas.

A relação turbulenta de Cunha com o Planalto também passou por episódios como a eleição do líder do PMDB na Câmara, que teve a vitória de um aliado do governo, Leonardo Picciani (PMDB-RJ), sobre o preferido de Cunha, Hugo Motta. Esse contexto de acirramento aumentou exponencialmente a partir de março de 2015, quando veio à tona a primeira lista de políticos investigados no âmbito da Operação Lava-Jato (G1, 2015).

Eduardo Cunha era o nome mais graduado na lista divulgada pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A acusação que pesava contra ele era de que o parlamentar teria recebido propina para viabilizar o contrato de aluguel de um navio por parte da Petrobras. Na época, Cunha rechaçou a suspeita, classificando o apontamento de Janot como “absurdo” (G1, 2015).

Embora essa acusação tenha sido amplamente divulgada, ela não chegou a afetar tanto a atuação de Cunha quanto a que veio meses depois, no fim de junho, na delação do ex-consultor da Toyo Setal Júlio Camargo. Em depoimento, ele afirmou à Justiça Federal do Paraná que Cunha o pressionou a pagar US\$ 10 milhões em propina para viabilizar contratos de aquisição de navios-sonda por parte da Petrobras (G1, 2015).

Os parágrafos anteriores são importantes para situar o fato que veio a seguir. Em julho, Eduardo Cunha anunciou o rompimento com o governo federal (VALOR ECONÔMICO, 2015). Como foi visto anteriormente, a relação entre Cunha e o Planalto não era boa, mas o rompimento com o presidente de um Poder da República se declarando oposição ao Executivo tornou-se um fato político de grande relevância. Ao comunicar o rompimento, Cunha fez duras críticas ao governo e indicou que a sua atuação mudaria dali para a frente:

“O governo nunca me quis e não me quer como presidente da Câmara. O governo não me engole, tem um ódio contra mim. Tem um bando de aloprados no Planalto que vive desse tipo de circunstância, de criar constrangimento. (...) O fato de eu estar rompido com o governo não vai afetar a relação institucional (...) Saiba que o presidente da Câmara agora é oposição ao governo” (VALOR ECONÔMICO, 2015).

Antes do rompimento de Cunha com o governo, uma pesquisa do Datafolha mostrou que o então presidente da Câmara era conhecido por 65% dos brasileiros, sendo que a sua atuação à frente do Legislativo era aprovada por 17% dos entrevistados e reprovada por 28%. A maioria, 42%, considerava-a regular (DATAFOLHA, 2015)). Ao mesmo tempo em que o presidente da Câmara gozava de um certo desconhecimento sobre a sua atuação parlamentar, que em vários momentos impôs desgaste ao governo, a presidente Dilma Rousseff enfrentava os piores índices de popularidade desde que assumira o Planalto. Na mesma pesquisa, Dilma

obteve um recorde de rejeição, atingindo 65%, quase a marca de Fernando Collor em 1992, de 68%, antes de ser afastado da presidência.

Os parágrafos anteriores vão na direção do que Thompson (1995) propõe, ou seja, identificam e descrevem as situações espaço-temporais em que as formas simbólicas foram produzidas (p. 366). No próximo sub-capítulo, passaremos à etapa da análise discursiva a partir dos conceitos de Charaudeau, examinando três editoriais de três jornais no período descrito anteriormente para verificar de que maneira as empresas jornalísticas em questão se manifestaram sobre os acontecimentos elencados na *análise sócio-histórica*.

4.1.1 Análise discursiva

Para estudar o discurso dos editoriais dos jornais elencados para a pesquisa, utilizaremos, conforme ressaltado anteriormente, a técnica da análise de discurso proposta por Patrick Charaudeau. Os textos serão catalogados em duas categorias macro, que englobam *dados externos* e *dados internos* de composição dos mesmos. Dentro dessas categorias, serão examinadas, na etapa dos *dados externos*, as condições de produção do discurso (*identidade, finalidade e propósito* e *dispositivo*). Já na fase dos *dados internos*, a leitura irá abranger os comportamentos languageiros do discurso, a partir dos espaços de *locução, relação* e *tematização*.

A organização da análise na dissertação não corresponde exatamente à cronologia dos acontecimentos de cada recorte de tempo escolhido para preservar a ordem de apresentação da leitura sobre cada jornal.

4.1.1.1 O Estado de S.Paulo

O editorial em análise foi publicado pelo jornal O Estado de S.Paulo no dia 3 de fevereiro de 2015, dois dias após a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados. Em um primeiro momento, vamos verificar as condições de enunciação da mensagem contida no texto.

Do ponto de vista da *identidade*, trata-se de um jornal que tem no seu DNA a característica de defesa do liberalismo com base na livre iniciativa (OESP, 2017). Isso se verifica não apenas na missão editorial da publicação como também em diversos editoriais

publicados ao longo de sua história, que têm como marca a redução da máquina pública e críticas a governos de esquerda.

Durante o ano de 2014, o Estadão marcou posição contrária à reeleição da então presidente Dilma Rousseff (PT), declarando apoio a Aécio Neves (PSDB). A menos de um mês do pleito presidencial, um editorial (14 de setembro, 2014) intitulado “A razão contra a baixaria e a apelação”, no qual a razão é a candidatura de Aécio, a baixaria, a de Dilma e, a apelação, a de Marina Silva (PSB), demonstrou claramente a posição do jornal.

No momento em que o PT apela para o que sabe fazer melhor - atacar e iludir - e Marina recorre ao bom-mocismo e à manipulação de obviedades para seduzir um eleitorado ávido por mudanças, o candidato do PSDB introduziu um sopro de racionalidade no debate eleitoral. Além do comprometimento histórico dos tucanos com a estabilidade e o desenvolvimento econômico do País, Aécio Neves pode contar com a credibilidade de quadros técnicos comprovadamente competentes (OESP, 2014).

No editorial seguinte à reeleição de Dilma, o jornal manifestou preocupação e ceticismo com o novo mandato da petista. O texto prevê dificuldades para a presidente e dispara críticas à sua conduta:

A inescapável conclusão é de que o País saiu da sucessão presidencial mais crispado do que nela entrou. Diante disso, ainda que tomando pelo valor de face a sua fala aparentemente conciliadora, será um feito de enormes proporções ela construir uma liderança que dê conta dessa realidade adversa e, a partir daí, comandar o seu desmanche. De resto, ela mesma já começou dando motivos para o ceticismo. A Dilma de sempre confinou ao palavrório o chamamento à abertura e disposição para o diálogo. De um lado, porque não teve a decência política elementar - para não falar em mera cortesia pessoal - de mencionar o nome do adversário Aécio Neves, a quem superou a duras penas na incerta jornada de horas antes e que, por sua vez, não hesitou em lhe telefonar tão logo se tornaram conhecidos os resultados da disputa (OESP, 2014).

Com os recortes acima, além da contextualização feita anteriormente sobre os princípios editoriais e a própria história do Estadão, é possível verificar que a *identidade* do jornal, ao se comunicar por meio dos editoriais, no momento em análise, é bem clara: trata-se de uma publicação absolutamente contrária ao governo petista.

Superada a etapa da *identidade*, passamos a analisar as condições de *finalidade e propósito* do editorial. O texto analisado é intitulado “Derrota Acachapante”, e trata da eleição de Eduardo Cunha sob o viés do impacto sobre o Executivo. Como ensina Charaudeau (1990), as condições de enunciação da mensagem por meio da *finalidade e do propósito* respondem a alguns questionamentos, como: “Estamos aqui para dizer o quê e do que se trata?”

A *finalidade* e o *propósito* do editorial são verificados após a leitura do texto como um todo, demonstrando o claro intuito do jornal de desqualificar a capacidade política da presidente Dilma Rousseff, atribuindo a esse fator uma série de riscos mais amplos para o país, como a derrocada da economia. Isso fica ainda mais claro a partir da observação dos dados internos do discurso, o que faremos a seguir.

Os comportamentos linguageiros do editorial são divididos nos espaços de *locução*, *relação* e *tematização*. Logo no título e no primeiro parágrafo, esses comportamentos são observados em fusão entre esses espaços:

A presidente Dilma Rousseff levou uma derrota acachapante na eleição do presidente da Câmara dos Deputados. Mas há algo de positivo a comemorar na eleição do peemedebista Eduardo Cunha? Até onde a vista alcança é possível prever maior equilíbrio entre os Poderes Executivo e Legislativo, com a autonomia deste minimamente preservada. Isso é bom para a consolidação das instituições democráticas. Mas é preciso levar em conta que esse episódio não altera, ao contrário, ratifica, a natureza do presidencialismo de coalizão fisiológica consagrado pelo lulopetismo. A diferença é que essa coalização pode custar mais caro para o Executivo, prejuízo que também poderá ser maior para o País. Desse ponto de vista, portanto, nada a comemorar (OESP, 2015).

Do ponto de vista da locução, o texto editorial costuma seguir um padrão. Ou seja, ele fala em nome da empresa jornalística e porque as empresas jornalísticas possuem relevância social e política para que as manifestações sejam consideradas. No trecho acima, isso fica claro, já que o jornal toma posição e opina sobre a eleição, principalmente ao questionar se “há algo de positivo” na escolha de Eduardo Cunha e responder que “é possível prever maior equilíbrio entre os Poderes Executivo e Legislativo”. A *tematização* e o comportamento de *relação* do discurso se fundem em diversos momentos, a partir de quando o jornal toma uma posição e utiliza o modo argumentativo para sustentá-la:

Por outro lado, ao meter os pés pelas mãos na tentativa truculenta de impor aos parlamentares da "base aliada" o seu candidato à presidência da Casa - o petista Arlindo Chinaglia -, Dilma deu mais uma demonstração de incompetência política, de sua incapacidade de enfrentar situações adversas com um mínimo de habilidade para, na pior das hipóteses, preservar a imagem e a liturgia do cargo que ocupa. A incompetência da articulação política do governo foi tal que o PT acabou perdendo até o que não precisava perder. Ficou sem os três cargos na Mesa a que teria direito pelo acordo de lideranças, bem como o comando de comissões permanentes importantes, como a de Constituição e Justiça, porque ofereceu esses cargos a aliados numa tentativa desesperada, e afinal inútil, de dissuadi-los de apoiar o desafeto da presidente. E acabou tendo de amargar a traição de pelo menos meia centena de deputados com os quais contava (OESP, 2015).

No trecho acima, o editorial se utiliza de uma encenação argumentativa para validar a sua argumentação, marcar posição e persuadir os interlocutores (leitores e o próprio poder). Para isso, o jornal lança mão de definições, citações e descrições capazes de produzir esse efeito de persuasão. O editorial declara que Dilma foi incompetente e, para sustentar essa ideia, descreve a situação à qual foi submetido o governo, ao perder cargos e não conseguir amenizar o impacto da derrota.

O texto segue a linha crítica e volta a questionar os interlocutores, utilizando um recurso de *sugestão*, sobre a capacidade da presidente de liderar o país e, por meio de mais uma definição que auxilia na ideia da encenação argumentativa, decreta que é para “reconduzir o País à trilha do crescimento” que a presidente foi eleita.

Que esperar dela, então, diante do desafio muito maior de reconduzir o País à trilha do crescimento, reajuste fiscal, controle eficaz da inflação, incremento qualificado do índice de emprego, recuperação da indústria, tudo isso convergindo para a consolidação e ampliação das conquistas sociais - tarefa eminentemente política impossível de ser cumprida sem uma liderança competente? Afinal, foi para isso que os brasileiros elegeram um presidente da República (OESP, 2015).

Superada essa parte crítica e analítica do editorial, o texto volta-se a um caráter de projeção, destacando as perspectivas que surgem para o Executivo a partir da eleição de Cunha:

A partir de agora Dilma Rousseff terá de se haver com um presidente da Câmara dos Deputados que, se é suficientemente hábil para não ostentar hostilidade ao Palácio do Planalto - até porque pertence ao partido que continua sendo o maior aliado do governo, o PMDB do vice-presidente Michel Temer -, com toda certeza não deixará de marcar posição de independência em relação ao Executivo. Eduardo Cunha, já em seu rápido pronunciamento ao assumir o cargo para o qual foi eleito, garantiu que, cumpridas as preliminares legais, imediatamente colocará na pauta de votação da Câmara um projeto de lei em relação ao qual a Presidência da República já manifestou clara objeção: o do chamado orçamento impositivo, que impõe ao Executivo prazo para o pagamento de emendas parlamentares à peça orçamentária. Há ainda muitas outras matérias relevantes de interesse do governo sobre as quais Eduardo Cunha poderá exercer seu poder de presidente da Câmara dos Deputados. E ele passa a ser a segunda pessoa na linha de sucessão da Presidência da República. Só resta esperar que disso tudo não saia perdendo o Brasil (OESP, 2015).

A última frase do texto destaca ainda mais o comportamento linguageiro de *locução* do editorial. Ao contextualizar o assunto e lembrar que Cunha passa a ser a segunda pessoa na linha de sucessão da Presidência, o jornal encerra o texto com uma conclusão em tom de desejo, ao afirmar esperar que “disso tudo não saia perdendo o Brasil”.

4.1.1.2 O Globo

O editorial do jornal O Globo a ser analisado foi publicado na edição do dia 14 de julho de 2015. A exemplo do Estadão, no que tange aos princípios editoriais, que formam a *identidade* da condição de enunciação do texto do jornal, O Globo (O GLOBO, 2017) se declara “independente, apartidário, laico” e afirma perseguir “isenção, correção e agilidade:.

Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre-iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza (O GLOBO, 2017).

A citação acima demonstra que há uma tentativa do jornal de se expressar como protetor de valores que são caros à sociedade de uma maneira geral. O jornal se declara um garantidor desses valores, como forma de assegurar, também, a atividade jornalística:

Esta postura vigilante gera incômodo, e muitas vezes acusações de partidarismos. Deve-se entender o incômodo, mas passar ao largo das acusações, porque o jornalismo não pode abdicar desse seu papel: não se trata de partidarismos, mas de esmiuçar toda e qualquer ação, de qualquer grupo, em especial de governos, capaz de ameaçar aqueles valores. Este é um imperativo do jornalismo do qual não se pode abrir mão. Isso não se confunde com a crença, partilhada por muitos, de que o jornalismo deva ser sempre do contra, deva sempre ter uma postura agressiva, de crítica permanente. Não é isso. Não se trata de ser contra sempre (nem a favor), mas de cobrir tudo aquilo que possa pôr em perigo os valores sem os quais o homem, em síntese, fica tolhido na sua busca por felicidade. Essa postura está absolutamente em linha com o que rege as ações do Grupo Globo (O GLOBO, 2017).

Esse princípio é importante para situarmos a *identidade* da publicação ao se manifestar por meio dos seus editoriais. Fica claro que o Grupo Globo, ao menos no que diz respeito aos seus conceitos editoriais, posiciona-se como um protetor dos interesses da sociedade como um todo. Ou seja, do ponto de vista da *identidade*, O Globo é uma publicação que fala pelo seu Conselho Editorial tendo a pretensão de falar pela sociedade. Como o editorial é a expressão desse conjunto de situações, isso precisa ser levado em consideração no exame do texto:

Os veículos do Grupo Globo expressam, em seus editoriais, uma opinião comum sobre os temas em voga. Os textos podem e devem divergir no estilo, no enfoque, na ênfase nesse ou naquele argumento, mas a essência é a mesma. Essa opinião deve refletir a visão do seu conselho editorial, composto por membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações (O GLOBO, 2017).

Para entendermos melhor o contexto, a existência de uma *pauta-bomba* no Congresso começou a ser noticiada ainda em meados de março (OESP, 2015), quando Cunha articulou a votação de projetos que tinham impacto estimado de R\$ 207,1 bilhões nas contas da União. É importante destacar que O Globo, como destacado antes, tem uma postura de defesa do liberalismo econômico e do enxugamento da máquina pública. Ainda que esse tipo de ideologia não combine com um governo de esquerda, O Globo manteve, ao longo dos últimos anos, a posição de recomendar ao Executivo federal que essa agenda fosse encampada pelo governo.

Em um tom crítico, o jornal avaliou, no fim de 2014, que a presidente Dilma tinha conceitos equivocados sobre a economia e, além disso, uma interferência considera exagerada na área:

Um sinal forte de demarcação de um novo rumo na economia foi emitido pela nova ministra da Casa Civil, ainda em 2005, quando rebateu proposta do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de não permitir que os gastos públicos correntes crescessem mais que o PIB, ideia considerada “rudimentar” pela economista Dilma. Em vez de um ajuste fiscal, a ministra propôs o corte dos juros. Delineava-se ali o modelo “desenvolvimentista”, heterodoxo, voluntarista, para cuja implementação seria importante a chegada de Guido Mantega para o lugar de Palocci, também abatido por problemas éticos (O GLOBO, 2014).

Com o avanço dos primeiros meses do segundo governo da petista, e a tentativa de Dilma de promover um ajuste fiscal, o jornal mostrou uma “simpatia controlada” pela indicação de técnicos como Joaquim Levy, nomeado ministro da Fazenda, e Nelson Barbosa, ministro do Planejamento, para conduzir o enxugamento das contas. No entanto, a maneira escolhida pelo governo para reduzir as despesas foi criticada pelo jornal:

O Brasil precisa ajustar com urgência suas finanças públicas por uma questão conjuntural. A economia parou de crescer, a inflação saiu do prumo e o sinal amarelo está aceso nas contas externas. Sem o ajuste, esse quadro só iria se agravar.(...) Como não podia deixar de ser, no primeiro momento esse ajuste se concentrou no corte de despesas correntes. A equipe herdou um enorme déficit nas finanças, camuflado por valor colossal de restos a pagar. A resistência a esses cortes, dentro do governo e na base parlamentar no Congresso, acabou servindo de pretexto para as autoridades recorrerem ao aumento de tributos (O GLOBO, 2015).

Como lembra Charaudeau, a técnica de análise de discurso leva em conta a articulação entre os *dados externos e internos* que formam esse ato de linguagem, que, no caso do editorial, é o acontecimento comentado. Além da condição de *identidade*, o editorial tem *finalidade e propósito*. O texto em análise é intitulado de “Congresso abusa de ter baixa percepção da crise”. O próprio título já remete à característica do editorial de ser um

acontecimento comentado. No caso, trata-se de um editorial sobre a atuação do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, na disseminação dessas *pautas-bomba*.

Feita a contextualização sobre a *identidade* do texto editorial, tanto pela essência d'O Globo, quanto pelo ambiente da época da sua veiculação, observa-se que a condição de *finalidade* e de *propósito* da publicação são evidentes no sentido de atribuir uma parcela de responsabilidade ao Congresso (na figura de Eduardo Cunha, principalmente) pela situação fiscal e política do país.

Com a perspectiva de defender a democracia por meio da harmonia entre os Poderes, O Globo ressalta, no texto, que não é correto o Legislativo tentar retaliar o Executivo e dificultar o ajuste fiscal proposto pelo governo, ainda que não esteja nos patamares desejados pelo jornal. Passamos, então, à análise dos *dados internos* do discurso. Para isso, verificamos os comportamentos linguageiros por meio dos espaços de *locução*, *relação* e *tematização*.

Charaudeau destaca que o espaço de locução é identificado pelas questões: Por que fala e em nome de quê (CHARAUDEAU, 1990)? No caso em questão, o jornal se manifesta por conta da sua importância social e em nome do ajuste das contas públicas. Por isso, é preciso observar que, tanto a tematização, quanto a relação do discurso, vão nessa direção.

No primeiro parágrafo, o editorial relaciona as demonstrações de independência do Congresso (ao aprovar medidas de aumento de gastos) a uma tentativa do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de demonstrar força ao Executivo. Antes, na manchete, o editorial já acusa o Congresso de não entender a dimensão da crise financeira:

Contrariar interesses do Planalto serviria, ainda, como retaliação, por entenderem que o Executivo de alguma forma — não se sabe ao certo como — trabalharia para que os dois sejam arrolados juridicamente no escândalo do assalto lulopetista à Petrobras (O GLOBO, 2015).

A referência ao escândalo da Petrobras é utilizada como estratégia argumentativa para especular que as atitudes de Cunha têm relação com uma suposta ingerência do Executivo sobre as investigações. Feita essa introdução, O Globo alterna críticas ao governo de Dilma, a quem atribui grande parte da responsabilidade pela situação fiscal delicada relatada, com críticas ao Congresso (personificado em Cunha) por não compreender a gravidade do caso:

Mas é certo que por trás de tudo estão os problemas políticos da presidente Dilma, cuja popularidade bate recordes de baixa, desestabilizada por uma campanha eleitoral vitoriosa, mas fantasiosa, por acenar aos eleitores com um futuro ilusório, manobra logo comprovada pela política de austeridade adotada pela própria presidente reeleita.

A perda de sustentação de Dilma junto ao eleitorado corrói a base parlamentar do Planalto e torna a aprovação de importantes medidas de ajuste fiscal no Congresso mais difícil (O GLOBO, 2015).

Essa alternância entre as organizações narrativas e argumentativas antecede uma tomada de posição mais incisiva. É o que costuma ocorrer nos editoriais, e é o caso do texto em análise. Além das críticas ao Congresso, o jornal se posiciona de maneira a sugerir uma ação por parte de Dilma, que seria a de vetar ao menos um dos projetos que inflaram as despesas:

O mais recente desatino foi, à margem do ajuste, a aprovação de uma proposta autista de um reajuste salarial médio de 56% no Judiciário. Em quatro anos, a fatura a ser remetida ao Tesouro será de R\$ 25,7 bilhões, conta impagável se for respeitado o princípio da responsabilidade fiscal. Para ser coerente com seu novo e acertado discurso pró-ajuste, a presidente Dilma terá de vetar (O GLOBO, 2015).

O editorial segue no mesmo tom no seu encerramento, utilizando adjetivos e convergindo para a construção de um alerta que dialoga tanto com o público leitor quanto com o próprio poder público. O texto classifica os gestos de Cunha como “demonstrações de insensatez e cegueira” diante da situação e alerta que a crise fiscal da Grécia, “vista de Brasília, parece acontecer em outro planeta”.

4.1.1.3 Zero Hora

O editorial de ZH em análise foi publicado na edição do dia 18 de julho de 2015, um dia após Eduardo Cunha anunciar o rompimento político com o governo federal. Como fizemos anteriormente, vamos situar o contexto macro da produção do discurso por meio das condições de *identidade* propostas por Charaudeau (2009). No capítulo anterior, observamos que o jornal Zero Hora faz parte do Grupo RBS e expressa as opiniões deste conglomerado midiático em seu espaço editorial.

O recorte de tempo ao qual avançamos nas análises anteriores nos conduz a um ambiente de tensão entre Executivo e Legislativo, que se expressa de maneira narrativa, descritiva e crítica nos jornais que estão sendo analisados. Na época em que o editorial a ser discutido foi publicado, já havia um acúmulo de opiniões de Zero Hora contra as atitudes de Cunha. Antes mesmo da ascensão do peemedebista ao cargo de presidente da Câmara, o jornal já demonstrava incômodo com a postura do deputado:

A eleição para a presidência da Câmara Federal está sendo marcada pelas mesmas estratégias de desconstrução de adversários, com a repetição de acusações e injúrias, que deu o tom da última disputa presidencial. É um recurso que rebaixa a política e que provoca repúdio da maioria dos brasileiros, mas que mesmo assim é utilizado sem distinção de partidos e ideologias (ZH, 2015).

Os editoriais de ZH durante os primeiros meses do mandato de Cunha à frente da Câmara foram marcados por muitas críticas à postura do parlamentar, principalmente pelos efeitos que a sua má-relação com o Executivo provocavam. Após a eleição de Cunha, Zero Hora pregou que houvesse harmonia entre os Poderes e se posicionou como defensor dos interesses da sociedade:

A defesa dos interesses maiores da sociedade, e não dos parlamentares, dependerá do equilíbrio entre um Congresso que pretende ser independente e um governo que terá de respeitar a autonomia do Legislativo. A grande dúvida, que ambos terão de responder da melhor forma, é o que o país ganha com a nova composição do comando da Câmara e suas consequências. Executivo e parlamento são desafiados a oferecer a melhor resposta, não a aliados ou adversários, mas aos cidadãos (ZH, 2015).

Para concluir a observação sobre as condições de *identidade* de produção do discurso, observamos outro editorial que segue a mesma linha, publicado em 6 de julho de 2015 e intitulado “Parlamentarismo autoritário”. O texto afirma que Cunha “ameaça a normalidade democrática” e novamente posiciona a empresa jornalística como defensora da sociedade:

Essa opção por uma espécie de parlamentarismo autoritário pelo presidente da Câmara não contribui para o país sair de uma crise econômica para a qual é preciso buscar também saídas políticas. Na sua maneira quase imperial de definir a agenda da Câmara, a propósito, o dirigente prevê até mesmo a implantação do parlamentarismo _ o que, sem necessária discussão com a sociedade, pode acabar se prestando mais para atender a projetos pessoais do que os do país (ZH, 2015).

Feita essa breve contextualização, passamos à etapa de identificação sobre a essência do proponente do ato de linguagem, no caso, o jornal. Em sua carta de valores, o Grupo RBS (GRUPO RBS, 2017) explica que os editoriais divulgados por seus veículos seguem a ideia de “defesa dos interesses de seus públicos”:

A RBS defende a livre-iniciativa e o direito de empreender, e apoia na sua linha de opinião uma postura íntegra dos cidadãos, estejam eles vinculados a atividades públicas, privadas ou a instituições da sociedade civil. Neste sentido, condena o desrespeito às leis e promove as regras de convívio social (GRUPO RBS, 2017).

O texto em análise tem o título “Reação Descabida” e, do ponto de vista da *finalidade* e do *propósito*, dispõe-se a avaliar a ruptura entre Cunha e o governo com um tom de crítica à postura do parlamentar. Isso fica ainda mais evidente quando passamos a analisar os *dados internos* do discurso e a construção dos comportamentos languageiros, no espaço da *tematização*.

Segundo Charaudeau (2009), o modo de organização argumentativa para a tomada de posição pode ser identificado nesse espaço. Logo no primeiro parágrafo, o jornal utiliza adjetivos como recursos para a construção dos argumentos contrários ao parlamentar, conforme os grifos abaixo:

É evidente o tom de retaliação do senhor Eduardo Cunha, ao anunciar que a partir de agora deixa de ser aliado do governo, porque este teria participado de uma estratégia para desmoralizá-lo. Foi assim que, ao sentir atingido pela denúncia de um dos principais delatores que subtraíam recursos da Petrobras, o presidente da Câmara decidiu atacar o Executivo e insinuar até mesmo uma ruptura entre Legislativo e Executivo. Ora, Eduardo Cunha não é o Congresso e não pode ter a pretensão de dispor do importante cargo que ocupa para fazer ameaças. É um exagero que o deputado, fragilizado pelas investigações da Lava-Jato, considere-se um líder capaz de arremeter a maioria dos colegas também para a campanha de desqualificação de outras instituições (ZH, 2015).

O editorial segue uma lógica de desqualificar Eduardo Cunha ao afirmar que ele “não é o Congresso” e que “não pode ter a pretensão de dispor do importante cargo que ocupa para fazer ameaças”. Tanto o recurso de desqualificar o parlamentar quanto o de adjetivar a sua atuação prosseguem no restante do texto e auxiliam a construir os argumentos que remetem ao próprio título:

O peemedebista é apenas um presidente eleito por manobras corporativas e fisiológicas, num contexto de total desequilíbrio nas relações entre os poderes, como represália ao governo que até bem pouco tempo apoiava. Desde então, vem fazendo uso do cargo de forma quase arbitrária, recorrendo a truques regimentais para impor pautas e repetir votações. É absurda sua tentativa de responsabilizar o Planalto pela ação independente do Ministério Público e da Polícia Federal, até porque o próprio governo está, por seus prepostos na Petrobras, sob investigação (ZH, 2015).

Por fim, o jornal se posiciona como defensor dos interesses da sociedade e fala em nome dos brasileiros ao concluir que existe uma determinada expectativa por parte da sociedade em relação à Operação Lava-Jato e suas consequências:

O senhor Eduardo Cunha tem o direito de se defender e até questionar a prerrogativa da Justiça Federal de tomar depoimentos de delatores contra políticos. O que ultrapassa os limites do direito é o ataque generalizado aos que o investigam, como se

o chefe de uma das casas legislativas tivesse o poder de controlar os atos de autoridades e de órgãos autônomos e independentes. O que os brasileiros desejam, ao fim dessa depuração dolorosa pela qual está passando a administração pública, é o fortalecimento das instituições, para que suas ações livrem o país dos maus políticos, estando eles no Executivo ou no Legislativo. (Zero Hora, 2015)

Portanto, a articulação entre os *dados externos e internos* do discurso editorial de ZH no texto em análise demonstra que houve uma intenção do jornal de se posicionar contra a conduta de Eduardo Cunha ao romper com o governo. Para isso, o texto se valeu de recursos narrativos e descritivos da situação política em questão e de recursos argumentativos para fortalecer a tomada de posição, inclusive com a utilização de adjetivos.

4.1.2 Intepretação/reinterpretação

Nesta etapa da análise, os conteúdos publicados pelos jornais são interpretados e reinterpretados simultaneamente com o objetivo de entender o que as formas simbólicas expressaram sobre as situações examinadas e o que pode ser entendido a partir da leitura e da releitura disso. Thompson (2002) afirma que, no processo da Hermenêutica de Profundidade (HP), a interpretação ocorre a partir da *análise sócio-histórica* e da análise de discurso. Assim, a pesquisa pode se estender para além da análise contextual e descritiva do conteúdo.

Agora, o objetivo é verificar como os jornais O Estado de S.Paulo, O Globo e Zero Hora abordaram, em seus editoriais, a conduta de Eduardo Cunha à frente da presidência da Câmara no recorte de tempo estabelecido para esse capítulo (entre a sua eleição para o cargo e o rompimento com o governo). A base para essa interpretação será a *análise sócio-histórica*, por meio do levantamento conjuntural, e a análise discursiva de Charaudeau. Como explicado anteriormente, os três editoriais em análise se complementam no sentido de formar uma linha do tempo para esse recorte.

4.1.2.1 O Estado de S.Paulo

Os editoriais do Estadão ao longo do recorte de tempo elencado para esse capítulo e, em especial, o texto analisado, demonstram uma postura de simpatia à candidatura de Eduardo Cunha à presidência da Câmara por ela ser capaz de se contrapor ao candidato da preferência do Planalto naquele momento, Arlindo Chinaglia. Além desse fato, fica evidente que o Estadão adota um posicionamento extremamente crítico ao governo Dilma Rousseff, o que se expressa nas características do seu discurso. No editorial analisado, o jornal comenta a

eleição de Cunha apenas pelo viés do seu impacto dela sobre a relação entre o Executivo e o Legislativo. Inclusive, chega a referir que será positivo um “equilíbrio de forças” entre os dois poderes.

A *análise sócio-histórica* nos mostrou que essa postura da publicação não é repentina, mas, sim, construída ao longo da sua própria história e pelas características do grupo que administra o Estadão. Há, historicamente, um viés crítico aos governos de esquerda por parte do jornal. Antes mesmo da eleição de Cunha, o país vinha de um momento de forte tensão nas relações políticas com a disputa presidencial de 2014 e os últimos meses do primeiro governo de Dilma. Não é exagero dizer que o país saiu dividido da eleição, até mesmo pelos percentuais que envolveram a vitória da candidata petista, e que houve, desde o fim do segundo turno, um enfraquecimento da popularidade da presidente, em que pese a conquista do segundo mandato.

Some-se a isso a influência de um período de crise econômica, atribuída pelo Estadão a supostos erros de Dilma na condução do país, e a candidatura de um opositor do Planalto passou a ser vista com bons olhos pelo jornal. Ainda que Cunha já fosse uma figura conhecida no meio político por deter grande influência sobre o chamado *baixo-clero*³ do Congresso, além de gozar de um currículo já repleto de suspeitas de corrupção, o Estadão optou por analisar o episódio sob o ponto de vista da derrota do governo.

Essa escolha também demonstra intenção do jornal de marcar posição contra a condução política do Planalto. A inabilidade de Dilma para convencer os deputados a votarem no candidato da sua preferência é vista como algo negativo pelo Estadão. Isso também demonstra que o jornal optou por analisar por que Dilma não conseguiu os votos necessários para Chinaglia, e não por que Cunha obteve a vitória. A interpretação possível de se extrair do texto é que a presidente não tem habilidade política para conduzir o país para o caminho desejado pela empresa jornalística. No entanto, ficam ocultas algumas questões.

O Estadão presume que Cunha foi eleito pela incompetência do governo, mas ignora aspectos importantes para uma disputa desse porte, como a própria biografia de Cunha que, sem alarde, conquistou massivo apoio ao longo dos anos em que esteve na Câmara junto a parlamentares de pouca expressão mas que, somados, acabaram formando um bloco político com capacidade de interferir decisivamente no processo legislativo. Ou seja, houve uma opção editorial, calcada na ideologia da publicação e na sua postura anti-petista, de comentar um acontecimento apenas por esse aspecto.

³ Baixo-clero é a denominação dada no Congresso aos parlamentares com menos influência na Casa, seja por não terem grandes redutos eleitorais ou por não terem grande expressão dentro dos partidos dos quais fazem parte.

4.1.2.2 O Globo

Sobre o editorial publicado pelo jornal O Globo, é possível verificar um comportamento semelhante ao do Estadão. Em diversas ocasiões, como exposto na análise discursiva, O Globo marcou posição contra o governo Dilma Rousseff. Isso se expressa pela *identidade* do discurso que o jornal construiu ao longo do período em que o PT governou o país. No texto em questão, embora haja uma crítica ao Congresso por não entender a dimensão da crise financeira atravessada naquele momento, há também uma escolha por atribuir a situação a erros do Planalto.

O jornal expõe seu desconforto com a situação do país e com a disputa política envolvendo o Legislativo e o Executivo. A interpretação que fica a partir do que é dito pelo jornal e do contexto à época é que O Globo procura um posicionamento em pretensa defesa da sociedade no editorial. Além dos diversos alertas sobre questões fiscais, o jornal demonstra insatisfação com a abordagem que o poder público tem sobre esses problemas.

No texto, a publicação deixa claro que espera do Congresso uma postura mais republicana e de maior sensatez diante do momento de turbulência. Em determinado momento, inclusive, o jornal se mostra compreensivo quanto ao fato de os parlamentares não aprovarem medidas de ajuste fiscal, como pretendia o Planalto, mas critica as *pautas-bomba* colocadas em discussão por Cunha, com elevação de despesas para o Executivo.

A posição de Cunha, portanto, é discretamente criticada pelo jornal. A exemplo do Estadão, O Globo faz a opção de analisar os acontecimentos a partir do ponto de vista dos supostos erros do governo. O periódico relaciona a atitude de Cunha de pautar assuntos complicados para o Planalto a uma tentativa de retaliação por ele estar sendo investigado na Operação Lava-Jato. Mas, logo em seguida, atribui a situação aos “problemas políticos da presidente Dilma Rousseff”.

Portanto, fica claro que O Globo busca marcar posição contra o aumento de gastos públicos proposto por Cunha. No entanto, o editorial demonstra alguma incoerência nesse sentido, já que existia uma pauta de ajuste fiscal em andamento pelo governo e, ao mesmo tempo em que o jornal não quer que as contas sejam prejudicadas, atribui ao próprio Planalto a responsabilidade pela atitude de Cunha.

4.1.2.3 Zero Hora

O editorial de Zero Hora sobre o rompimento entre Eduardo Cunha e o governo Dilma Rousseff traz um tom extremamente crítico ao deputado. Como vimos na *análise sócio-histórica*, Cunha atribuía a um conluio entre o Planalto e a Procuradoria-Geral da República o fato de estar sendo investigado pela Operação Lava-Jato. Ao contrário dos jornais O Globo e Estadão, Zero Hora, por meio de seus editoriais, já vinha externando mais enfaticamente insatisfação com a conduta de Cunha à frente da Câmara dos Deputados.

O texto ataca o gesto de Cunha de romper com o governo e segue uma lógica que já vinha sendo exposta por ZH, de críticas em série ao parlamentar. Enquanto os dois outros jornais utilizavam a estratégia de atribuir ao governo Dilma a maioria dos problemas, fossem eles protagonizados por Cunha ou por qualquer outro político, ZH tem uma visão diferente.

Em alguns momentos, Zero Hora utiliza termos contundentes para classificar a atuação do presidente da Câmara, como “arbitrária”, por exemplo. A interpretação que resta é a de que o Grupo RBS se mostrava preocupado com a forma como Cunha conduzia o Legislativo e se postava como guardião dos interesses da sociedade. Isso fica demonstrado quando o editorial afirma que os brasileiros desejam o fortalecimento das instituições.

Portanto, ZH marca posição contra a conduta de Eduardo Cunha, em defesa das instituições que o investigam e da que ele preside, e em defesa da sociedade. O jornal demonstra preocupação com as consequências do rompimento entre Cunha e o governo e deixa claro que os interesses pessoais e políticos do presidente da Câmara não podem se sobrepor aos interesses do país.

4.2 Um presidente denunciado conduz o *impeachment*, uma análise sócio-histórica

O período proposto para o segundo momento da pesquisa ficará restrito ao momento em que o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal (STF) por corrupção e lavagem de dinheiro e o fim do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Como lembra Thompson (1990), as formas simbólicas “não subsistem em um vácuo, elas são produzidas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas específicas” (p. 366). O nosso objetivo nesse momento da dissertação, portanto, é reconstruir essas condições a partir da contextualização do momento em que os editoriais a serem analisados foram escritos e divulgados.

No último capítulo, delimitamos a *análise sócio-histórica* ao período entre a eleição de Cunha para a presidência da Câmara e o seu rompimento político com o governo federal. Esse distrato ocorreu no dia 17 de julho de 2015. Um mês depois, no dia 20 de agosto, o procurador-geral da República à época, Rodrigo Janot, denunciou Eduardo Cunha ao STF por suposto envolvimento no escândalo de corrupção da Petrobras (G1, 2015).

Embora já circulassem notícias sobre suspeitas de que Eduardo Cunha era um dos envolvidos em crimes investigados pela Operação Lava-Jato, foi a partir daquele momento que os holofotes se voltaram com maior ênfase peemedebista, já que um dos poderes da República passou a ser presidido por um político denunciado por corrupção. É importante observar que a relação entre Cunha e Janot, marcada por atritos, teve forte influência no contexto político da época, já que o parlamentar ressaltou em diversas oportunidades que o Procurador-Geral agia em nome do governo para desgastá-lo.

“Como eu já disse anteriormente, fui escolhido para ser investigado e, agora, ao que parece, estou também sendo escolhido para ser denunciado, e ainda, figurando como o primeiro da lista”, disse Cunha, alegando que recebeu a denúncia com serenidade e alívio porque “agora o assunto passa para o Poder Judiciário. Não participei e não participo de qualquer acordão e certamente, com o desenrolar, assistiremos a comprovação da atuação do governo, que já propôs a recondução do procurador, na tentativa de calar e retaliar a minha atuação política” (OESP, 2015).

Embora a pesquisa se detenha à atuação de Cunha como parlamentar e a maneira como os editoriais abordaram os seus atos, nesta etapa é válido lembrar que o governo federal enfrentou grandes dificuldades no período entre agosto de 2015 e dezembro daquele ano, quando foi aberto o processo de *impeachment*. Segundo pesquisa do Datafolha, em agosto de 2015 a popularidade da presidente Dilma Rousseff era a pior da série histórica, superando a rejeição ao ex-presidente Fernando Collor (DATAFOLHA 2015).

Parte dessa reprovação popular pode ser atribuída a uma série de protestos que desgastaram o governo desde março de 2015. No dia 15 daquele mês, houve mobilizações em 252 cidades (G1, 2015) pedindo a saída da presidente. Novas manifestações ocorreram em abril e em agosto, quando, então, Dilma atingiu os piores índices de rejeição popular. Somente naquele mês, o presidente da Câmara dos Deputados tinha em mãos 37 pedidos de *impeachment* (CARTA CAPITAL, 2015).

A mesma pesquisa referida anteriormente divulgou que 66% dos entrevistados eram favoráveis à abertura de processo de *impeachment* contra a presidente. Foi diante desse cenário de forte desgaste do Executivo, e da classe política de uma maneira geral, que surgiu a segunda denúncia contra Eduardo Cunha. No dia 16 de outubro (CONJUR, 2015), o

Supremo, por meio do ministro Teori Zavascki, abriu inquérito para investigar Cunha por lavagem de dinheiro. A denúncia contra o deputado dava conta de que ele tinha contas na Suíça para lavar dinheiro recebido como propina (G1, 2015).

O episódio da segunda denúncia é fundamental para o entendimento sobre o contexto da época. Antes do aceite da denúncia no Supremo, em março de 2015, Eduardo Cunha prestou depoimento à CPI da Petrobras e declarou que não tinha contas no Exterior (G1, 2015). Isso resultou no processo de cassação do parlamentar, do qual trataremos na *análise sócio-histórica* do último capítulo. Alguns dias após a abertura do inquérito, no dia 21 de outubro, Cunha recebeu um novo pedido de *impeachment*, elaborado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior. O pedido foi baseado nas *pedaladas fiscais*⁴. O cenário à época já indicava uma tendência de que Cunha, em algum momento, aceitaria abrir o processo contra Dilma.

Havia um movimento da oposição visando criar um ambiente para o afastamento da presidente. Isso envolveu, inclusive, a apresentação de requerimentos para definir um hipotético rito de *impeachment* (CORREIO DO POVO, 2015). Porém, em paralelo à difícil situação enfrentada por Dilma, começou a correr o processo de cassação de Cunha, sob a acusação de que teria mentido no depoimento à CPI da Petrobras.

No dia 11 de novembro, o relator do caso no Conselho de Ética, Fausto Pinato (PRB-SP), apresentou relatório recomendando a continuidade do processo (G1, 2015). Após manobras de Cunha para evitar a votação do relatório, na manhã do dia 2 de dezembro, o líder da bancada do PT, Sibá Machado (AC) anunciou que os petistas haviam fechado questão contra o presidente da Câmara (O ESTADO DE S.PAULO, 2015). A decisão foi de encontro ao que pretendia o Planalto, como sublinhou a reportagem:

Enquanto o Palácio do Planalto defende que o PT poupe Cunha em troca de o presidente da Câmara não aceitar o pedido de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, o PT, pressionado pela sua base, é favorável à continuidade do processo que apura irregularidades cometidas pelo peemedebista (OESP, 2015).

Diante dessa situação de fragilidade política tanto de Eduardo Cunha quanto do governo federal, na tarde do dia 2, horas após o PT anunciar que não votaria a favor de Cunha no Conselho de Ética, o peemedebista decidiu aceitar o pedido de *impeachment* protocolado em outubro (G1, 2015).

⁴ Nome dado à prática de atrasar repasses a bancos públicos a fim de cumprir as metas da previsão orçamentária

Sobre a maneira como Eduardo Cunha conduziu o processo, conduta que é objeto da análise, é importante ressaltar que, até março de 2016, o *impeachment* foi discutido, na maior parte do tempo, no STF. A definição do seu rito ocorreu apenas em 16 de março (CORREIO DO POVO, 2015). No dia seguinte, a comissão especial que tratou o caso foi eleita e o processo, enfim, deflagrado.

A Hermenêutica de Profundidade, de Thompson, na etapa da *análise sócio-histórica*, ajuda a identificar as condições sociais e históricas da geração e transmissão das formas simbólicas. Portanto, é válido lembrar que, ao longo do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, houve uma divisão no país (já retratada anteriormente). Essa cisão se acentuou com diversos protestos, a favor e contra a cassação (UOL, 2016).

A articulação executada por Eduardo Cunha para garantir o afastamento da presidente Dilma passou pela indicação do relator do processo, o seu aliado Jovair Arantes (PTB-GO). A ligação de Cunha com Jovair era tão estreita que o assessor do petebista, responsável pelo parecer sobre o *impeachment*, havia sido advogado de Cunha (G1, 2016). A atuação do presidente da Câmara no processo terminou no dia 17 de abril, quando o plenário deliberou pelo prosseguimento da ação contra Dilma, por 367 votos a 137, repassando o encargo de instaurar ou arquivar o *impeachment* ao Senado.

4.2.1 Análise discursiva

Para analisar o discurso dos editoriais dos jornais elencados para a pesquisa, utilizaremos, conforme ressaltado anteriormente, a técnica da análise de discurso proposta por Patrick Charaudeau. Os textos terão os trechos organizados em duas categorias macro, que englobam dados externos e dados internos de composição dos mesmos. Dentro dessas categorias, serão examinadas, na etapa dos dados externos, as condições de produção do discurso (*identidade, finalidade e propósito e dispositivo*); já na fase dos dados internos, a análise irá abranger os comportamentos linguageiros do discurso, a partir dos espaços de locução, relação e tematização.

4.2.1.1 O Estado de S.Paulo

Como o enfoque do trabalho é o discurso editorial sobre a atuação do deputado Eduardo Cunha à frente da presidência da Câmara, o episódio envolvendo o *impeachment* da

presidente Dilma Rousseff será analisado a partir desse prisma. No entanto, conforme os conceitos de Charaudeau (1990) para a análise discursiva, precisamos identificar os dados externos que ajudam a compor o discurso em questão.

O editorial escolhido foi publicado no 1º de abril com o título “O mal que Cunha faz”. Antes de procedermos à análise, repetiremos o processo de verificação das condições de identidade em que foi produzido esse discurso. Por isso, é importante observarmos como já vinha sendo construído o discurso editorial do Estadão, e, desta vez, também faremos alguns apontamentos sobre como o jornal se portou após o *impeachment*.

Na primeira etapa do trabalho, verificamos como o Estadão se portou diante da eleição de Eduardo Cunha, ponderando o currículo do peemedebista, mas vendo como positivo uma liderança opositora ao governo assumir o Legislativo. No recorte do capítulo atual, é importante ressaltar que o jornal, ao mesmo tempo em que defendia o afastamento de Eduardo Cunha por conta das denúncias de corrupção contra o parlamentar, posicionava-se positivamente sobre um possível processo de *impeachment* de Dilma.

A construção da identidade do Estadão ao longo dessa situação envolvendo Cunha e Dilma resultou em uma postura mais incisiva em dezembro de 2015, mês em que o presidente da Câmara aceitou o pedido de *impeachment*. O editorial do dia seguinte a esse fato, de 3 de dezembro, tratou das costuras políticas no envolvimento entre Cunha e Dilma no Conselho de Ética. No entanto, o texto publicado acabou nascendo “velho”, no jargão jornalístico. O título do editorial era “O medo vence a esperança”. O texto, em síntese, trata a cassação de Cunha como algo improvável devido a manobras do PT para preservar o peemedebista. Em troca, Cunha pouparia Dilma do *impeachment*.

O papel do PT na novela do Conselho de Ética é simplesmente patético. O partido que foi criado tendo como um de seus objetivos principais restaurar a moralidade na vida pública não se peja de, por baixo do pano, numa articulação na qual Lula deixou suas impressões digitais, aceitar uma barganha indecente com Eduardo Cunha. E os ministros que Lula colocou no Planalto – Jaques Wagner, da Casa Civil, e Ricardo Berzoini, da Secretaria de Governo – partiram para cima dos três deputados petistas que integram o Conselho de Ética, tentando demonstrar que aliviar a pressão sobre o presidente da Câmara é um preço razoável a ser pago para evitar a ameaça do *impeachment* de Dilma. E também, é claro, pela “governabilidade”, que depende da aprovação parlamentar de medidas de interesse do Planalto. Algo assim como se a alternativa fosse ficar “contra Cunha” ou a favor do governo, ou seja “do povo” (OESP, 2015).

Vale registrar que, na verdade, no dia anterior o PT havia anunciado, por meio do líder da bancada na Câmara, que votaria pela continuidade do processo de cassação (FOLHA,

2015). Em resumo: na opinião do Estadão, o suposto acordo – que não se confirmou – entre PT e Cunha com o intuito de salvar Dilma não seria ético:

A postura do governo petista em relação ao tumultuado episódio da discussão e votação, no Conselho de Ética da Câmara, da admissibilidade da cassação do mandato do deputado Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar coloca em foco outra questão relevante: afinal, por que os petistas se apavoram tanto com a possibilidade de abertura de um processo de cassação do mandato de Dilma Rousseff? Por que a presidente se expõe à suprema humilhação de ceder à chantagem de Eduardo Cunha? A resposta é óbvia: o comando político do governo está convencido de que a instauração de um processo de *impeachment* resultará, inevitavelmente, no bilhete azul para Dilma Rousseff (OESP, 2015).

A conclusão à que chega o jornal é de que o raciocínio acima, de que o *impeachment*, se tramitasse, seria aprovado, é “perfeitamente realista”. Para sustentar esse argumento, o Estadão se vale de índices da economia. No dia 6 de dezembro, o jornal retorna ao tema para, mais uma vez, criticar o governo e o PT:

O PT e seu líder máximo, Luiz Inácio Lula da Silva, estão fazendo de tudo para reduzir o processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff a uma vingança do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). É velho o truque de eleger um inimigo – com currículo carregado de suspeitas de corrupção – para desviar a atenção do que realmente importa para o País. O que importa, no entanto, é que Dilma deve ser julgada pela irresponsabilidade fiscal de seu governo, perfeitamente exposta na petição à qual Cunha deu seguimento. Em meio ao embate político que ora se desenrola, não se pode perder de vista a essência desse grave momento. E a essência é que há carradas de evidências contra Dilma, conforme se lê no pedido de *impeachment* subscrito pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal (OESP, 2015).

Ou seja, o Estadão se apega ao conteúdo do pedido subscrito pelos juristas, e aceite por Cunha, para sustentar que, ao contrário do que pregava o PT, o aceite da petição não tinha qualquer relação com uma suposta vingança de Cunha pela falta de apoio no Conselho de Ética. Em determinado momento, o jornal, inclusive, classifica como “ingênuos” aqueles que não concordam com a tese de que Dilma cometeu crime de responsabilidade:

Diante disso, somente nos espíritos mais ingênuos ou condescendentes resta alguma dúvida a respeito da má conduta da presidente Dilma. O processo político ora deflagrado dará à petista ampla chance de se defender, embora a esta altura pareça impossível que surja alguma boa justificativa para os crimes que ela cometeu. Tanto é assim que o melhor argumento que a presidente apresentou até agora foi afirmar que seus antecessores também “pedalaram” suas contas – uma forma de dizer que, se todos cometeram um crime, então crime não é (OESP, 2015).

Feita essa breve recapitulação de como o Estadão vinha tratando o comportamento de Cunha antes do *impeachment* – parte integrante da verificação das condições de identidade do discurso -, passamos à análise discursiva do texto “O mal que Cunha Faz”, publicado em 1º de abril de 2016. Sob o ponto de vista das condições de *propósito e finalidade*, é possível identificar que o texto pretende, de maneira sutil, sugerir o afastamento de Cunha para não prejudicar o andamento do processo de *impeachment*.

Isso fica mais evidente quando passamos à análise dos *dados internos* do discurso e, assim, à identificação do modo de organização do texto. O título faz referência às atitudes de Cunha e ao impacto delas sobre o *impeachment*. No primeiro trecho elencado, o Estadão repete um recurso já utilizado em outros editoriais opondo quem eventualmente possa questionar o rito de *impeachment* definido pelo STF à democracia. Além disso, utiliza adjetivos para desqualificar quem é contrário ao processo, conforme grifado abaixo:

O processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff seguirá seu curso estritamente conforme o que está previsto na Constituição e na forma estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, quem quer que questione a legitimidade desse rito estará, em última análise, questionando as instituições democráticas, arguindo não serem suficientes as evidências de crimes de responsabilidade por parte da presidente e sugerindo que o Judiciário e o Legislativo estão mancomunados numa terrível conspiração das “elites” para perseguir o PT e a chefe do Executivo. Mas essa fajuta estratégia de vitimização, não obstante sua evidente impostura, tem alguma chance de prosperar porque o condutor do processo de *impeachment* na Câmara é, neste momento, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) (OESP, 2016).

A seguir, o Estadão tem um comportamento linguageiro de tomada de posição, no espaço da tematização, ao sugerir o afastamento de Cunha. O discurso transita entre os modos discursivos de narração e descrição para sustentar os argumentos, elencando as manobras de Cunha no Conselho de Ética:

O presidente da Câmara é o inimigo dos sonhos de Dilma. Diante de robustas provas de que Cunha usufruiu do propinoduto da Petrobrás e cometeu perjúrio ao negar a uma Comissão Parlamentar de Inquérito a titularidade de contas no exterior, não deveria restar alternativa ao Congresso senão proceder ao imediato afastamento do deputado do comando da Câmara e à sua posterior cassação, tantas foram as ofensas ao decoro legislativo. No entanto, Eduardo Cunha, mestre na arte de explorar os meandros do regimento da Câmara, vem conseguindo protelar o desenlace de seu processo, mantendo-se dessa forma como o maestro do requiem de Dilma, mesmo sendo réu no Supremo Tribunal Federal — o que dá aos desesperados militantes petistas a deixa ideal para tentar desmoralizar o *impeachment* (OESP, 2016).

Na última frase da citação acima, fica ainda mais clara a articulação feita pelo discurso entre a postura corrente do jornal (dados externos) e as estratégias de linguagem (dados internos). O Estadão se posta como defensor do processo de *impeachment*, considera o rito

legal e utiliza argumentos para ressaltar essa posição, entre eles o de tentar desqualificar argumentos contrários.

O editorial em análise repete a estratégia descritiva e narrativa ao lembrar que o processo de cassação de Cunha transcorre em uma velocidade menor do que o de Dilma. Depois, mais uma vez, o jornal critica aqueles que lançam dúvidas sobre a condução do processo, conforme grifo abaixo:

Como o julgamento de Dilma no Congresso é eminentemente político, mas não pode haver sobre seu encaminhamento a mais remota sombra de ilegitimidade, os apoiadores da presidente se utilizam do protagonismo de Cunha para lançar dúvidas inaceitáveis sobre a condução do processo. Junte-se a isso o fato de que o outro parlamentar decisivo para a continuidade do processo de *impeachment*, o presidente do Senado, Renan Calheiros, tem contra si nada menos que nove inquéritos por suspeita de grossa corrupção (OESP, 2016).

O texto termina com um parágrafo em tom de sugestão, sei deixar claro exatamente a quem, com o jornal mais uma vez se valendo da sua relevância política e social para conversar com o Poder:

Assim, cabe às forças políticas verdadeiramente interessadas em preservar a democracia e seus institutos agir o mais rápido possível para resgatar a imagem do Congresso e garantir que seus atos – especialmente os de imensa gravidade, como o *impeachment* da presidente – sejam aceitos como expressão genuína da vontade do povo (OESP, 2016).

Embora não faça parte do escopo dessa análise, é válido ressaltar que, após o *impeachment* de Dilma avançar pelo mês de abril, o Estadão não tratou mais da condução da ação por Cunha e defendeu a legalidade do processo. A atuação de Cunha somente voltou a ser abordada pelo jornal após a conclusão do processo, como veremos no próximo capítulo.

4.2.1.2 O Globo

Publicado em 22 de outubro de 2015, o editorial em análise é intitulado “Eduardo Cunha não pode mais presidir a Câmara”. Na parte da *análise sócio-histórica*, podemos observar um pouco da complexidade do momento político do Brasil na época em que esse editorial foi estampado. Tal cenário acabou sendo expressado pelo jornal O Globo em seus espaços editoriais.

Antes de entrarmos na análise do texto, começaremos pelos seus dados externos, a partir da construção das condições de identidade do discurso editorial produzido na data. Escolhemos o texto de 22 de outubro porque ele trata da segunda denúncia apresentada pela

Procuradoria-Geral da República contra Eduardo Cunha. Na análise do editorial de ZH, o período abrangido envolveu a primeira denúncia.

Em 2 de outubro, algumas semanas antes da publicação do editorial em análise, O Globo abordou a informação de que Eduardo Cunha teria contas na Suíça, contrapondo-se à afirmação do presidente da Câmara na CPI da Petrobras:

O presidente da Câmara se autodeclarou na “oposição”, Renan aposentou a postura de rebeldia e na quarta-feira divulgou-se a informação de que procuradores da Suíça descobriram contas bancárias em nome de Eduardo Cunha e familiares, cujos dados foram repassados ao Ministério Público brasileiro. A fragilização de Cunha pode ter ajudado Dilma enquanto ela e Lula faziam os últimos acertos de uma reforma ministerial usada para, entre outros fins, atrair o baixo clero do PMDB, por meio de Leonardo Picciani (RJ), líder do PMDB na Câmara. A cooptação fisiológica deve vir a ser facilitada com Eduardo Cunha na defensiva. Na sessão de ontem, o presidente da Câmara foi questionado por deputados sobre as tais contas. Nada respondeu, e o assunto deve ser levado à Comissão de Ética. Pode ser o primeiro passo de um processo que leve Eduardo Cunha a sair da presidência da Casa. (O GLOBO, 2015).

Fica claro que O Globo considerava Cunha fragilizado pelas denúncias de corrupção e que já estabelecia relação entre esses fatos e a influência que eles teriam sobre o relacionamento entre o Legislativo e o Executivo. Outro texto que ajuda a construir a identidade do discurso d’O Globo foi publicado no dia seguinte à divulgação de informações mais detalhadas sobre as contas de Cunha na Suíça, incluindo os gastos da sua esposa, Cláudia Cruz.

Exposto em praça pública enquanto é atingido por informações sobre contas suas na Suíça, das quais costuma negar a existência com a mesma convicção de um Paulo Maluf, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) se entrincheirou na mesa da presidência da Câmara, ampliando seu protagonismo na crise política. Não se sabe até quando aguentará, depois da divulgação, ontem à noite, do conteúdo de relatório do Ministério Público suíço sobre o uso dessas contas para financiar despesas da família em viagens internacionais —, à Espanha e aos Estados Unidos, entre outros destinos (O GLOBO, 2015).

É interessante observar que há uma ênfase do jornal em relacionar os fatos que envolvem Cunha a um possível *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Nesse mesmo texto, que, a partir da leitura do título “Estreita-se o espaço de manobra de Eduardo Cunha”, indica um discurso mais narrativo e descritivo, surgem argumentos contra o governo federal.

Enquanto isso, a oposição aguardava em silêncio na esperança de que Eduardo Cunha, nos estertores, ainda desse sequência ao *impeachment* de Dilma. A ver, depois das novas revelações. Ao mesmo tempo, o Planalto se mantém preso em armadilhas ideológicas e nada faz para executar o devido ajuste fiscal, por meio de reformas que o permitam executar os necessários cortes de despesas. Prefere apostar em mais

impostos, como é de sua índole, um grande equívoco e sem chances de ter o apoio do Congresso. Em meio ao pântano, a economia escorrega para zonas mais profundas da crise que a presidente e seu criador, Lula, semearam. Tempos difíceis (O GLOBO, 2015).

Três dias depois desse editorial, O Globo voltou a abordar o mesmo assunto, mas de uma maneira mais direta na relação entre Cunha e o *impeachment* (com o título “Legitimidade de Cunha prejudica o impeachment”). No texto, publicado em 14 de outubro, demonstra desconforto com a influência da situação de Cunha com o trâmite do *impeachment*. Mesmo assim, o jornal prevê, e de certa forma sugere, que o presidente da Câmara reagiria contra Dilma pela revelação dos detalhes dos gastos da sua família no exterior, já que Cunha relacionava isso a um conluio entre a presidente e o Procurador-Geral da República.

Como Eduardo Cunha nunca deixou de responsabilizar uma hipotética aliança entre o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, PT e Dilma por suas agruras, a liberação de informações detalhadas sobre gastos nababescos da família Cunha no exterior, bancados pelas tais contas, deveria merecer, em troca, um ataque de Cunha ao alvo mais evidente, a presidente petista. Era previsto que ontem ou, no mais tardar, quinta, Eduardo Cunha desse sequência à tramitação de algum dos pedidos de *impeachment* da presidente, talvez o assinado por signatários mais conhecidos — o jurista Hélio Bicudo, fundador dissidente do PT, e a professora da USP, a advogada Janaína Paschoal (O GLOBO, 2015).

Na época da publicação dos editoriais acima, já começava a tramitar a representação do PSOL e da Rede pela cassação de Cunha. Por isso, como vimos na *análise sócio-histórica*, havia um movimento de Cunha para trocar o arquivamento dos pedidos de *impeachment* de Dilma por uma blindagem no Conselho de Ética, que tinha componentes da base governista. Diante dessa situação, O Globo publicou editorial condenando a suposta negociação.

Se Eduardo Cunha deseja a troca do *impeachment* por alguma blindagem dele e família na Lava-Jato, parece querer o impossível. O governo pode tentar salvá-lo no Conselho de Ética, e será tão pouco sutil quanto uma tentativa de resgate no fórum do Centro do Rio, à luz do dia.(...) Cunha, político ligeiro, e o PT, partido calejado no toma lá dá cá do fisiologismo, têm expertise no ramo. Mas irão longe demais nesta negociação espúria, e num momento grave da vida pública. Importa é saber se há ou não fatos concretos que, com sustentação legal, justifiquem o impedimento da presidente Dilma, e se Eduardo Cunha consegue provar a origem lícita dos milhões de dólares localizados em contas suas na Suíça (O GLOBO, 2015).

Feita essa introdução, fica claro que, do ponto de vista da influência dos dados externos, e da condição de identidade, O Globo se alinhava à ideia de que o avanço do processo de *impeachment* estava a perigo devido ao enfraquecimento político de Cunha. Passamos, então, à análise das condições de *propósito e finalidade* do editorial “Eduardo

Cunha não pode mais presidir a Câmara”. O título deixa claro que o texto toma posição pela saída de Cunha do cargo que ocupava.

Sob a ótica dos dados internos do discurso, o comportamento linguageiro de tematização fica evidente desde o início, por meio de uma organização narrativa, descritiva e argumentativa. Logo no primeiro parágrafo, podemos observar algumas expressões mais contundentes em meio à descrição e à narração dos fatos, já conduzindo para um argumento, conforme grifo abaixo.

Há uma estranha anestesia na sensibilidade do mundo político. Se, em 2005, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), foi enxotado ao se confirmar que recebia um “mensalinho” de R\$ 10 mil de um concessionário de restaurante, a semana começou sob o impacto do noticiário das milionárias contas na Suíça do atual presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), sem que houvesse a mesma indignação de há dez anos. Pode-se gastar muita tinta e papel em debates sobre o porquê da letargia. O importante, porém, é estabelecer-se que Severino não poderia continuar. Nem Cunha deve se manter na cadeira que já foi de Severino — mas principalmente de Ulysses Guimarães —, depois de revelada a existência das contas, abastecidas por milhões desviados do esquema de corrupção instalado na Petrobras — salvo sólido desmentido do deputado (O GLOBO, 2015).

Além das classificações para as situações descritas, o jornal se manifesta pela saída de Cunha do cargo, ao afirmar que ele não deve “se manter na cadeira que já foi de Severino”. O jornal prossegue dizendo que a sua saída é “o mínimo que se espera” em um “país com normalidade”. Além disso, sublinha que o “o Congresso tem de estar a salvo para aprovar o que é necessário” para o país sair da turbulência.

Em seguida, O Globo descreve a postura das principais forças do parlamento com adjetivações (conforme grifado):

No caso do PT, o deputado Luiz Sérgio (RJ), por exemplo, relator da encenação de CPI sobre a Petrobras, livrou Cunha nas suas conclusões, algo anedótico. Mesmo que o presidente da Casa tenha mentido na comissão, ao garantir não manter contas no exterior. Perjúrio omitido pelo petista na esperança de que Eduardo Cunha não deflagre um processo de *impeachment* contra Dilma. Por motivo oposto, a oposição também é leniente com o presidente da Câmara: torce para que o troco de Cunha no governo, a quem responsabiliza por seus problemas, sejam a aceitação de um pedido de impedimento e a consequente instalação da comissão especial para avaliá-lo (O GLOBO, 2015).

Por fim, O Globo ressalva que o eventual afastamento “não significa fazer qualquer juízo de valor dos pedidos de *impeachment* de Dilma”:

Tenham eles substância ou não, macula o próprio Congresso manter com o poder de decidir, não apenas sobre o impedimento da chefe do Executivo, mas também vários

outros assuntos estratégicos para o país, alguém sob tantas suspeitas e evidências (O GLOBO, 2015).

A partir da análise acima, é possível observar de maneira clara a articulação entre os dados externos, de identidade do jornal e do editorial, além do seu posicionamento perante o contexto político, com os dados internos do texto, construindo, assim, uma argumentação no sentido de defender o afastamento de Cunha e, ao mesmo tempo, a continuidade do *impeachment* de Dilma.

4.2.1.3 Zero Hora

O editorial em análise foi publicado pelo jornal Zero Hora no dia 21 de agosto de 2015, sob o título “Situação insustentável”. De acordo com a técnica escolhida para a pesquisa, iniciaremos a análise a partir das condições de enunciação da mensagem que o texto traz. No capítulo anterior já trouxemos, no espaço que diz respeito à *identidade* das publicações, um detalhamento sobre, linha editorial, missão e valores de cada um dos jornais. A partir deste capítulo, portanto, vamos nos ater à formação da *identidade* sob o prisma dos editoriais que vinham sendo publicados à época, como também já fizemos no terceiro capítulo do trabalho.

Na *análise sócio-histórica*, observamos que o contexto em agosto de 2015 era marcado por protestos populares contra o governo Dilma Rousseff e pelo cerco da Operação Lava-Jato a Eduardo Cunha. Zero Hora abordou, em diversas ocasiões, nos espaços editoriais, a situação de Cunha. Em 10 de agosto, em meio a esse ambiente, ZH publicou editorial atacando a postura do presidente da Câmara por ele desengavetar uma série de projetos de lei que aumentaria despesas:

A cada dia fica mais claro que o deputado Eduardo Cunha vem utilizando o cargo de presidente da Câmara em causa própria, não apenas para colocar em pauta temas de interesse de grupos específicos, mas principalmente para constranger o governo e tentar se livrar da investigação da Operação Lava-Jato. A trajetória do parlamentar, até sua ascensão ao comando da Casa, é tão controversa quanto a sua conduta, marcada por movimentos muitas vezes agressivos. É o caso da sua decisão de afrontar o Executivo com o que passou a ser denominado de *pauta-bomba*, um conjunto de projetos que caminham na direção oposta ao do pretendido esforço pelo ajuste fiscal e pelo reequilíbrio das contas públicas (ZH, 2015).

Além de seguir a linha histórica do jornal de defesa do liberalismo econômico, com menor participação do Estado na economia e enxugamento da máquina pública, o texto de ZH

naquela oportunidade, intitulado “Abuso de poder”, demonstrou um posicionamento forte do jornal contra Cunha. Essa postura do jornal já havia sido observada na análise anterior, relativa ao período que abrangia os primeiros meses do seu mandato como presidente da Câmara.

O posicionamento de ZH sob o ponto de vista da *identidade* também se mostrava simpático às manifestações de rua que ocorreram naquele mês, em especial às contra o governo. É importante lembrar que não houve apenas protestos contra o governo, como também mobilizações a favor da manutenção do mandato de Dilma Rousseff e contrárias à pauta de ajuste fiscal que o governo federal tentava emplacar (ZERO HORA, 2015):

As passeatas previstas para domingo dão sequência a uma série de protestos iniciados no inverno de 2013, quando multidões saíram às ruas motivadas por demandas variadas, como as deficiências e as tarifas do transporte coletivo e os gastos com a Copa. Em 2015, duas mobilizações, em março e abril, focaram em dois temas centrais – a corrupção e a incapacidade do governo de reagir à crise. Ficou evidente, em abril, o crescimento do descontentamento com o governo e a ampliação dos apelos pelo *impeachment*. A evolução do cenário econômico, político e social, nesses quatro meses, é de agravamento das tensões em todas as áreas, com a fragilização da base de apoio ao governo e a queda a níveis recordes da confiança na presidente da República. Quem sair às ruas para defender posições críticas ou de apoio ao governo tem, como referência, as manifestações deste ano, quando o que prevaleceu foi o bom senso (ZERO HORA, 2015).

No trecho acima, fica claro que o jornal transita entre o apoio declarado aos dois tipos de manifestação, mas expõe mais argumentos contra o governo do que a favor, inclusive afirmando que os protestos daquele ano, majoritariamente contra Dilma, teriam de ser “referência”.

Outro texto que ajuda a caracterizar a *identidade* de ZH naquele momento foi publicado em 12 de agosto, com o título “Pacote anticrise”. Na ocasião, um grupo de senadores apresentou uma série de projetos batizada de Agenda Brasil, em contraponto às *pautas-bomba* de Cunha:

Independentemente de suas motivações políticas, como tentativa dos aliados de oferecer uma chance de reação ao governo, o pacote anticrise é bem-vindo, apesar de sua origem estar em uma atitude visivelmente oportunista do senador Renan Calheiros. É indifereçável a tentativa do presidente da Casa de se distanciar de dissidentes governistas, liderando uma pauta positiva para o país, em contraponto à postura do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (ZH, 2015).

Os editoriais citados ajudam a compreender o contexto do discurso de ZH no texto que analisaremos a seguir. O editorial “Situação insustentável” foi publicado um dia após vir à

tona a denúncia contra Eduardo Cunha pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Como vimos antes, ZH já marcava posição contrária à postura de Cunha à frente da Câmara, algo que ficou ainda mais evidente nesse editorial. Superada a fase de *identidade* do discurso a partir dos dados externos, passamos à questão de finalidade e propósito do texto.

O título do editorial expressa de maneira sucinta qual é a finalidade e o propósito do mesmo. Ao classificar como insustentável a situação de Cunha, ZH marca posição contrária à sua manutenção no cargo de presidente da Câmara. O texto também tem o objetivo de dialogar, tanto com o leitor quanto com a própria classe política, e até mesmo de sugerir que Cunha se afaste do cargo.

Sobre os dados internos do discurso, começamos pela identificação dos comportamentos linguageiros de *locução*. Como ensina Charaudeau (1990), a identificação do espaço de locução responde às perguntas *Por que fala e em nome de quê?* É notório que ZH se manifesta sobre o tema devido à relevância que o jornal possui, como vimos anteriormente, e pela importância de um posicionamento em momento de grave crise política e de uma sucessão de fatos contra Eduardo Cunha.

Passamos agora ao espaço de organização do discurso. Como tem o intuito de persuadir e de marcar posição, o editorial se vale de uma estrutura focada na argumentação. No primeiro parágrafo, porém, há uma certa confusão entre o título do texto e os argumentos que veremos depois:

Mesmo consistente, a denúncia apresentada ontem pela Procuradoria-Geral da República contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por acusações de envolvimento em corrupção na Petrobras, não chega a se constituir num impedimento para sua permanência no cargo. Ainda assim, se for aceita pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o país passará a contar com um réu em processo criminal como o terceiro na hierarquia da República. Por isso, o parlamentar deveria atender aos apelos de vozes sensatas dentro e fora do Congresso para se afastar do cargo, sem prejuízo de seu amplo direito à defesa (ZH, 2015).

Embora o editorial considere a denúncia consistente, a avalia como não suficiente para impedir que Cunha continue na presidência da Câmara. Logo em seguida, porém, o texto utiliza o recurso argumentativo e de sugestão, ao recomendar que o parlamentar “atenda aos apelos de vozes sensatas dentro e fora do Congresso para se afastar do cargo”.

Depois dessa introdução, que já traz pelo menos dois pontos argumentativos, ZH contextualiza a situação de Cunha para voltar a defender o seu afastamento espontâneo:

O deputado foi denunciado juntamente com uma prefeita fluminense e o senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Mello (PTB-AL), com quem começou

sua carreira política, e outros agentes públicos devem enfrentar em breve a mesma situação. Dias antes, o presidente da Câmara chegou a ser acusado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de ter usado o cargo em benefício próprio para tentar se livrar de denúncias. Um país já suficientemente tumultuado sob o ponto de vista político não pode continuar submetido a um dirigente político que tem por hábito atacar ao invés de se defender, pensando apenas em seus próprios interesses (ZH, 2015).

É interessante observar que o jornal se vale da sua pretensa função de guardião dos interesses da sociedade para sustentar o argumento contra a continuidade de Cunha no cargo. Quando afirma que “um país já suficientemente tumultuado sob o ponto de vista político não pode continuar submetido a um dirigente político que tem por hábito atacar ao invés de se defender”, ZH manifesta essa posição, estabelecendo também uma relação de força com o próprio político, ao se colocar como porta-voz da sociedade.

Na sequência, a exemplo do que ZH costuma fazer em seus editoriais, o texto é encerrado com uma frase denotando expectativa em relação à situação de Cunha, afirmando que resta ao Brasil “confiar no STF” para que isso seja resolvido:

Sob o ponto de vista político, é improvável uma pressão maior de seus pares, numa Câmara em que 166 deputados são alvo de inquéritos e 36 figuram como réus em processos em tramitação. Resta ao país confiar no STF para um desfecho adequado para esse caso constrangedor, em que o próprio presidente da Câmara é denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro (ZH, 2015).

A proposta de articulação entre os dados externos e internos do discurso de ZH por meio desse editorial mostra claramente que o jornal se identifica como defensor da sociedade, tem como propósito defender a saída espontânea de Eduardo Cunha do cargo de presidente da Câmara e, para isso, se vale de recursos descritivos dos fatos políticos em voga e argumentativos para sustentar a posição, inclusive com a ideia de sugerir e expressar expectativa em relação à atuação de outro Poder no discurso.

4.2.2 Interpretação/Reinterpretação

Nesta parte do trabalho, o objetivo é analisar como os jornais O Estado de S.Paulo, Zero Hora e O Globo abordaram, em seus editoriais, a conduta de Eduardo Cunha no período entre as duas denúncias oficializadas contra ele por corrupção e o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. A base para essa interpretação será a *análise sócio-histórica*, por meio do levantamento conjuntural, e a análise discursiva de Charaudeau.

4.2.2.1 O Estado de S.Paulo

Entre 21 de outubro de 2015, data do editorial do jornal O Globo, e 1º de abril de 2016, quando foi publicado o texto do Estadão, o contexto político sofreu intensas modificações que influenciaram diretamente no discurso das empresas jornalísticas. O principal fato foi a abertura do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma, em dezembro de 2015. A partir disso, a interpretação do discurso do Estadão precisa levar em conta que o jornal estava diante de uma situação complexa do ponto de vista político.

A opção adotada pelo Estadão foi defender a continuidade do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. Notou-se também que o jornal transitou entre duas posturas ao longo dos dias que antecederam e sucederam à abertura do processo. Em um primeiro momento, antes da decisão de Cunha, o Estadão atacou com veemência uma suposta costura envolvendo o presidente da Câmara e a cúpula do governo para trocar o engavetamento dos pedidos de *impeachment* por votos a seu favor no processo de cassação no Conselho de Ética. O jornal condenou o suposto acordo e deixou evidente que também seria antiética uma eventual retaliação de Cunha caso a costura falhasse.

Porém, a sucessão de fatos até a abertura do pedido foi ignorada pelos editoriais do Estadão. Na manhã de 2 de dezembro, deputados do PT anunciaram que não votariam a favor de Cunha. À tarde, Cunha antecipou a abertura do processo. Para o Estadão, no entanto, que antevira a retaliação, o gesto não mais caracterizou uma vingança do deputado.

Assim, o texto que analisamos antes, intitulado “O mal que Cunha faz”, deixa claro que a preocupação do Estadão não é com Eduardo Cunha, na época alvo de duas denúncias no Supremo por corrupção e investigado pelo Conselho de Ética da Câmara, mas com a influência dele sobre o processo de *impeachment*. O texto do editorial tenta legitimar essa ideia declarando que é importante resgatar a imagem do Congresso para garantir que os seus atos “sejam aceitos como expressão genuína da vontade do povo”.

Em resumo, o Estadão concorda com o andamento do processo de *impeachment* contra Dilma e entende que a atuação de Cunha pode ser prejudicial à sequência da ação. A construção desse discurso, conforme vimos nas análises anteriores, demonstra pontos de conflito entre as opiniões do jornal, que ora enxerga e condena determinados arranjos políticos e ora os ignora.

4.2.2.2 O Globo

O editorial d'O Globo analisado neste capítulo foi publicado em 21 de outubro de 2015, diante de um contexto de especulações sobre a possibilidade de o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitar um dos pedidos de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. Isso veio a ocorrer em dezembro. Um dos intuitos desse trabalho é observar uma possível transformação no discurso editorial das empresas jornalísticas, ao que procederemos nas considerações finais. Porém, é possível observar, em uma breve comparação entre os editoriais do jornal O Globo no primeiro recorte de tempo da pesquisa e os deste capítulo, que o periódico manteve uma postura crítica a Cunha, mas trouxe um novo elemento ao comentar os acontecimentos.

A partir do momento em que um jornal deste porte declara abertamente que Eduardo Cunha “não tem mais condições de presidir a Câmara”, a publicação está se valendo da sua identidade e do seu poder para dialogar com os políticos. O principal argumento que sustenta a premissa do editorial é o de que Cunha não tem mais autoridade moral para presidir o Legislativo, já que foi denunciado por suspeita de envolvimento em crimes investigados no âmbito da Operação Lava-Jato.

No entanto, o texto deixa clara sua preocupação e indica uma posição do jornal em relação ao possível *impeachment* da presidente Dilma. Quando alerta, dirigindo-se até mesmo aos deputados tucanos, por exemplo, que a manutenção de Cunha no cargo poderia comprometer a legitimidade de um processo de impedimento da petista, O Globo deixa implícita alguma simpatia à ideia de afastar Dilma do cargo.

Nesse sentido, também surge uma crítica que pode ser vista, se revisarmos o histórico dos editoriais do jornal sobre assunto, como incoerente diante do contexto. O jornal ataca a articulação política promovida pelos aliados de Dilma para evitar que Cunha deflagre o processo de *impeachment*, ao mesmo tempo em que, anteriormente, criticou o Planalto por não conseguir conter o ímpeto de Cunha para votar pautas contrárias ao ajuste fiscal.

Ou seja, O Globo se posiciona, nesse editorial, de maneira a defender que Cunha saia do cargo para não atrapalhar ou contaminar um eventual processo de *impeachment* com a sua pecha de político corrupto.

4.2.2.3 Zero Hora

O texto publicado pelo jornal Zero Hora segue a mesma linha dos anteriores e volta a criticar a conduta de Eduardo Cunha à frente da presidência da Câmara. É interessante observar que ZH já vinha atacando as ações de Cunha, principalmente a ideia de votar pautas que aumentariam despesas públicas. Nesse editorial, no entanto, o jornal, apesar de classificar como “insustentável” a situação do parlamentar, entende que a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), “por si só”, não é suficiente para que o deputado seja afastado.

A interpretação possível a partir da análise do texto dentro de um complexo contexto sócio-histórico na época, marcado por uma profunda crise política e por expressivos movimentos de protesto ao governo e à classe política, é que o jornal se posiciona no sentido de pedir a renúncia de Cunha à presidência da Câmara. Ao contrário dos outros jornais, ZH não chega a relacionar diretamente a situação de Cunha à do governo federal.

O editorial em análise tem uma estrutura clara de *acontecimento comentado*. Paralelamente à descrição das informações em caráter mais noticioso, ZH tece breves comentários e analisa a situação de Cunha pelo viés jurídico e sob o ponto de vista da política. Nos dois casos, a conclusão é de que ele deveria se afastar. Juridicamente, porque, segundo o jornal, um poder da República não deveria ser presidido por um réu por corrupção. Pelo prisma da política, o jornal defende a saída de Cunha, em síntese, para não piorar a crise política enfrentada pelo país naquele momento.

O posicionamento de ZH foi construído ao longo de quase um ano de mandato de Cunha, que já vinha sendo criticado pelo jornal em outras ocasiões. O texto expressa uma intenção do jornal de marcar posição como defensor da moralidade na política.

4.3 O mais longo processo de cassação e o afastamento judicial, análise sócio-histórica

O último período proposto para a análise da dissertação compreende o início do processo de cassação de Eduardo Cunha, em 13 de outubro de 2015, e o seu afastamento do mandato de presidente da Câmara, determinado pela Justiça, em 5 de maio de 2016. A exemplo das *análises sócio-históricas* dos capítulos anteriores, a ideia é reconstruir as condições da época em que os editoriais foram publicados. Para isso, nos valem do contexto do momento a partir de reportagens e outros recursos.

Tratamos o processo de cassação de Cunha de uma maneira mais superficial no último capítulo, porque era inevitável analisar o período do *impeachment* sem relacioná-lo com a ação contra Cunha no Conselho de Ética. Agora, vamos nos deter aos detalhes do processo, que resultou em uma inédita determinação judicial de afastamento de um parlamentar, semanas após a conclusão do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara.

A representação que resultou na abertura do processo de cassação de Cunha foi protocolada pelos partidos Rede Sustentabilidade e PSOL no dia 13 de outubro de 2015 (FOLHA DE S.PAULO, 2015). O principal argumento que sustentou o documento foi o de que Cunha teria quebrado o decoro parlamentar ao mentir, na CPI da Petrobras, sobre a existência de contas em seu nome na Suíça. No dia anterior à representação, reportagem do jornal Folha de S.Paulo (FOLHA DE S.PAULO, 2015) mostrou que um dossiê entregue pelo Ministério Público da Suíça a autoridades brasileiras revelava que a esposa de Cunha, a jornalista Cláudia Cruz, havia utilizado uma conta no país para pagar despesas do cartão de crédito.

Segundo os investigadores, o dinheiro é fruto de propina da Petrobras, mais especificamente de um contrato de US\$ 34,5 milhões da estatal relativo à compra de um campo de exploração em Benin, na África. Segundo dados do banco Julius Baer, os recursos foram movimentados na conta com nome fantasia KOEK, que está em nome da jornalista, entre 2008 e 2015, e tem uma das filhas do deputado como dependente (FOLHA, 2015).

Assim que o processo começou a tramitar, iniciaram-se manobras do presidente da Câmara para atrasar uma eventual cassação. O processo foi instaurado em 3 de novembro, três semanas após a representação ser protocolada. Como Cunha contava com a fidelidade de um expressivo número de parlamentares, as suas manobras para tumultuar o andamento da ação tiveram sucesso ao longo de meses.

No dia em que foi marcada a leitura do parecer do deputado Fausto Pinato (PRB-SP) no Conselho de Ética, 19 de novembro, Cunha decidiu abrir sessão no plenário, o que impediu as comissões de deliberar sobre qualquer assunto (G1, 2015). As manobras seguiram com o levantamento de várias questões de ordem por parte de aliados de Cunha na sessão do Conselho de Ética do dia 29 de novembro e com um adiamento no dia 2 de dezembro. Ciente das atitudes de Cunha para atrasar o processo, o presidente do Conselho, José Carlos Araújo (PSD-BA) reuniu-se com o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para pedir a vigilância da PGR com o tema (G1, 2015).

No dia 9 de dezembro, a relatoria do processo foi alterada, com Marcos Rogério (PDT-RO) assumindo a função. Somente no dia 15 daquele mês o relatório foi votado. Por apenas um voto, 11 a 10, o documento recomendando a cassação foi aprovado (VALOR ECONÔMICO, 2015). Em seguida, o Congresso entrou em recesso e, no retorno, em 2 de fevereiro, uma nova manobra de Cunha: por meio de um recurso à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o presidente questionou a votação que aprovou o parecer de Marcos Rogério. O vice-presidente da Câmara à época, Waldir Maranhão (PP-MA) aceitou o recurso e o processo retornou à estaca zero, inclusive para deliberar sobre a admissibilidade da ação (GAZETA DO POVO, 2016)).

Apenas em 3 de março, após outras manobras de Cunha, como a de questionar a isenção do presidente do Conselho de Ética junto ao STF, o novo parecer foi votado e aprovado novamente. Cunha manteve a tentativa de atrasar o processo por meio de recursos jurídicos como impugnar depoimentos e até mesmo alterar a composição do Conselho de Ética (GAZETA DO POVO, 2016).

Após obter êxito nas manobras, no dia 5 de maio, data-limite da análise proposta nessa dissertação, em uma decisão inédita, o ministro do Supremo Teori Zavascki determinou o afastamento judicial do presidente da Câmara (BBC BRASIL, 2016). Foi a primeira vez que um ministro da Suprema Corte interveio diretamente no comando de outro Poder da República.

No despacho, Teori se valeu das manobras de Cunha como argumentos para sustentar a necessidade do seu afastamento (O ESTADO DE S.PAULO, 2016):

Os elementos fáticos e jurídicos aqui considerados denunciam que a permanência do requerido, o Deputado Federal Eduardo Cunha, no livre exercício de seu mandato parlamentar e à frente da função de Presidente da Câmara dos Deputados, além de representar risco para as investigações penais sediadas neste Supremo Tribunal Federal, é um peyorativo que conspira contra a própria dignidade da instituição por ele liderada. Nada, absolutamente nada, se pode extrair da Constituição que possa, minimamente, justificar a sua permanência no exercício dessas elevadas funções públicas. Pelo contrário, o que se extrai de um contexto constitucional sistêmico, é que o exercício do cargo, nas circunstâncias indicadas, compromete a vontade da Constituição, sobretudo a que está manifestada nos princípios de probidade e moralidade que devem governar o comportamento dos agentes políticos (OESP, 2016).

O enfraquecimento de Eduardo Cunha já era evidente em diversas pesquisas de opinião promovidas pelo instituto Datafolha, que indicavam a preferência dos entrevistados pela cassação do parlamentar. A última sondagem antes do seu afastamento mostrou que 77% dos brasileiros queriam ver Eduardo Cunha perder o mandato (DATAFOLHA, 2016).

Também contribuiu decisivamente para esse cenário a ofensiva de centrais sindicais e partidos ligados ao campo democrático da esquerda em defesa do mandato da presidente Dilma e contra Cunha.

Diversos protestos foram realizados nas principais capitais do Brasil para questionar a legitimidade de Cunha na condução do processo de *impeachment* (FOLHA DE S.PAULO, 2016). Mesmo que em menor número, em comparação com as manifestações que pediram a saída do governo petista, os protestos contra Cunha e a favor de Dilma reuniram milhares de pessoas e reforçaram a divisão à qual o país foi submetido ao longo desse processo.

Até mesmo as pesquisas de opinião que referimos em outras oportunidades mostraram uma mudança no cenário, com maior apoio à presidente Dilma. A última pesquisa publicada antes do seu afastamento, em 11 de abril, mostrou o índice negativo mais baixo desde abril do ano anterior:

Essa queda na reprovação, contudo, não foi revertida integralmente em apoio à gestão da petista. Entre a pesquisa de março e a atual, o nível de aprovação ao governo Dilma apenas passou de 10% para 13%, e a parcela dos que consideram seu governo regular cresceu de 21% para 24%. Há ainda 1% que não opinou sobre o assunto. De 0 a 10, a nota média atribuída ao desempenho de Dilma Rousseff à frente da Presidência atualmente é 3,5, ante 3,0 em março (DATAFOLHA, 2016).

Foi diante desse cenário de recrudescimento da crise e de ampla rejeição à classe política que, a exemplo de Dilma, Cunha acabou sendo afastado do seu cargo. A decisão judicial do ministro Teori Zavascki atendeu a um pedido feito pela Procuradoria-Geral da República, em dezembro de 2015, e foi tomada apenas após a conclusão do rito de *impeachment* de Dilma na Câmara.

Uma semana após o afastamento de Cunha da presidência da Câmara, no dia 12 de maio, o Senado autorizou a abertura do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Assim, a petista foi retirada da função por 180 dias, com o vice, Michel Temer, assumindo a presidência interinamente. Embora não seja objeto da análise, a ascensão de Temer ao cargo faz parte do contexto da época, assim como a relação entre ele e Cunha.

Aliado de Temer, Cunha ajudara o então vice a chegar ao cargo devido à condução do processo de *impeachment*. Segundo notícias publicadas durante o trâmite da ação, a expectativa do parlamentar era de que Temer apoiasse Cunha no processo de cassação do seu mandato (EXTRA, 2016).

4.3.1 Análise discursiva

Para analisar o discurso dos editoriais dos jornais elencados para a pesquisa, utilizaremos, conforme ressaltado anteriormente, a técnica da análise de discurso proposta por Patrick Charaudeau. Os textos terão os trechos organizados em duas categorias macro, que englobam dados externos e dados internos de composição dos mesmos. Dentro dessas categorias, serão examinadas, na etapa dos dados externos, as condições de produção do discurso (*identidade, finalidade e propósito e dispositivo*); já na fase dos dados internos, a análise irá abranger os comportamentos linguageiros do discurso, a partir dos espaços de locução, relação e tematização.

3.3.1.1 O Estado de S.Paulo

O artigo do Estadão escolhido para essa etapa da análise foi publicado no dia 28 de dezembro de 2015, intitulado “No apagar das luzes”. Inicialmente, a exemplo das outras análises, trataremos dos dados externos que, articulados com os internos, ajudam a construir o discurso, conforme a técnica de Charaudeau (1990). No período que abrange a publicação desse texto, o contexto, que auxilia na verificação das condições de identidade do discurso, há dois fatos políticos transcorrendo simultaneamente.

Além do processo de cassação do mandato de Eduardo Cunha, iniciado em 13 de outubro, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff havia sido aceito pelo próprio Cunha. Diante desse cenário, e da disputa política entre Cunha e Dilma, o Estadão dedicou amplo espaço nos seus editoriais para tratar dos dois temas (muitas vezes abordados como um só).

A abertura do processo de cassação de Eduardo Cunha pelo Conselho de Ética não foi inicialmente discutida pelos editoriais do jornal. A primeira menção a isso foi feita apenas no editorial publicado no dia 25 de outubro, com o texto “Farinha do mesmo saco”. Como citado anteriormente, o Estadão utilizou o espaço editorial para relacionar a atuação de Cunha à de Dilma. Na *análise sócio-histórica*, mostramos como as manobras de Cunha para evitar a cassação se sucederam. Nesse primeiro texto, o Estadão critica de forma veemente o parlamentar por ele afirmar que as pedaladas fiscais “por si só”, não poderiam ser a razão do *impeachment*:

O bloqueio das contas da família Cunha na Suíça e o sequestro desse dinheiro determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acabaram levando o presidente da

Câmara à óbvia tentativa de oferecer seu poder de barrar o *impeachment* em troca de apoio político do Planalto para obter no Conselho de Ética da Câmara e, se for o caso, no plenário da Casa, os votos necessários para impedir a cassação de seu mandato (OESP, 2015).

Naquele mês, poucos dias após a abertura do processo, o Estadão já observava, e criticava, iniciativas de Cunha para protelar o funcionamento do Conselho de Ética. Mais do que isso, o jornal classifica como “espúria” a suposta chantagem que Cunha estaria fazendo contra Dilma para não aceitar o pedido de *impeachment*.

E é absolutamente inaceitável, na perspectiva do respeito devido às instituições democráticas, que Dilma Rousseff esteja pronta, ansiosa mesmo, por fazer tudo o que estiver a seu alcance – fazer “o diabo”, como ela afirma – para se livrar da punição que seria o seu afastamento da Presidência da República. Essa medida, obviamente, exige estrita obediência aos preceitos constitucionais e à lei ordinária, ainda que corresponda ao desejo claramente manifestado, nas ruas e nas pesquisas de opinião, pela maioria esmagadora dos brasileiros (OESP, 2015).

O Estadão, portanto, enxergava Dilma e Cunha como “farinha do mesmo saco” pela interpretação de que ambos “fizeram tudo de errado que podiam fazer no exercício de elevadas funções públicas”. O conteúdo desse editorial é importante para reconstruir as condições de identidade do texto que será analisado porque mostra um alinhamento à ideia de que Cunha, de fato, estava tendo atitudes com vistas a barrar a sua cassação.

No dia 29 de outubro, o jornal voltou a criticar Cunha, dessa vez, sem focar na sua cassação, e sim na condução de um possível *impeachment*. Para o Estadão, “enquanto Cunha estiver no comando da Câmara dos Deputados, o futuro político do país estará à mercê do jogo rasteiro das conveniências pessoais” (OESP, 2015). No mesmo editorial, o jornal repete uma comparação entre Cunha e o PT, ao afirmar que a liderança do presidente da Câmara é resultado do “lulopetismo”, que “transformou seu projeto de poder num fim em si mesmo” e, para isso, aliou-se a políticos como Cunha.

Em 18 de novembro, o Estadão reforça, em seu editorial, a tese de que Cunha tentava chantagear o governo e que, da parte do Executivo, haveria uma proteção ao parlamentar para evitar o *impeachment*.

Enquanto isso, Eduardo Cunha se defende como pode, garantindo o apoio encabulado da bancada petista e de outros aliados do governo com a manipulação da pauta de votação das matérias de interesse do Planalto e, principalmente, dos pedidos de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Na mesma segunda-feira em que se irritou com a atitude do relator de seu processo no Conselho de Ética, Cunha anunciou ter indeferido mais quatro pedidos de *impeachment* por falta de pré-requisitos técnicos e jurídicos. Mas ainda tem um bom estoque dessas poderosas armas para neutralizar qualquer gesto de hostilidade do Planalto. Há quem tenha pena de um país que precisa

de heróis. O que se dirá de um país cujos próceres protagonizam aviltantes inquéritos policiais e processos criminais? (OESP, 2015)

Como o objeto desse capítulo é a análise sobre o processo de cassação de Cunha e seu afastamento, é importante ressaltar que, após 2 de dezembro, quando o presidente da Câmara decidiu abrir o processo de *impeachment* contra Dilma, o Estadão não tratou mais da ação que tramitava no Conselho de Ética em seus editoriais. Isso voltou a ocorrer apenas em 28 de dezembro, justamente no editorial do qual trataremos agora.

De acordo com a identidade própria do jornal e a que se construiu no que diz respeito ao mandato de Cunha à frente da presidência da Câmara, é possível verificar também as condições de finalidade e de propósito do texto. O título “No apagar das luzes” faz referência ao fim do ano legislativo, enquanto o editorial demonstra a posição do jornal sobre as últimas manobras de Cunha para protelar o processo de cassação no Conselho de Ética. A finalidade e o propósito ocorrem mais no sentido de descrever a situação do que de tomar uma posição propriamente dita.

Por isso, vamos verificar os dados internos do discurso e a maneira como se articulam com os externos. Nesse sentido, a organização do discurso no espaço de tematização ajuda a compreender a intenção do editorial. No primeiro parágrafo, o Estadão utiliza alguns adjetivos em meio à descrição do fato – a articulação para protelar o processo de cassação. Esse recurso dá um tom crítico a essa descrição, embora não haja uma posição mais enfática do jornal:

Diga-se o que se quiser do deputado Eduardo Cunha. O fato é que ele tem sido insuperável na arte de montar alianças duvidosas e de trilhar os atalhos da impunidade. Agora, por exemplo, se fica sabendo que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara poderá anular todo o trabalho feito desde 3 de novembro no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa, onde Eduardo Cunha corre o risco de ser acusado de quebra de decoro parlamentar e de perder o mandato, se assim vier a decidir o plenário da Câmara (OESP, 2015).

No segundo parágrafo, o discurso do editorial utiliza um comportamento linguageiro de relação entre o que está sendo descrito e uma tomada de posição quando associa as atitudes de Cunha a uma ação antiética da maioria da Câmara. Mais uma vez, são usados adjetivos para isso:

Eduardo Cunha e suas manobras regimentais, apoiadas por um time multipartidário de parlamentares que com ele se identificam – muitos deles investigados pela Operação Lava Jato –, são o melhor exemplo do despudor que impera hoje na Casa de representação popular, colocada a serviço de inescrupulosos interesses pessoais e partidários (OESP, 2015).

O parágrafo seguinte consiste basicamente em uma descrição do andamento do processo contra Cunha no Conselho de Ética, sob o ponto de vista do comportamento do próprio presidente da Câmara e de seus aliados para travar o trâmite:

Desde que o Conselho de Ética acolheu, no início de novembro, representação apresentada pelo PSOL e abriu processo contra Eduardo Cunha, este tem usado de todos os recursos regimentais, que domina como ninguém, para procrastinar o andamento do trabalho dos conselheiros. Seus fiéis seguidores passaram a maior parte do tempo, em mais de um mês e meio de sessões, apresentando questões de ordem, pedidos de vista e propostas diversionistas claramente destinadas, primeiro, a impedir a discussão e votação do parecer do relator, contrário a Cunha, e, depois, a simplesmente anular a decisão da maioria que votou a favor da admissibilidade do processo (OESP, 2015).

Feita essa espécie de introdução narrativa e descritiva, o Estadão relata a situação do processo que, na época estava prestes a retornar à estaca zero (como acabou se confirmando). O recesso parlamentar já havia sido iniciado e, em meio a isso, Cunha obteve uma vitória ao conseguir que o vice-presidente da Mesa Diretora, Waldir Maranhão (PP-MA), destituísse o relator do processo. O novo relator, Marcos Rogério (PDT-RO), manteve o parecer contra Cunha, mas o deputado Carlos Marun (PMDB-MS) pediu vistas do relatório e voltou a atrasar a ação. No editorial, após descrever essa situação, o Estadão volta o discurso para o espaço de relação e aborda o reflexo dessa conduta de Cunha e de aliados junto ao governo federal:

Eduardo Cunha é certamente o maior e mais temível adversário que a presidente Dilma tem hoje no cenário político. Isso seria razão suficiente para que o Planalto e os petistas se empenhassem a fundo para que, antes que Dilma venha a tropeçar no processo de *impeachment*, Cunha seja afastado do comando da Câmara e tenha o mandato de deputado cassado. De fato, para efeitos externos, a posição das lideranças do PT é claramente hostil a Cunha. Os três deputados petistas que integram o Conselho de Ética, por exemplo, votaram contra o presidente da Câmara (OESP, 2015).

No fim do texto, o Estadão faz duas avaliações que não chegam a externar posições mais contundentes. Primeiro, a ideia de que o governo tem interesse na permanência de Cunha na presidência da Câmara para, no debate público, ter Dilma como oposto a ele. Quando o jornal classifica Dilma como “mulher honesta que luta pelos pobres”, é possível notar certa ironia a partir da articulação dos dados internos do discurso do Estadão com os externos, visto que, em outras ocasiões, o jornal comparou Dilma a Cunha e atribuiu a ela o cometimento de crimes.

Depois, o jornal especula sobre como seria o cenário se o ministro Teori Zavascki, provocado pela Procuradoria-Geral da República para afastar Cunha, não tivesse deixado para tomar uma decisão sobre o caso depois do recesso do Judiciário.

Mas a política também se alimenta de contradições, e ocorre que o verdadeiro interesse do governo é que Cunha permaneça onde está, até porque o STF já o desarmou em relação ao *impeachment*. Ele foi escolhido pelos estrategistas palacianos para representar, na luta contra o *impeachment* de Dilma, o oposto da mulher honesta que luta pelos pobres. Essa estratégia tem surtido algum efeito, já que a última pesquisa de opinião revela um ligeiro crescimento do apoio popular à presidente. Pelo menos até fevereiro, portanto, Dilma continuará tendo a quem acusar para se defender do *impeachment*. É claro que a situação seria diferente se o ministro Teori Zavascki não tivesse preferido adiar para depois do recesso do Judiciário sua decisão sobre o pedido de afastamento de Eduardo Cunha apresentado pelo procurador-geral Rodrigo Janot (OESP, 2015).

No editorial acima, o Estadão demonstra mais uma vez uma identidade crítica em relação ao governo federal e à classe política como um todo. Para isso, são utilizados elementos descritivos, com o acréscimo de adjetivos, na organização do discurso e um constante comportamento linguageiro no espaço de relação para demonstrar as relações de força e aliança que se definem a partir do discurso.

4.3.1.2 O Globo

O editorial do jornal O Globo escolhido para essa etapa do trabalho foi publicado no dia 4 de março de 2016, intitulado “Eduardo Cunha em curva descendente”. Em um primeiro momento, destaca-se que o contexto da época da publicação do texto remetia a um cerco da Justiça a Cunha diante das denúncias de corrupção que o então presidente da Câmara enfrentava.

Ainda em dezembro, O Globo já havia se posicionado de maneira enfática pelo afastamento de Cunha do comando do Legislativo. É interessante observar que essa postura mais eloquente começou a ser tomada após o aceite do pedido de *impeachment* de Dilma. No dia 12 de dezembro, O Globo publicou editorial sob o título “Venceu o prazo de validade de Eduardo Cunha”. O trecho abaixo mostra como o jornal descrevia as manobras de Cunha para evitar a cassação:

No campo do exotismo — mas em outro sentido —, o atual presidente, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), escala índices de rejeição na opinião pública, ao manejar com frieza o poder do cargo e o conhecimento que tem das regras da Casa, para sabotar a tramitação no Conselho de Ética de um processo instaurado contra ele por falta de

decoro. Às favas com a objetividade dos fatos. Cunha, citado na Lava-Jato como beneficiário de propinas geradas na Petrobras, compareceu, por vontade própria, à última CPI da Petrobras e garantiu que não tinha contas escondidas em bancos suíços (O GLOBO, 2015).

No fim do editorial, após expor e narrar os fatos que demonstram a postura de Cunha de protelar o processo, O Globo se posiciona abertamente pela renúncia do peemedebista ao cargo de presidente da Câmara, afirmando, inclusive, que “seu tempo acabou”:

Aberto o processo, passaram-se 38 dias e oito reuniões, até a de quinta-feira, sem que se conseguisse votar um relatório, diante de um atônito presidente do conselho, José Carlos Araújo (PSD-BA). O primeiro relator, Fausto Pinato (PRB-SP), contestado pelo grupo de Cunha, por se declarar a favor do prosseguimento do processo, disse ter sido ameaçado, e terminou substituído por Marcos Rogério (PDT-RO). Este promete ler seu relatório, também contra Cunha, na terça-feira. Mas nada é certo. O presidente da Câmara deveria renunciar ao cargo, para se dedicar à sua defesa, sem atrapalhar os trabalhos da Casa. Seu tempo acabou (O GLOBO, 2015).

A sucessão de manobras de Cunha voltou a ser tema de editorial d’O Globo em 18 de dezembro, após o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pedir ao Supremo a suspensão do mandato do parlamentar. Na ocasião, Janot listou 11 motivos para justificar o pedido. Desta vez, no entanto, a abordagem do editorial foi diferente da que vimos no texto anterior. O Globo não chega a repetir a sugestão de que Cunha se afaste, e utiliza o editorial para valorizar “o funcionamento das instituições”. Para isso, opõe dois aspectos da política brasileira:

Um, é degradante: o pedido de Janot embasa-se em sólidas acusações ao parlamentar, o terceiro homem na linha de sucessão presidencial do país. Segundo o procurador, Cunha criou um balcão de negócios na Casa, vendeu atos legislativos e tumultuou o processo de elaboração de leis — com o corolário de assim ter agido para proteger a “organização criminoso” da qual faz parte. O outro, por oposição, traz em si o anteparo contra manifestações de desvirtuamento da atividade política: o funcionamento das instituições do país (O GLOBO, 2015).

Após listar as denúncias que pesam contra Cunha, O Globo demonstra preocupação com o efeito que elas podem causar sobre a legitimidade do processo de *impeachment*. Ou seja, teme-se mais por Cunha afetar o andamento do *impeachment* do que por ele mesmo. Em determinado momento, conforme grifo abaixo, o editorial ressalta que não houve qualquer ilegalidade no ato do deputado.

Esses desvios éticos maculam a presidência da Câmara, que se deve pautar por atribuições que a ela dizem respeito — como a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma, legitimamente colocado em curso por Cunha. Corre-se o risco de, mantendo-se no comando da Casa alguém que é agente ativo de traficâncias, lançar sobre todo o Legislativo a mancha do descrédito (O GLOBO, 2015).

Ao longo do período de recesso do Judiciário e do Legislativo, o jornal não voltou a tratar diretamente do caso por meio dos editoriais. Os textos acima auxiliam na compreensão das condições de identidade do jornal O Globo na construção do editorial em análise. Além dos valores da empresa, que se declara, conforme seus princípios, “não ser nem a favor nem contra governos”, os editoriais publicados ao longo desse recorte de tempo servem como influência aos dados externos ao discurso.

No que tange à finalidade e ao propósito do editorial, a leitura completa do texto demonstra que O Globo pretende, por meio de uma linha narrativa, descritiva e argumentativa, analisar o impacto das denúncias contra Cunha no seu mandato e se posicionar pela renúncia do parlamentar.

Para isso, os dados internos do discurso, principalmente no espaço de tematização, expõem um modo de organização focado em comentar o acontecimento, neste caso, o fato de o Supremo Tribunal Federal ter aceito uma das denúncias contra Cunha. No primeiro parágrafo, o jornal já demonstra a sua posição fazendo um comentário a partir dessa informação, ao afirmar que “não é admissível, do ponto de vista da legitimidade, que ele continue como presidente da Câmara”.

Na sequência do editorial, O Globo utiliza como argumento para sustentar a ideia de que Cunha está na descendente, como diz o título do texto, o fato de ele não ter conseguido manobrar para evitar que o Conselho de Ética, enfim, iniciasse o processo de cassação contra ele.

Exemplo de pertinácia, sangue-frio e desprezo pelas instituições, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), começa a colher derrotas. Mestre no uso de regimentos e leis para protelar processos, na terça-feira ele já não conseguiu, como vinha fazendo há quatro meses, impedir que o Conselho de Ética comesse a processá-lo. (...) Por quebra de decoro ao comparecer à CPI da Petrobras e garantir que não tinha contas no exterior. Não muito tempo depois, surgiram provas documentais da existência de tais contas (O GLOBO, 2015).

A partir da narração e da descrição das notícias, O Globo apresenta o argumento de que Cunha está enfraquecido. Além do exemplo do Conselho de Ética, o editorial trata do fato de o presidente da Câmara agora ser réu por corrupção. A partir disso, o jornal defende a renúncia do peemedebista ao comando do Legislativo:

Agora, o presidente da Câmara passa a ser o primeiro réu com foro especial que foi apanhado pela Operação Lava-Jato. Este fato, de forma isolada, já deveria levar Cunha a renunciar à presidência da Casa e responder às acusações como simples deputado. Como ele usa sem pudor prerrogativas da presidência da Casa em defesa própria, há

sempre conflitos entre a pauta que interessa ao país e seus objetivos. Tem sido assim desde que ganhou a eleição para presidente da Câmara (O GLOBO, 2015).

Como vimos anteriormente, os editoriais d'O Globo já vinham ressaltando o impacto das denúncias contra Cunha na tramitação do *impeachment*. Mais uma vez, o jornal se posiciona em defesa da legalidade do ato do peemedebista ao aceitar o pedido, mas pondera que o processo de afastamento de Dilma, embora “dentro dos limites legais”, foi contaminado pela imagem do parlamentar. São utilizados adjetivos, conforme grifo, para fortalecer o argumento:

No caso do *impeachment* da presidente Dilma, ele agiu dentro dos limites legais do cargo quando aceitou o pedido. Mas contaminou a questão com a imagem de corrupto, construída a partir de fatos objetivos. Não há como Eduardo Cunha tentar conciliar o cargo e a condição de réu em processo criminal no STF. E poderá vir outro, caso a Corte também aceite as acusações referentes a contas não declaradas que mantém na Suíça. Além disso, existe também o pedido da PGR para que seja afastado da Mesa da Câmara. Sua legitimidade está corroída de forma irreversível (O GLOBO, 2015).

É importante ressaltar que, no espaço de locução do discurso, O Globo mantém um posicionamento crítico a Cunha desde que ele assumiu o cargo, mas, em geral, com ponderações em relação a seus atos, inclusive os associando a atitudes do governo Dilma. O jornal também se posta como defensor da democracia, algo que está na sua carta de princípio e de valores, ao sugerir que um deputado acusado de corrupção não deveria presidir a Câmara, ainda mais diante da tramitação de um processo de *impeachment*.

Mesmo assim, dentro desse espaço de locução, há uma certa confusão entre em nome de quê o discurso se posiciona. Segundo Charaudeau (1990), o espaço do comportamento linguageiro deve identificar por que razão a pessoa que entoa o discurso se situa e em nome de quê. O Globo alterna um posicionamento de guardião da ordem democrática com outro em defesa do prosseguimento de um processo deflagrado por alguém que, como o próprio texto reconhece, é atacado pelo jornal por colocar em xeque essa ordem:

Faz bem ao ambiente institucional Cunha ser declarado réu no STF. Porque contribui para combater o espectro da impunidade que passa a rondar a Lava-Jato, a partir das pressões do PT para, via Ministério da Justiça, manipular a PF na Lava-Jato, com o objetivo de preservar o ex-presidente Lula, convertendo-o num homem acima de qualquer suspeita. Típico de uma republiqueta de bananas (O GLOBO, 2015).

No trecho acima, último parágrafo do editorial, O Globo utiliza as suas condições de locução para declarar que “faz bem ao ambiente institucional” o fato de Cunha tornar-se réu. Afinal, o posicionamento do jornal possui relevância social e política. Do ponto de vista da

articulação entre dados externos e internos do discurso analisado, fica claro que os planos situacional e linguístico se cruzam e influenciam um ao outro na construção do texto, mas atendendo sobretudo à ótica do jornal, contrário à presidente da República.

A partir do momento em que O Globo apresenta uma posição crítica a Cunha e também ao governo, herança de seus objetivos, do papel social que exerce e das suas relações sociais, isso se reflete no plano linguístico por meio de adjetivações e um modo de organização do discurso que pretende persuadir o leitor a uma interpretação que acompanhe esse raciocínio.

4.3.1.3 Zero Hora

O último editorial a ser analisado na pesquisa foi publicado por Zero Hora no dia 6 de maio de 2016, um dia após Cunha ter o mandato suspenso por decisão do pleno do Supremo Tribunal Federal, acolhendo liminar concedida pelo ministro Teori Zavascki. A *análise sócio-histórica* nesse capítulo mostrou que o afastamento de Cunha ocorreu menos de um mês após a conclusão do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Por isso, iniciamos, a exemplo das demais análises discursivas, procedendo pela verificação das condições de identidade de ZH quando da publicação do editorial, intitulado “O afastamento de Cunha”. Assim como os outros jornais analisados na pesquisa, Zero Hora manteve uma postura crítica em relação às atitudes de Eduardo Cunha à frente da Câmara dos Deputados ao longo do seu mandato. O posicionamento de ZH sobre a condução do *impeachment* por parte do deputado não ficou exatamente claro antes da votação da admissibilidade da ação, que ocorreu em 17 de abril.

No dia da sessão decisiva, inclusive, ZH publicou editorial de página inteira com um apelo aos deputados no título: “Senhores parlamentares, devolvam-nos o Brasil”. A condição de identidade na enunciação dessa mensagem mostra claramente que ZH se dirige aos deputados que votarão naquele dia. Essa constatação ajuda a compreender, também, o editorial que será analisado depois.

Como detentores de mandato parlamentar e representantes dos 200 milhões de cidadãos deste país, vocês têm legitimidade e poder para definir como vamos sair desse momento doloroso da nossa história. O que se decide neste domingo, no plenário da Câmara Federal, não é apenas a admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente da República, que ainda dependerá de chancela do Senado. Decide-se, acima de tudo, se um país que vem sendo sistematicamente mal gerido, saqueado, vilipendiado e humilhado poderá recuperar a sua dignidade e ser

devolvido mais íntegro aos seus verdadeiros donos, os cidadãos brasileiros (ZH, 2016).

Não há nenhuma menção à atuação de Cunha no texto. No dia seguinte ao *impeachment*, ZH também não trata, em editorial, sobre a postura do responsável por deflagrar o processo. O editorial comenta o *impeachment* sob o ponto de vista dos erros cometidos pelo governo, inclusive admitindo que as pedaladas fiscais foram “apenas um pretexto jurídico” para a admissibilidade do processo de afastamento de Dilma.

O que mais pesou no voto dos parlamentares, excluindo-se os interesses partidários e a disputa pelo poder, foi a certeza de que o governo enfrenta uma crise de popularidade como consequência de suas arrogância, de seus erros e de suas omissões. Mesmo desconfiando dos eventuais sucessores, que também não gozam da melhor reputação, os brasileiros querem mudanças – e o parlamento age em sintonia com a vontade inequívoca da maioria da população (ZH, 2016).

Zero Hora volta a falar sobre Cunha no dia 21 de abril. Alguns dias antes, em 5 de abril, o ministro do STF Marco Aurélio Mello determinou, em liminar, que o presidente da Câmara abrisse processo de *impeachment* do vice-presidente Michel Temer (G1, 2016). Em meio às costuras para evitar que um novo processo de *impeachment* fosse deflagrado, Cunha teria se utilizado dessa possibilidade para exigir de Temer o compromisso de que o seu mandato seria preservado no Conselho de Ética (OESP, 2016).

No texto publicado em 21 de abril, ZH, enfim, manifesta-se de maneira mais contundente sobre a atuação de Cunha na presidência da Câmara. O editorial é intitulado “A vez de Cunha” e traz uma sequência de argumentos contrários a uma suposta chantagem de Cunha com Temer. O jornal classifica o gesto com “afrontoso”, “um acinte” e “inadmissível”. Isso inclui uma referência à morosidade do Conselho de Ética em examinar a situação do peemedebista:

Depois do desgaste provocado no que restava da sua credibilidade no domingo, com a pobreza de argumentos nas justificativas de seus votos, os parlamentares deveriam aproveitar o caso como pretexto para tentar recuperar sua imagem. Só farão isso, no entanto, se forem pressionados pela sociedade (ZH, 2016).

O trecho acima, bem como o contexto relatado nesses editoriais, nos conduzem à ideia de que ZH, do ponto de vista da identidade na enunciação da mensagem, colocou-se não apenas como porta-voz de um grupo empresarial, como também de parte da sociedade. A partir dessa premissa, passamos à análise do editorial “O afastamento de Cunha”.

Sobre as condições de propósito e finalidade da enunciação da mensagem, a leitura do texto permite dizer que o editorial traz comentários sobre um acontecimento, no caso, o afastamento de Cunha, concordando com a decisão e se valendo de uma estrutura argumentativa que sustente essa concordância.

No primeiro parágrafo, começamos a observar de que maneira o discurso é articulado entre os seus dados externos (contexto político e identidade da mensagem do jornal) e internos. O editorial classifica Cunha como “vilão número 1 do país”. Depois narra e descreve as denúncias que pesaram contra o parlamentar para resultarem no seu afastamento do mandato. O comportamento linguageiro do discurso no espaço de relação fica evidente quando o jornal associa a força da pecha de *corrupto* sobre Cunha à letargia do Conselho de Ética para examinar o processo contra o deputado.

Ainda nesse sentido, o espaço de tematização se cruza com o de relação quando o editorial utiliza uma estrutura que se vale dessas associações para construir argumentos. Ou seja, a relação entre a punição da Justiça e a condescendência do Legislativo serve para sustentar esse argumento.

Vilão número 1 do país, suspeito de receber propina, obstruir a Justiça e mentir para seus pares e prestes a se tornar o primeiro na linha sucessória, o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), teve seu mandato suspenso ontem por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), chancelando liminar concedida pelo ministro Teori Zavascki. A medida cautelar, em caráter provisório, foi considerada “excepcionalíssima” pelos próprios ministros, mas está sendo celebrada por todos os brasileiros que viam o deputado peemedebista como símbolo de improbidade e corrupção. Acabou sendo, também, um recado constrangedor para a Comissão de Ética da Câmara, que desde dezembro vem embromando o país com o mais longo processo de cassação da história do legislativo, sem conseguir cumprir o papel para o qual foi criada e que justifica a sua existência (ZH, 2016).

Em seguida, o editorial cita os motivos pelos quais acredita que a Câmara resiste em cassar Cunha, inclusive se apropriando dos argumentos utilizados pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no pedido de afastamento encaminhado ao Supremo. Depois, o discurso torna-se mais opinativo, com o alerta de que algo já deveria ter sido feito, conforme grifo:

As razões para a resistência ficam claras na própria decisão judicial, que cita o fato de o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, classificar o peemedebista de “delinquente”, acusando-o de “constranger, intimidar parlamentares, réus, colaboradores, advogados e agentes públicos com o objetivo de embaraçar e retardar investigações”. Mesmo subjugada pelo poder de quem usa o cargo em “interesse próprio”, a Câmara já deveria ter dado há muito tempo um desfecho a essa situação que não condiz com o grau de democracia do país. Trata-se, afinal, de alguém que já era réu no STF, por unanimidade, por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro,

acusado de ter recebido propina no esquema de corrupção da Petrobras. Ainda que o parlamentar pudesse contestar todas essas acusações, nada o eximiria de ter mentido a seus pares sobre a existência de contas em seu nome e de familiares na Suíça, que depois acabariam se confirmando (ZH, 2016).

Na sequência, o editorial faz uma ponderação, em tom elogioso, à atuação do Judiciário, mas não chega a contextualizar a decisão com o tempo que os ministros levaram para analisar a petição pelo afastamento de Janot, omitindo do texto essa questão. O texto segue a tônica de comentar o acontecimento ao concluir que o país se livrou de um “constrangimento” com a decisão do Supremo:

Menos mal que, diante da omissão inexplicável em relação ao responsável por processos decisivos para o país como o do *impeachment* da presidente da República, o Judiciário se mostre atento. Mesmo com a decisão do relator da Lava-Jato no Supremo, referendada ontem pelos ministros, o presidente da Câmara segue como deputado, com foro privilegiado, embora não possa exercer as funções parlamentares. Pelo menos, o país se livra do constrangimento de ver alguém com esse currículo no comando da Câmara e na iminência de assumir, interinamente, a presidência da República (ZH, 2016).

No fim do editorial, ZH volta a utilizar mais diretamente um comportamento linguageiro de locução com a sentença “espera-se” que a decisão seja mantida. Nesse sentido, é possível observar que o jornal não fala apenas por si, mas se coloca como porta-voz de interesses maiores:

Espera-se, agora, que a decisão seja mantida e que outros parlamentares suspeitos de irregularidades também sejam investigados com rigor e celeridade, como exige a nação. Como bem disse o ministro Celso de Mello, ao sustentar seu voto ontem, práticas delituosas cometidas por homens públicos enfraquecem as instituições e comprometem os valores da democracia (ZH, 2016).

Dessa maneira, fica clara a articulação entre os dados externos, a partir da identidade de quem fala (o editorial), e internos do discurso. Há intencionalidade por parte do jornal de se posicionar a favor da decisão tomada pelo Supremo e são utilizados argumentos para sustentar essa ideia.

4.3.2 Interpretação/Reinterpretação

Agora, o objetivo é analisar como os jornais O Estado de S.Paulo, Zero Hora e O Globo abordaram, em seus editoriais, o processo de cassação de Eduardo Cunha e o seu afastamento do mandato, determinado pelo Supremo Tribunal Federal. A base para essa

interpretação será a *análise sócio-histórica*, por meio do levantamento conjuntural, e a análise discursiva de Charaudeau.

4.3.2.1 O Estado de S.Paulo

A construção do editorial do Estadão escolhido para a análise e o contexto da sua publicação conduzem à ideia de que o jornal quer a saída de Eduardo Cunha da presidência da Câmara porque a sua presença contamina a legitimidade do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. O posicionamento do jornal fica mais claro no terço final do editorial, quando, mais uma vez, o Estadão associa o reflexo das condutas de Cunha à atuação do governo federal. Apesar de citar algumas das manobras protelatórias do parlamentar para evitar o processo de cassação do seu mandato, o editorial trata mais diretamente do impacto que a manutenção de Cunha tem sobre o Planalto.

Como já observamos ao longo das análises discursivas e da identidade do Estadão como locutor de atos de linguagem, o jornal adotou, até esse momento, uma prática de, ao falar sobre a conduta do presidente da Câmara, relacioná-la a Dilma. Esse comportamento ocorre, em parte, pelo DNA do periódico, que se mostra contrário a governos de esquerda, mas também pela vontade de que Dilma deixasse a presidência com vistas a estabilizar a situação econômica do país. Isso se demonstra em diversos editoriais anteriores e posteriores ao que foi analisado.

No texto em questão, o Estadão se dedica a descrever as situações que conduzem o processo de cassação de Cunha a uma tendência de retornar à estaca zero. Apesar de ressaltar que as manobras do parlamentar são exemplo de uma conduta que atende a interesses pessoais, o cerne do comentário não são os desvios éticos do peemedebista. Em resumo, o editorial acredita que as manobras de Cunha ajudam o PT, já que o desgaste provocado por elas permite aos aliados da presidente contrapor a imagem do parlamentar à dela.

O jornal ainda demonstra expectativa de que o ministro Teori Zavascki, responsável por decidir sobre o afastamento de Cunha, tome uma posição em fevereiro, no retorno do recesso parlamentar. A partir da leitura do contexto da época e dos demais posicionamentos do Estadão, fica claro que essa é a preferência do jornal, que apoia o *impeachment* e enxerga com maus olhos o protagonismo de Cunha no processo.

4.3.2.2 O Globo

A interpretação e reinterpretação sobre o editorial do jornal O Globo em análise neste capítulo segue uma linha semelhante ao texto anterior, do Estadão. No editorial publicado pelo jornal fluminense, porém, há uma ênfase maior na necessidade de afastamento de Cunha. O texto se dedica não apenas a descrever, mas também a criticar as manobras do parlamentar para atrasar o processo de sua cassação. O sentido do editorial é muito claro: Cunha deve ser afastado para não prejudicar o processo de *impeachment*.

Em determinados momentos, O Globo faz ponderações sobre a conduta do parlamentar, ao afirmar que ele deu curso ao afastamento de Dilma de maneira legítima. Além disso, dialoga com o Legislativo ao afirmar que a manutenção de Cunha no cargo poderia significar uma mancha de descrédito para todos os parlamentares. As críticas à conduta de Cunha são, portanto, restritas ao campo da sua atuação no âmbito do próprio processo de cassação. No que diz respeito ao andamento do *impeachment*, O Globo entende que o presidente da Câmara agiu de forma correta.

O editorial analisado neste capítulo segue a mesma linha das opiniões da empresa jornalística desde que começaram a surgir denúncias de corrupção contra Cunha. Ao longo desse período, O Globo se posiciona como defensor da normalidade dos trabalhos legislativos, que estaria a perigo com a presença de Cunha. O pedido de renúncia tem ainda mais impacto porque o jornal encontra-se justamente no estado que serve como base eleitoral para Cunha, o Rio de Janeiro.

Ao se posicionar dessa forma, O Globo segue o exemplo do Estadão e deixa claro que a conduta de Cunha na presidência da Câmara, além de imoral, coloca em risco a legitimidade de um processo cujo andamento tem a concordância do periódico.

4.3.2.3 Zero Hora

Antes de procedermos à interpretação e reinterpretação das formas simbólicas contidas no editorial em análise, é importante ressaltar um aspecto relevante do comportamento de ZH ao longo do período que antecedeu a publicação. Apesar de ter marcado posição contra Cunha de maneira veemente durante os primeiros meses de mandato do parlamentar à frente da Câmara, Zero Hora não tratou mais do assunto, que era recorrente no espaço editorial, no período entre janeiro e abril de 2016.

Essa constatação auxilia a interpretar o texto escolhido para a análise, publicado após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Antes desse editorial, ZH, que não se posicionou de maneira mais clara sobre o afastamento de Dilma, já havia publicado um texto com o título “A vez de Cunha”. O teor desse editorial demonstra que a opinião do jornal sobre o *impeachment* estava formada a favor, mas só foi externada após a admissibilidade do processo pela Câmara.

No texto escolhido para essa parte do trabalho, ZH comenta o afastamento de Cunha, determinado pela Justiça, e demonstra concordância com a decisão judicial. O jornal classifica o parlamentar como “vilão número 1 do país”, alinhando-se à própria opinião, externada ao longo do primeiro ano de mandato do presidente da Câmara. No entanto, ZH não faz qualquer referência à condução do processo de *impeachment* por parte de Cunha.

O que se extrai do texto é que Zero Hora se dedica mais a elogiar o funcionamento das instituições e a valorizar a saída de Cunha do que a comentar o impacto político da decisão judicial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte de tempo escolhido para a pesquisa foi marcado por uma sucessão de acontecimentos que tiveram, têm e ainda terão forte impacto na história do Brasil, como o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, o afastamento do ex-presidente da Câmara de Deputados Eduardo Cunha e, claro, os efeitos da Operação Lava-Jato. Ao examinarmos o posicionamento dos jornais O Estado de S.Paulo, O Globo e Zero Hora ao longo desse período, dezembro de 2014 a maio de 2016, tivemos a oportunidade de verificar como o discurso das empresas jornalísticas sobre o mandato do deputado Eduardo Cunha se modificou a partir dos contextos políticos e sociais de cada época.

Antes de detalharmos as conclusões da pesquisa, é importante ressaltar que a escolha do recorte de tempo e a sua consequente limitação até a data do afastamento judicial de Eduardo Cunha se deram por causa da constante mutação do cenário político brasileiro em 2016, quando o trabalho começou a ser desenvolvido. Um exemplo claro disso é o fato de, além de ser afastado do mandato em uma inédita decisão judicial, Eduardo Cunha encontrar-se preso desde 19 de outubro de 2016 (G1, 2016).

Como a dissertação tem o objetivo de analisar textos editoriais, começamos as conclusões com considerações sobre o editorial como gênero jornalístico, a partir das reflexões feitas ao longo da pesquisa. Um dos principais pontos sobre a essência do editorial jornalístico é a ideia de que ele dispõe de uma liberdade que outros gêneros jornalísticos não possuem. O editorial se permite opinar de forma aberta e, ao mesmo tempo, transita pelo espaço da informação. O fato de ser um texto que fala em nome da empresa jornalística também dá outra importância para as pautas que o jornal aborda em outros espaços. Ou seja, não é apenas uma mera opinião do jornal para os leitores.

O editorial pode, também, influenciar o leitor de maneira expressiva e dialogar com agentes políticos:

Ao oferecer aos cidadãos uma interpretação das ações dos representantes, em vez de um seco resumo dos fatos, a cobertura opinativa pode ajudar os cidadãos a avaliar a adequação dos representantes para continuar em um cargo eletivo⁵ (ARNOLD, 2004, p. 65-66, tradução própria)

⁵ Texto original: “By offering citizens an interpretation of representatives’ actions, rather than just a dry rendition of facts, opinion coverage can help citizens evaluate representatives’ fitness for continuing to hold elective office.”

A seção editorial é central para a construção e manifestação da identidade dos jornais. As maneiras como a opinião é construída tendem a sugerir, além da identidade, os sentidos expostos pela publicação. Essas marcas, portanto, caracterizam os jornais e demonstram as relações que os mesmos estabelecem por meio da sua voz e de como ela ecoa.

A análise dos editoriais nessa dissertação também pode contribuir para uma reflexão sobre as relações entre o jornalismo e o campo político, até porque a literatura brasileira sobre esse tema específico ainda é escassa. A combinação entre as teorias do jornalismo e a análise de discurso proposta por Patrick Charaudeau permite explicar de maneira mais abrangente os fenômenos observados na pesquisa. Foi necessário desenvolver estratégias metodológicas que se adaptassem às nuances da análise dos textos editoriais, já que o caminho a ser seguido nesse sentido não é indicado de forma direta pela literatura disponível sobre o tema. Apesar de parecer uma limitação em um primeiro momento, por tornar o processo mais complexo, também foi uma oportunidade de fazer experimentações.

Sobre os resultados obtidos, pudemos observar que os três jornais tiveram algumas variações no discurso sobre as condutas de Eduardo Cunha no comando da presidência da Câmara, mas com uma predominância de tentar preservar, nesses textos, os interesses das empresas jornalísticas diante do cenário político. Embora em diversos momentos os jornais tentem se posicionar como a voz da sociedade, há um jogo de incoerências em algumas posições que acaba desidratando essa intenção e evidenciando outros interesses das empresas.

Desde o início do mandato de Cunha, os jornais O Estado de S.Paulo, O Globo e Zero Hora trouxeram, nos editoriais, muitas críticas às atitudes do parlamentar. No entanto, foram raríssimas as ocasiões em que as publicações não atribuíram a responsabilidade pelos atos do deputado à inabilidade política do governo Dilma. É interessante observar, como vimos nas análises, que, de fato, houve certa transformação nesse discurso.

Se, em um primeiro momento, esses jornais aproveitavam cada situação embaraçosa criada por Cunha para ampliar a crítica ao governo, o avanço do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff modificou o posicionamento das publicações. O questionamento à legitimidade de Cunha ao conduzir um processo de tamanha relevância veio acompanhado do receio dos jornais de que a imagem do parlamentar pudesse contaminar a ação contra Dilma, evidenciando, assim, um posicionamento a favor do afastamento da presidente.

No entanto, a partir do momento em que o rito do *impeachment* foi definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a figura de Cunha passou a ficar em segundo plano, Estadão, O Globo e ZH deixaram de lado a preocupação com a legitimidade do deputado em

conduzir o processo e passaram a defender a continuidade da ação devido aos argumentos jurídicos da peça elaborada pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr. Em meio a esse processo, passou a correr a representação contra Cunha no Conselho de Ética, que ameaçava a continuidade do seu mandato.

Entre os jornais do corpus da pesquisa, apenas O Globo se manifestou de maneira mais contundente pela renúncia de Cunha ao cargo. Estadão e Zero Hora mantiveram uma postura crítica à morosidade do processo de cassação, mas de uma maneira mais contemplativa do que sugestiva. Esse posicionamento só mudou após o *impeachment*, quando, no mês seguinte, Cunha foi afastado da presidência da Câmara por decisão judicial. A partir de então, os editoriais dos jornais passaram a defender a sua saída de forma veemente. O que se pode concluir é que as publicações buscaram a legitimação das suas posições em outras instituições, como o Judiciário, no caso do afastamento de Cunha, e o próprio Legislativo, no *impeachment*.

A aplicação do método da Hermenêutica de Profundidade, combinado à análise discursiva de Patrick Charaudeau, possibilitaram reconstruir as condições sociais e políticas em que foram produzidos os discursos da publicação. Os três jornais trazem no seu DNA um posicionamento neoliberal, e que se caracteriza pela oposição a governos de esquerda. Entre os três, apenas ZH faz isso de uma maneira mais velada.

A análise dos editoriais mostra que os jornais mantiveram, em diversos momentos, posturas incoerentes sobre as atitudes do parlamentar. Quando Cunha era candidato à presidência da Câmara, os jornais não tomam uma posição mais contundente sobre a indicação, preferindo uma abordagem pelo viés do que poderia ser mais prejudicial ao governo Dilma Rousseff. No caso do Estadão, essa postura ficou clara até pelo título do editorial escrito após a vitória de Cunha: “Derrota acachapante”.

Os três jornais, embora preguem uma série de princípios editoriais focados na isenção e na independência partidária, assumiram, ao longo do período analisado, posição contrária ao governo federal, mesmo que isso significasse fechar os olhos para o que poderia vir a ocorrer com o Legislativo sob o comando de um político que se forjou por décadas a partir de condutas questionáveis. Esses periódicos fazem, com frequência, defesa veemente de uma agenda de redução de gastos públicos e estabilização da economia a partir de ideias liberais. É interessante observar, inclusive, que os jornais analisados rotineiramente adotam essa postura e colocam tal agenda como um desejo da sociedade, por quem dizem se manifestar no espaço editorial.

Quando começam a aparecer atitudes de Cunha no sentido de impor *pautas-bomba* ao governo federal, os jornais se manifestam contra as propostas, mas não as atribuem apenas à tentativa do então presidente da Câmara de desgastar o Planalto. Em diversas ocasiões, os jornais creditam à inabilidade da presidente da República esse tipo de fato político, principalmente o Estadão. Ou seja, o presidente de um Poder independente ao Executivo decide colocar em pauta uma votação que pode gerar centenas de milhões de reais em gastos aos cofres públicos, e o jornal entende que a responsabilidade por isso é do próprio Executivo por não conseguir impedir que isso ocorra. A conclusão é de que há um repúdio praticamente incondicional às atitudes do governo federal e uma tendência a atribuir a ele a responsabilidade por qualquer tipo de problema sob o ponto de vista político.

Os três jornais procuram se posicionar como representantes do leitor, ao mesmo tempo em que buscam dialogar diretamente com os agentes políticos, a fim de fazer com que as posições defendidas sejam consideradas. Além disso, pretendem se apresentar como defensores do regime democrático, de suas instituições e de suas regras.

O processo de construção dos editoriais demonstra que, para sustentar e conferir credibilidade ao discurso, os jornais configuram os textos com a utilização de argumentos de autoridade, já que argumentar implica em raciocinar e dar razões para que o leitor concorde com a opinião exposta. Assim, a apreciação do corpus mostra que, na produção de sentidos dos editoriais, são utilizadas estratégias discursivas que buscam credibilidade, o efeito de verdade e, sobretudo, a aceitação sobre a tese defendida.

Também é importante observar que as empresas jornalísticas não adotaram uma postura mais pragmática, como costumam fazer em situações de crise institucional. É comum que, em situações desse tipo, os jornais exercitem a crítica a agentes políticos, como Eduardo Cunha, e defendam o regime democrático, ainda mais quando um agente político demonstra uma conduta autoritária. No entanto, no caso de Cunha, houve mais cautela por parte dos jornais, ainda que fossem feitas críticas. A associação das atitudes de Cunha a erros do Executivo demonstram que os jornais viam essa disputa política sendo feita com os dois lados no mesmo patamar.

Não podemos esquecer que os interesses e as agendas das empresas jornalísticas estão em jogo nos editoriais. A cobertura crítica em relação ao campo político também ajuda a colocar os jornais como representantes do leitor. Por outro lado, é perceptível que os diários encaram as ações do campo político com desconfiança e as enquadram, constantemente, de maneira cética.

Os dados que analisamos mostram que há um caráter anti-político nos editoriais. As negociações relatadas em situações diversas, inerentes à política, são repudiadas pelos jornais em diversos momentos. Há alguma incoerência nesse sentido também. Por exemplo: quando Cunha consegue ser eleito presidente da Câmara, as negociações que foram feitas para isso são praticamente ignoradas pelos jornais, que atribuem o fato ao insucesso da articulação política do governo federal. Meses depois, quando o Executivo tenta, também por meio desse tipo de articulação, evitar que avance um processo de *impeachment*, os jornais tecem críticas. Ou seja, a articulação válida é aquela que interessa às empresas jornalísticas em questão. Se ela não atende a esses interesses, é considerada espúria.

Podemos especular que o teor das críticas dos editoriais aos agentes políticos contempla os leitores, na medida em que Moraes (2007) argumenta haver a tendência de que o leitor do editorial concorde com o que está sendo dito pela publicação. Porém, esse fato não elimina a tensão existente a partir do momento em que esse gênero procura orientar as pessoas sobre como pensar e, ao mesmo tempo, defende seus próprios interesses. O papel de orientação do editorial é tão importante quanto a possibilidade da publicação em dialogar com as elites políticas e econômicas frente às suas demandas. Expor discordâncias em relação aos agentes políticos permite confrontá-los e tentar emplacar a agenda defendida pela empresa.

Nesse sentido, o jornalismo reforça seu papel de construtor da realidade (TRAQUINA, 2005), alterando dinâmicas que, em um primeiro momento, fugiriam ao seu escopo. No caso dos editoriais analisados, é priorizada a abordagem da política institucional a partir da conduta de um agente político. É natural, assim, que a classe política seja cobrada, até porque tem mais poder decisório ou de definir prioridades que os cidadãos comuns.

Por isso, a fiscalização que o jornalismo exerce em relação à política torna-se importante, em que pesem os interesses das empresas jornalísticas. A possibilidade de receber informação independente dos filtros aplicados por agentes e por instituições políticas (GOMES, 2009) é necessária para o esclarecimento do leitor, embora não elimine as limitações do jornalismo para isso.

Os constrangimentos causados pelo jornalismo possuem importância porque muitas vezes a política não se mostra responsiva ao controle externo, em uma demonstração de que há um distanciamento expressivo entre os representantes da sociedade e a própria sociedade. A cobrança por posições que zelem pelo bem público e pela democracia são maneiras de fiscalizar os agentes políticos. A questão limitadora, porém, é o fato de as empresas jornalísticas serem defensoras de seus próprios interesses, o que não nos permite, portanto,

reconhecer que as posições dos jornais coincidam com o interesse público. Mesmo que isso possa afetar a sua credibilidade, os jornais não se furtam a embalar os argumentos expostos nos editoriais como se fossem da sociedade, quando muitas vezes dizem respeito apenas aos seus interesses empresariais.

É importante ressaltar que os jornais têm a possibilidade de oferecer novos enquadramentos e pautas ao debate público, o que pode ser considerado uma contribuição para o processo democrático. No entanto, deve ser levada em conta a diferença existente na probabilidade de um editorial influenciar a adoção de certas medidas, por parte de agentes políticos, e a posição expressa por um cidadão comum, situação que confere grande poder às empresas jornalísticas.

A força dos editoriais e do jornalismo, pois, é esta possibilidade de pautar discussões públicas. Com a difusão da internet, aumentou a profusão de opiniões sobre os assuntos mais importantes da pauta diária. Ao mesmo tempo, ampliou-se a necessidade por opiniões confiáveis. Ou seja, a credibilidade da empresa jornalística é um capital importantíssimo diante da quantidade de informações e opiniões disponíveis. Por isso, é importante que os jornais apresentem interpretações mais refinadas dos problemas e das soluções sobre as questões analisadas nos editoriais. No corpus da pesquisa, observamos uma postura muito mais crítica do que propositiva por parte dos jornais.

Esse diagnóstico sobre condutas equivocadas é essencial, porém o fato de não vir acompanhado de proposições acaba reforçando a visão do campo político. Além disso, os questionamentos são, muitas vezes, superficiais, sem que haja uma maior atenção às regras do sistema político. Esse cenário contribui para a ideia de que não há nada a ser feito em relação aos problemas abordados.

Se a intenção dos jornais é servir à sociedade, seria importante levar as críticas a outro nível, principalmente ao tratar de alternativas a serem encontradas dentro da própria política para resolver os problemas diagnosticados. A repetição de críticas conhecidas reforça o senso comum e ajuda apenas a afastar a sociedade da esfera política.

O fato de serem encontrados diversos editoriais relacionados à crise política e à atuação de Eduardo Cunha reforça a ideia de que os editoriais brasileiros, como afirma Melo (1985, p. 83), tendem a dedicar-se a questões de política, “deixando à margem problemas ligados ao mundo do trabalho, à saúde, à educação”. A análise discursiva dos editoriais demonstra que os jornais tendem a explorar esses assuntos como forma de dialogar com a elite política.

Orosa (2013) constata que os jornais priorizam assuntos nos quais a opinião da empresa jornalística possa ter maior relevância. Por isso, observamos nos editoriais dessa pesquisa uma forte busca de diálogo entre os jornais e a classe política de maneira a influenciar determinadas decisões. Quando um jornal do porte do Estadão ou d'O Globo decreta que o presidente da Câmara agiu corretamente ao aceitar a abertura do processo de *impeachment*, é possível que parlamentares enxerguem nessa posição uma salvaguarda para seguir com o afastamento. Da mesma maneira, é interessante observar que o processo de cassação de Eduardo Cunha somente recebeu mais atenção após a conclusão do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Não restam dúvidas de que, jornalisticamente, o afastamento de uma presidente da República é mais importante do que um processo de cassação de um parlamentar acusado de mentir, mas é inegável que os editoriais analisados no corpus fizeram uma separação entre as condutas de Eduardo Cunha. Aquelas contrárias a Dilma e ao governo foram relativizadas pelos erros do Executivo, enquanto as que envolveram o seu processo de cassação sofreram fortes críticas.

Nos editoriais analisados, há uma constante tentativa dos jornais em respaldar a argumentação com estratégias próximas àquelas utilizadas pelos gêneros informativos. Isso se observa quando os jornais expõem lados contrários, estatísticas e utilizam uma linguagem impessoal. Ou seja, por mais que o editorial seja um texto opinativo, os jornais procuram sustentar seus argumentos para não opinar de uma forma inconsequente. No entanto, nem sempre essas estratégias são eficientes no sentido de conferir legitimidade aos jornais. Armañanzas e Nocí⁶ (1996, tradução própria) veem a defesa do interesse público como uma característica da linguagem do editorial, como “linguagem para líderes de opinião capazes de assimilar a dialética argumentativa e de transmiti-la sem deteriorar sua mensagem”.

O principal objetivo desse trabalho era o de verificar de que maneira as empresas jornalísticas se portaram, nos editoriais, ao longo do mandato de Eduardo Cunha à frente da Câmara dos Deputados e se houve uma transformação no discurso desses jornais. Nesse sentido, a conclusão à qual chegamos é que, sim, o discurso se alterou, principalmente pela influência do contexto político e social da época analisada.

Tanto O Estado de S.Paulo quanto O Globo e Zero Hora deixaram claro, nos editoriais, que a escolha de Eduardo Cunha para presidir a Câmara poderia dar maior equilíbrio na relação entre os Poderes, já que o parlamentar era um opositor ao governo

⁶ Texto original: “El editorial suele pertenecer al language del interés público, language para líderes de opinión capaces de assimilar la dialéctica argumentativa y de transmitirla sin deteriorar su mensaje”.

Dilma Rousseff. Essa interpretação não levou em conta a biografia do deputado que, desde o início dos anos 1990, respondia a suspeitas de corrupção. Além disso, Cunha se formou na política galgando posições entre o *baixo clero* do Congresso. Esse contexto não deveria ter sido ignorado pelos jornais, visto que entregar o comando do Legislativo a um político dessa estirpe deveria despertar algum tipo de receio a empresas jornalísticas que pretendem ser porta-vozes da sociedade, sobretudo por conta de casos semelhantes que ocorreram em um passado recente.

A partir do momento em que Cunha começou a demonstrar que o seu maior objetivo na presidência da Câmara era o de preservar interesses pessoais, os três jornais foram coerentes ao criticar o parlamentar por tentar pautar a votação de projetos que aumentariam despesas. Isso correspondeu à identidade das publicações, favoráveis ao enxugamento da máquina pública. No entanto, a articulação de Cunha para desgastar o governo foi interpretada pelos jornais como responsabilidade do próprio governo, já que Dilma não estaria demonstrando capacidade de barrar as propostas. Em que pese o fato do argumento ser verdadeiro, os periódicos deram um valor maior à inabilidade política do Planalto do que aos gestos vingativos de Cunha.

Na fase da análise em que abordamos o processo de *impeachment*, fica evidente o posicionamento dos jornais pela saída de Dilma Rousseff. O fato de o processo ser conduzido por um réu por corrupção somente incomoda as publicações no sentido de ameaçar a legitimidade do *impeachment*, mas não a ponto de comprometê-la. Portanto, os jornais transitam entre um discurso que não vê Cunha como a pessoa ideal para prosseguir com a ação, mas depois que o processo avança de fato esse argumento é abandonado e a presença de Cunha é ignorada pelos jornais. Somente após o aceite do *impeachment* pela Câmara é que os jornais voltam a pedir a saída de Cunha, o que vem a ocorrer um mês depois do afastamento de Dilma.

Em resumo, apesar de se colocarem como vigilantes do interesse público, os jornais examinados demonstraram de forma clara que, nos editoriais analisados, defenderam os próprios interesses. Ao falar em nome do leitor, os jornais se colocam como intérpretes do interesse público, mas não é possível atender a todos os interesses dos diversos grupos sociais que existem. Por isso, o público representado por Estadão, O Globo e ZH é apenas um segmento da sociedade, embora as empresas não deixem isso claro. Sobretudo, os jornais representam a si mesmos.

No caso dos três jornais analisados, fica claro que há uma tentativa de mostrar compromisso com a sociedade a partir de críticas a agentes políticos e uma preocupação em se afastar deles. Ao mesmo tempo em que adotam essa postura, Estadão, O Globo e Zero Hora se posicionam como portadores de legitimidade para pressionar por medidas que consideram adequadas e necessárias, mesmo que não tenham sido eleitos para esse fim. Além dessa função de conselheiro do leitor, o editorial tenta influenciar os tomadores de decisões, além de interferir na definição das pautas e medidas que devem ser adotadas.

Essa vigilância é necessária, mas não se pode ignorar que os editoriais defendem interesses das empresas jornalísticas. Em algumas situações, de fato esses interesses coincidem com o interesse público, mas é importante que o campo jornalístico também seja fiscalizado pela sociedade e, assim, garanta-se a autonomia necessária para o aprimoramento da democracia.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos

ANSOLABEHERE, S. et al. “The orientation of newspaper endorsements in U.S. elections, 1940–2002”. Quarterly Journal of Political Science, n° 1, p. 393-404, 2006.

ARMAÑANZAS, E. et NOCÍ, J. D. **Periodismo y argumentación. Géneros de opinión.** Universidad del País Vasco, Lejona, Espanha, 1996.

ARNOLD, R. D. **Congress, the press, and political accountability.** Princeton: Princeton University Press, 2004.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica. História da imprensa brasileira.** São Paulo: Ática, 1990.

BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRITO, S. **A argumentação e a perlocução no discurso jornalístico: O editorial.** 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Poéticas Visuais) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, São Paulo.

CAMPOS, P. C. **Gênero Opinativo.** Disponível em:
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da010520026.htm> />. Acesso em: 01 agosto. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso.** São Paulo: Contexto, 2009.

_____, Patrick. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____, Patrick. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2006.

_____, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2004.

- COOK, T. E. **Governing with the news**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- _____. “O jornalismo político”. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 6, p. 203-247, 2011.
- COUTINHO, A. et MIGUEL, L. F.. “A crise e suas fronteiras: oito meses de mensalão nos editoriais dos jornais”. Opinião Pública, Campinas, v. 13, p. 97-123, 2007.
- ELEUTÉRIO, M. L. “Imprensa a serviço do progresso”. In: LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. (Org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.
- FAUSTO NETO, A. “Fragmentos de uma *analítica* da midiaticização”. Matrizes. 135 São Paulo, ano 1, n° 1, 2007, p. 89-105.
- _____, “Notas sobre as estratégias de celebração e consagração do jornalismo”. Estudos em jornalismo e mídia, Ano V, n. 1, p. 109-121, jan./jun. 2008.
- GOMES, W . **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.
- GROTH, Otto. “A ciência dos jornais. A tarefa da pesquisa científica sobre a cultura”. Parte I. In: _____. O poder cultural desconhecido. Fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes 2011, p. 27-140.
- GUARESCHI, Pedrinho A., BIZ, Osvaldo. **Mídia & democracia**. Porto Alegre: 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____, Jürgen. **Direito e democracia: Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, vol.2.
- HALLIDAY, Tereza Lucia. **O que é retórica**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- HALLOCK, S. M. **Editorial and opinion**. Praeger, Westport, 2007.

INNIS, Harold A.. **O viés da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2011

IZADI, F. et SAGHAYE-BIRIA, H.. “A discourse analysis of elite american newspaper editorials: The case of Iran’s nuclear program”. *Journal of Communication Inquiry*, v. 31, n° 2, p. 140-165, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. São Paulo: Pontes, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: Jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989

_____, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2002.

MARQUES DE MELO, José. “Gêneros da comunicação de massa”. São Bernardo do Campo: Umesp/Poscom, 2007. (Roteiro de aula). In: MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: Compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____, MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOARES, Claudia Herte de. Parcialidade alardeada: notas sobre a importância da opinião no jornalismo. In: IX Colóqui Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação, 2007, Pelotas – RS. XI Celacom, 2007.

OROSA et al.. “Análisis de la adaptación a la red en los editoriales on line de cinco países europeos”. *Revista Latina de Comunicación Social*, La Laguna, n° 68, p. 485-501, 2013.

PEREIRA, Rosemary; ROCHA, Thaís. “Discurso midiático”. Disponível em:

<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-rose-mary-rocha-thais-discurso-midiatico.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2016.

PILAGALLO, O. **História da imprensa paulista: Jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PONTES, J. A. V. “Um jornal para defender a República”. Disponível em <http://infograficos.estadao.com.br/public/especiais/estadao-140-anos/historico.html>. Acesso em 28 set. 2015.

ROMANCINI, Richard et LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular. 2007.

RYAN, M.. “Framing the war against terrorism: US newspaper editorials and military action in Afghanistan”. Gazette, London, v. 66, n° 5, p. 363-382, 2004.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SHABIR, G. et al. “A comparative analysis of the editorials of The Nation and The News”: The case study of Pak-India relations issues (2008- 2010)”. Journal of Political Studies, Londres, n. 25, 2014.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: A influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995 [1990]

_____, John B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis. Vozes, 2005.

_____, John B. **O escândalo político: Poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005.

Jornais, revistas (em meio impresso e internet) e sites

CORREIO BRAZILIENSE. “Com 288 sites cadastrados, Eduardo Cunha monopoliza domínios religiosos”. 2015. Disponível em http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/04/09/internas_polbraeco,478825/com-288-sites-cadastrados-eduardo-cunha-monopoliza-dominios-religioso.shtml. Acesso em 25 jul. 2017.

DATAFOLHA. “Avaliação Datafolha da presidente Dilma”. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2015/02/118652-avaliacao-datafolha-da-presidente-dilma.shtml>. Acesso em: 6 ago. 2017.

_____. “Recorde: rejeição a Dilma atinge 65%”. 2015. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/06/1646136-recorde-rejeicao-a-dilma-atinge-65.shtml>. Acesso em 10 out. 2017.

_____. “77% dos brasileiros apoiam cassação de Eduardo Cunha”. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/04/1759681-77-dos-brasileiros-apoiam-cassacao-de-eduardo-cunha.shtml>. Acesso em 19 nov. 2017.

EXTRA. “Temer articula para salvar Cunha e Renan”. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/contra-a-corrente/temer-articula-para-salvar-cunha-renan-19457230.html>. Acesso em 19 out. 2017.

FOLHA DE S.PAULO. “Com apoio de metade do PT, PSOL e Rede pedem cassação de Cunha”. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1693434-com-apoio-de-metade-do-pt-psol-e-rede-pedem-cassacao-de-cunha.shtml>. Acesso em 17 nov. 2017.

_____. “Presidente da Câmara ironiza protesto e se diz feliz com Fora, Cunha”. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1756389-presidente-da-camara-ironiza-protesto-e-se-diz-feliz-com-fora-cunha.shtml>. Acesso em 14 out. 2017.

_____. “Propina em conta de mulher de Cunha pagou gastos com cartões de crédito e academia de tênis, diz Suíça”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1692527-propina-em-conta-de-mulher-de-cunha-pagou-gastos-com-cartoes-de-credito-e-academia-de-tenis-diz-suica.shtml>. Acesso em 16 nov. 2017.

GAZETA DO POVO: “Queda de Cunha: os 268 dias desde o pedido de cassação à renúncia da presidência”. 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/queda-de-cunha-os-268-dias-desde-o-pedido-de-cassacao-a-renuncia-da-presidencia-a1iudp50z56e51aetddl6blwn>. Acesso em 14 out. 2017.

_____. “Waldir Maranhão anula votação do parecer que pode cassar mandato de Cunha”. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/waldir-maranhao-anula-votacao-do-parecer-que-pode-cassar-mandato-de-cunha-eli9c39vknsb4lrxdp7p5jgts>. Acesso em 14 out. 2017.

GRUPO RBS. “Guia de ética e autorregulamentação jornalística”. 2015. Disponível em: http://www.gruporbs.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Guia_de_Etica_e_Autorregulamentacao_Jornalistica.pdf. Acesso em 06 nov. 2017.

G1. “Cunha abre sessão e diz que comissões têm de interromper trabalhos”. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/cunha-abre-sessao-e-diz-que-comissoes-tem-que-interromper-trabalhos.html>. Acesso em 14 out. 2017.

_____. “Cunha ameaça aceitar nove pedidos de impeachment de Dilma”. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/cunha-ameaca-aceitar-nove-pedidos-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em 2 nov. 2017

_____. “Protestos contra e a favor do impeachment movimentam o Brasil”. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/08/protestos-contr-a-favor-do-impeachment-movimentam-o-brasil.html>. Acesso em 14 nov. 2017.

_____. “Assessor de Jovair no parecer do impeachment já defendeu Cunha”. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/assessor-de-jovair-no-parecer-do-impeachment-ja-defendeu-cunha.html>. Acesso em 14 nov. 2017.

_____. “Apesar de ala dissidente, PMDB aprova apoio a Dilma nas Eleições”. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/eleicoes/2014/noticia/2014/06/apesar-de-ala-dissidente-pmdb-aprova-apoio-dilma-nas-eleicoes.html>. Acesso em: 6 ago. 2017.

_____. “Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara dos Deputados”. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>. Acesso em 03 set. 2017

_____. “Ministro do STF autoriza investigação de políticos na Lava-Jato”. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/ministro-do-stf-autoriza-investigacao-de-politicos-na-lava-jato.html>. Acesso em 10 set. 2017

_____. “Saiba quais são os indícios que motivaram investigação de políticos na Lava-Jato. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/03/saiba-quais-os-indicios-motivaram-investigacao-de-politicos-na-lava-jato.html>. Acesso em 10 set. 2017

_____. “Eduardo Cunha anuncia rompimento político com o governo Dilma”. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>. Acesso em 12 out. 2017

_____. “Janot apresenta ao STF denúncia por corrupção contra Cunha e Collor”. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/08/janot->

apresenta-ao-stf-denuncia-por-corrupcao-contra-cunha-e-collor.html. Acesso em 06 nov. 2017.

_____. “Manifestantes protestam contra o governo Dilma em cidades do Brasil”. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-contra-o-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html>. Acesso em 06 nov. 2017.

_____. “Eduardo Cunha informa que autorizou processo de impeachment de Dilma”. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em 06 nov. 2017.

_____. “Documentos desmente Eduardo Cunha sobre contas na Suíça”. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/documentos-desmentem-eduardo-cunha-sobre-contas-na-suica.html>. Acesso em 08 nov. 2017.

_____. “Conselho de Ética decide continuar investigação sobre Cunha”. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/conselho-de-etica-decide-continuar-investigacao-sobre-cunha.html>). Acesso em 08 nov. 2017.

_____. “Juristas e oposição entregam novo pedido de impeachment de Dilma”. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/juristas-e-oposicao-entregam-novo-pedido-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em 08 nov. 2017.

IBGE. “Índice de Desemprego”. 2014. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2176>. Acesso em: 6 ago. 2017.

ISTOÉ. “De onde vem o poder de Eduardo Cunha”. 2013. Disponível em: https://istoe.com.br/317262_DE+ONDE+VEM+O+PODER+DE+EDUARDO+CUNHA/. Acesso em 25 jul. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. “Em nota, Cunha diz que continuará exercendo com lisura a presidência da Câmara”. 2015. Disponível em:

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-nota--cunha-diz-que-continuara-exercendo-com-lisura-a-presidencia-da-ca-mara,1747931>. Acesso em 06 nov. 2017.

_____. “Código de Ética”. 2017. Disponível em:

http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf. Acesso em: 2 out. 2017.

_____. “Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara e impõe derrota ao PT”. 2015.

Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-e-impoe-derrota-ao-pt,1628050>. Acesso em 03 set. 2017.

_____. “Cunha programa pauta-bomba de R\$ 207,1 bilhões”. 2015. Disponível em:

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-programa-pauta-bomba-de-r-207-1-bilhoes,10000018003>. Acesso em 10 set. 2017

_____. “A razão contra a baixaria e a apelação”. 2014. Disponível em:

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-razao-contra-a-baixaria-e-a-apelacao-imp-,1559888>. Acesso em 12 out. 2017

_____. “Dilma melhor, só vendo”. 2014. Disponível em:

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-melhor-so-vendo-imp-,1584176>. Acesso em 12 out. 2017

_____. “Bancada do PT na Câmara anuncia voto contra Cunha no Conselho de Ética”. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-do-pt-na-camara-anuncia-voto-contra-cunha-no-conselho-de-etica,10000003630>. Acesso em 08 nov. 2017.

_____. “O medo vence a esperança”. 2015. Disponível em

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-medo-vence-a-esperanca,10000003718>. Acesso em 14 nov. 2017.

_____. “As verdadeiras razões do impeachment”. 2015. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,as-verdadeiras-razoes-do-impeachment,10000003987>. Acesso em 14 nov. 2017.

_____. “O mal que Cunha faz”. 2016. Disponível em <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-mal-que-cunha-faz,10000024184>. Acesso em 17 nov. 2017.

_____. “Leia a íntegra da decisão do STF que afasta Eduardo Cunha”. 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/leia-a-integra-da-decisao-do-stf-que-afasta-eduardo-cunha/>. Acesso em 19 nov. 2017.

_____. “Farinha do mesmo saco”. 2016. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,farinha-do-mesmo-saco,10000000632>. Acesso em 22 nov. 2017.

_____. “Um país sem heróis”. 2016. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,um-pais-sem-herois,10000002283>. Acesso em 22 nov. 2017.

_____. “No apagar das luzes”. 2015. Disponível em <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,no-apagar-das-luzes,10000005799>. Acesso em 22 nov. 2017.

_____. “Ameaça a Temer e plano B de Cunha para se salvar”. 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ameaca-a-temer-e-plano-b-de-cunha-para-se-salvar,10000027129>. Acesso em 2 nov. 2017

O GLOBO: “Eduardo Cunha derrota governo e é eleito presidente da Câmara. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eduardo-cunha-derrota-governo-e-eleito-presidente-da-camara-15214504>. Acesso em 03 set. 2017

_____. “A trajetória de Eduardo Cunha: da Telerj e da presidência da Câmara à cassação e à prisão”. 2015. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/a-trajetoria-de-eduardo-cunha-da-telerj-presidencia-da-camara-cassacao-prisao-20110995>. Acesso em 25 jul. 2017.

_____. “Princípios editoriais”. 2015. Disponível em <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em 02 nov. 2017.

_____. “O fracasso da heterodoxia do voluntarismo”. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/o-fracasso-da-heterodoxia-do-voluntarismo-14937300>. Acesso em 02 nov. 2017.

_____. “Ajuste fiscal não pode ser apenas passageiro”. 2015. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/editoriais/noticia/2015/05/ajuste-fiscal-nao-pode-ser-apenas-passageiro.html>. Acesso em 02 nov. 2017.

_____. “Venceu o prazo de validade de Eduardo Cunha”. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/venceu-prazo-de-validade-de-eduardo-cunha-18277231>. Acesso em 22 nov. 2017.

_____. “Instituições começam a enquadrar Cunha”. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/instituicoes-comecam-enquadrar-cunha-18322997>. Acesso em 22 nov. 2017

_____. “Eduardo Cunha em curva descendente.” 2016. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/eduardo-cunha-em-curva-descendente-18800829>. Acesso em 16 nov. 2017

_____. “Cunha frágil ajuda Dilma, mas não é solução milagrosa”. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/cunha-fragil-ajuda-dilma-mas-nao-solucao-milagrosa-17665555>. Acesso em 14 nov. 2017.

_____. “Estreita-se o espaço de manobra de Eduardo Cunha”. 2015. Disponível em <http://noblato.globo.com/editoriais/noticia/2015/10/estreita-se-o-espaco-de-manobra-de-eduardo-cunha.html>. Acesso em 14 nov. 2017.

_____. “Legitimidade de Cunha prejudica impeachment”. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/legitimidade-de-cunha-prejudica-impeachment-17767364>. Acesso em 14 nov. 2017.

UOL. “Placar 1º turno das eleições”. 2002. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2002/placar/1turno/rj/index.jhtm>. Acesso em 22 jul. 2017.

_____. “Placar 1º turno das eleições”. 2006. Disponível em <https://eleicoes.uol.com.br/2006/placar/1turno/rj/index.jhtm>. Acesso em 22 jul. 2017.

_____. “Placar 1º turno das eleições”. 2010. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/rj/>. Acesso em 22 jul. 2017.

VALOR ECONÔMICO. “Conselho de Ética abre processo contra Cunha”. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4462130/conselho-de-etica-abre-processo-contracunha-por-11-votos-10>. Acesso em 18 out. 2017.

VEJA. “O poderoso Cunha”. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/o-poderoso-cunha/>. Acesso em 25 jul. 2017.

ZERO HORA. “Senhores parlamentares, devolvam-nos o Brasil”. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2016/04/senhores-parlamentares-devolvam-nos-o-brasil-5779260.html>. Acesso em 17 nov. 2017

_____. “A estratégia dos suspeitos”. 2015. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/08/24/editorial-a-estrategia-dos-suspeitos/>. Acesso em 03 nov. 2017.

_____. “Disputa de poder”. 2015. Disponível em:
<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/06/04/editorial-disputa-de-poder/>. Acesso em 03 nov. 2017.

_____. “Parlamentarismo autoritário”. 2015. Disponível em:
<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/07/06/editorial-parlamentarismo-autoritario/>. Acesso em 04 nov. 2017.

_____. “Reação descabida”. 2015. Disponível em:
<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/07/17/editorial-reacao-descabida/>. Acesso em 04 nov. 2017.

_____. “Abuso de poder”. 2015. Disponível em:
<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/08/10/editorial-abuso-de-poder/>. Acesso em 04 nov. 2017.

_____. “Pacote anticrise”. 2015. Disponível em:
<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/08/12/editorial-pacote-anticrise/>. Acesso em 04 de nov. 2017.

_____. “Situação insustentável”. 2015. Disponível em:
<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/08/21/editorial-situacao-insustentavel/>. Acesso em 05 nov. 2017.

_____. “Animosidade crescente”. 2015. Disponível em:
<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/05/07/editorial-animosidade-crescente/>. Acesso em 05 nov. 2017.

_____. “O afastamento dos suspeitos”. 2015. Disponível em
<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/03/06/editorial-o-afastamento-dos-suspeitos/>. Acesso em 05 nov. 2017.

_____. “Hora de pensar no país”. 2015. Disponível em:
<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/02/02/editorial-hora-de-pensar-no-pais/>. Acesso em
07 nov. 2017.

_____. “Eleição na Câmara reproduz o pior da política”. 2015. Disponível em:
<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/01/22/editorial-editorial-diz-que-eleicao-na-camara-reproduz-o-pior-da-politica-o-que-voce-acha/>. Acesso em 08 nov. 2017.

_____. “Opção pela mudança”. 2016.

_____. “A vez de Cunha”. 2016

_____. “O afastamento de Cunha”. 2016

7 ANEXOS

Editorial – O Estado de S.Paulo, 3 de fevereiro de 2015

Derrota acachapante

A presidente Dilma Rousseff levou uma derrota acachapante na eleição do presidente da Câmara dos Deputados. Mas há algo de positivo a comemorar na eleição do peemedebista Eduardo Cunha? Até onde a vista alcança é possível prever maior equilíbrio entre os Poderes Executivo e Legislativo, com a autonomia deste minimamente preservada. Isso é bom para a consolidação das instituições democráticas. Mas é preciso levar em conta que esse episódio não altera, ao contrário, ratifica, a natureza do presidencialismo de coalizão fisiológica consagrado pelo lulopetismo. A diferença é que essa coalização pode custar mais caro para o Executivo, prejuízo que também poderá ser maior para o País. Desse ponto de vista, portanto, nada a comemorar.

Por outro lado, ao meter os pés pelas mãos na tentativa truculenta de impor aos parlamentares da "base aliada" o seu candidato à presidência da Casa - o petista Arlindo Chinaglia -, Dilma deu mais uma demonstração de incompetência política, de sua incapacidade de enfrentar situações adversas com um mínimo de habilidade para, na pior das hipóteses, preservar a imagem e a liturgia do cargo que ocupa.

A incompetência da articulação política do governo foi tal que o PT acabou perdendo até o que não precisava perder. Ficou sem os três cargos na Mesa a que teria direito pelo acordo de lideranças, bem como o comando de comissões permanentes importantes, como a de Constituição e Justiça, porque ofereceu esses cargos a aliados numa tentativa desesperada, e afinal inútil, de dissuadi-los de apoiar o desafeto da presidente. E acabou tendo de amargar a traição de pelo menos meia centena de deputados com os quais contava.

Esse circo de horrores aconteceu porque Dilma Rousseff não aprendeu a mais elementar lição de seu astuto mestre: quando o perigo ronda, finja-se de morto. Que esperar dela, então, diante do desafio muito maior de reconduzir o País à trilha do crescimento, reajuste fiscal, controle eficaz da inflação, incremento qualificado do índice de emprego, recuperação da indústria, tudo isso convergindo para a consolidação e ampliação das conquistas sociais - tarefa eminentemente política impossível de ser cumprida sem uma

liderança competente? Afinal, foi para isso que os brasileiros elegeram um presidente da República.

A chefe do governo se torna ainda mais vulnerável politicamente quando seus áulicos tentam argumentar que seu empenho em derrotar Eduardo Cunha deveu-se ao fato de se tratar de um parlamentar pelo qual Dilma Rousseff nutre enorme ojeriza, por considerá-lo fisiológico. Ora, como o Palácio do Planalto comprovou repetidas vezes - inclusive ao adiar para depois da eleição das Mesas do Senado e da Câmara a nomeação para os cargos de segundo e terceiro escalões da nova equipe de governo -, a prática do toma lá dá cá é generalizada na república petista. Qual então a autoridade moral dos petistas para acusar um desafeto de fazer exatamente aquilo que Lula ensinou que deve ser feito para garantir a "governabilidade" e que Dilma vem repetindo fielmente?

A partir de agora Dilma Rousseff terá de se haver com um presidente da Câmara dos Deputados que, se é suficientemente hábil para não ostentar hostilidade ao Palácio do Planalto - até porque pertence ao partido que continua sendo o maior aliado do governo, o PMDB do vice-presidente Michel Temer -, com toda certeza não deixará de marcar posição de independência em relação ao Executivo. Eduardo Cunha, já em seu rápido pronunciamento ao assumir o cargo para o qual foi eleito, garantiu que, cumpridas as preliminares legais, imediatamente colocará na pauta de votação da Câmara um projeto de lei em relação ao qual a Presidência da República já manifestou clara objeção: o do chamado orçamento impositivo, que impõe ao Executivo prazo para o pagamento de emendas parlamentares à peça orçamentária.

Há ainda muitas outras matérias relevantes de interesse do governo sobre as quais Eduardo Cunha poderá exercer seu poder de presidente da Câmara dos Deputados. E ele passa a ser a segunda pessoa na linha de sucessão da Presidência da República. Só resta esperar que disso tudo não saia perdendo o Brasil.

Editorial, O Estado de S.Paulo, 1º de abril de 2016

O mal que Cunha faz

O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff seguirá seu curso estritamente conforme o que está previsto na Constituição e na forma estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, quem quer que questione a legitimidade desse rito estará, em última análise, questionando as instituições democráticas, arguindo não serem suficientes as evidências de crimes de responsabilidade por parte da presidente e sugerindo que o Judiciário e o Legislativo estão mancomunados numa terrível conspiração das “elites” para perseguir o PT e a chefe do Executivo. Mas essa fajuta estratégia de vitimização, não obstante sua evidente impostura, tem alguma chance de prosperar porque o condutor do processo de impeachment na Câmara é, neste momento, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O presidente da Câmara é o inimigo dos sonhos de Dilma. Diante de robustas provas de que Cunha usufruiu do propinoduto da Petrobrás e cometeu perjúrio ao negar a uma Comissão Parlamentar de Inquérito a titularidade de contas no exterior, não deveria restar alternativa ao Congresso senão proceder ao imediato afastamento do deputado do comando da Câmara e à sua posterior cassação, tantas foram as ofensas ao decoro legislativo. No entanto, Eduardo Cunha, mestre na arte de explorar os meandros do regimento da Câmara, vem conseguindo protelar o desenlace de seu processo, mantendo-se dessa forma como o maestro do *requiem* de Dilma, mesmo sendo réu no Supremo Tribunal Federal — o que dá aos desesperados militantes petistas a deixa ideal para tentar desmoralizar o impeachment.

A última manobra de Cunha foi tentar alterar a composição do Conselho de Ética, responsável por julgar seu caso. A Mesa Diretora da Câmara aprovou um projeto de resolução segundo o qual os deputados que mudaram de legenda no recente troca-troca partidário devem ser substituídos nas comissões que integram. Se aplicada ao Conselho de Ética, a nova norma afastaria ao menos três deputados favoráveis à cassação de Cunha. Como sempre, ele negou ter agido de má-fé, mas, pilhado em mais uma de suas traquinagens, mandou mudar a resolução, tornando intocável o Conselho de Ética.

Eduardo Cunha mostra assim que ainda tem muitas cartas na manga. O processo contra o peemedebista no Conselho de Ética foi instaurado no distante dia 3 de novembro e sofreu desde então sucessivos atrasos e contratemplos em razão da destreza de Cunha. Aberto um mês depois, o processo contra Dilma caminha de maneira muito mais célere, porque o

presidente da Câmara está convocando sessões plenárias às segundas e sextas-feiras – dias em que normalmente os parlamentares nem ficam em Brasília – para apertar o passo da tramitação.

O deputado Betinho Gomes (PE), vice-líder do PSDB na Câmara, resumiu os efeitos deletérios das sucessivas manobras de Cunha, ao dizer que a Casa está “sob o risco de se desmoralizar perante a opinião pública que acompanha cada passo do Congresso Nacional”. Se continuar à mercê de Cunha e de suas artimanhas, aprendidas no submundo da baixa política, a Câmara será vista como mero instrumento nas mãos do deputado para vingar-se de Dilma.

Como o julgamento de Dilma no Congresso é eminentemente político, mas não pode haver sobre seu encaminhamento a mais remota sombra de ilegitimidade, os apoiadores da presidente se utilizam do protagonismo de Cunha para lançar dúvidas inaceitáveis sobre a condução do processo. Junte-se a isso o fato de que o outro parlamentar decisivo para a continuidade do processo de impeachment, o presidente do Senado, Renan Calheiros, tem contra si nada menos que nove inquéritos por suspeita de grossa corrupção.

Assim, cabe às forças políticas verdadeiramente interessadas preservar a democracia e seus institutos agir o mais rápido possível para resgatar a imagem do Congresso e garantir que seus atos – especialmente os de imensa gravidade, como o impeachment da presidente – sejam aceitos como expressão genuína da vontade do povo

Editorial, O Estado de S.Paulo, 28 de dezembro de 2015

No apagar das luzes

Diga-se o que se quiser do deputado Eduardo Cunha. O fato é que ele tem sido insuperável na arte de montar alianças duvidosas e de trilhar os atalhos da impunidade. Agora, por exemplo, se fica sabendo que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara poderá anular todo o trabalho feito desde 3 de novembro no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa, onde Eduardo Cunha corre o risco de ser acusado de quebra de decoro parlamentar e de perder o mandato, se assim vier a decidir o plenário da Câmara.

Eduardo Cunha e suas manobras regimentais, apoiadas por um time multipartidário de parlamentares que com ele se identificam – muitos deles investigados pela Operação Lava Jato –, são o melhor exemplo do despudor que impera hoje na Casa de representação popular, colocada a serviço de inescrupulosos interesses pessoais e partidários.

Desde que o Conselho de Ética acolheu, no início de novembro, representação apresentada pelo PSOL e abriu processo contra Eduardo Cunha, este tem usado de todos os recursos regimentais, que domina como ninguém, para procrastinar o andamento do trabalho dos conselheiros. Seus fiéis seguidores passaram a maior parte do tempo, em mais de um mês e meio de sessões, apresentando questões de ordem, pedidos de vista e propostas diversionistas claramente destinadas, primeiro, a impedir a discussão e votação do parecer do relator, contrário a Cunha, e, depois, a simplesmente anular a decisão da maioria que votou a favor da admissibilidade do processo.

Agora, com o início do recesso parlamentar, um time de parlamentares aliados a Cunha se articula para anular tudo o que foi feito pelo Conselho de Ética. Primeiro, Cunha conseguiu que um aliado seu, o vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), destituísse o deputado Fausto Pinato das funções de relator do processo no Conselho. Eleito novo relator, Marcos Rogério (PDT-RO) manteve o parecer contra Cunha. Carlos Marun (PMDB-MS), mais um da turma, pediu vista do novo relatório.

O pedido, claramente protelatório, foi negado pelo presidente do Conselho. Marun apresentou então recurso à Comissão de Constituição e Justiça, cujo presidente, Arthur Lira (PP-AL) – indicado ao cargo por Cunha –, prontamente declarou-se favorável ao acolhimento do recurso. E foi essa a mesma opinião externada pelo deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), relator do recurso de Marun à CCJ: “O que vamos tratar é se o deputado tem ou não

direito de vista e se isso pode ser negado a ele. Tinha que ter vista, não só nessa questão, mas em qualquer uma. Não sei com base em que se negaram a aceitar o pedido de vista”.

Eduardo Cunha é certamente o maior e mais temível adversário que a presidente Dilma tem hoje no cenário político. Isso seria razão suficiente para que o Planalto e os petistas se empenhassem a fundo para que, antes que Dilma venha a tropeçar no processo de impeachment, Cunha seja afastado do comando da Câmara e tenha o mandato de deputado cassado. De fato, para efeitos externos, a posição das lideranças do PT é claramente hostil a Cunha. Os três deputados petistas que integram o Conselho de Ética, por exemplo, votaram contra o presidente da Câmara.

Mas a política também se alimenta de contradições, e ocorre que o verdadeiro interesse do governo é que Cunha permaneça onde está, até porque o STF já o desarmou em relação ao impeachment. Ele foi escolhido pelos estrategistas palacianos para representar, na luta contra o impeachment de Dilma, o oposto da mulher honesta que luta pelos pobres. Essa estratégia tem surtido algum efeito, já que a última pesquisa de opinião revela um ligeiro crescimento do apoio popular à presidente. Pelo menos até fevereiro, portanto, Dilma continuará tendo a quem acusar para se defender do impeachment.

É claro que a situação seria diferente se o ministro Teori Zavascki não tivesse preferido adiar para depois do recesso do Judiciário sua decisão sobre o pedido de afastamento de Eduardo Cunha apresentado pelo procurador-geral Rodrigo Janot.

Editorial, O Globo - 14 de julho de 2015

Congresso abusa de ter baixa percepção da crise

As demonstrações de independência do Congresso têm múltiplas causas. Uma delas, a intenção dos peemedebistas presidentes da Câmara e do Senado, Eduardo Cunha (RJ) e Renan Calheiros (AL), de darem demonstrações de força, enquanto o Ministério Público Federal avalia se os denunciará ao Supremo, no processo do petrolão.

Contrariar interesses do Planalto serviria, ainda, como retaliação, por entenderem que o Executivo de alguma forma — não se sabe ao certo como — trabalharia para que os dois sejam arrolados juridicamente no escândalo do assalto lulopetista à Petrobras.

Mas é certo que por trás de tudo estão os problemas políticos da presidente Dilma, cuja popularidade bate recordes de baixa, desestabilizada por uma campanha eleitoral vitoriosa, mas fantasiosa, por acenar aos eleitores com um futuro ilusório, manobra logo comprovada pela política de austeridade adotada pela própria presidente reeleita.

A perda de sustentação de Dilma junto ao eleitorado corrói a base parlamentar do Planalto e torna a aprovação de importantes medidas de ajuste fiscal no Congresso mais difícil.

Isso se compreende. O inaceitável é que o Congresso, além de dificultar o ajuste, atue em sentido contrário: eleve os gastos públicos, sem considerar que a economia ainda roda com déficit primário na faixa de 0,6% do PIB e um resultado negativo nominal (incluindo juros da dívida) na estratosfera de mais de 7%, enquanto a dívida bruta, também em relação ao PIB, se mantém em alta e acima dos 60%. São indicadores nada favoráveis para um país colocado em estado de atenção pela agências de avaliação de risco.

Mesmo assim, além de podar os projetos de ajuste — tanto que recentes projeções dos cortes efetivos chegam a R\$ 5 bilhões contra um objetivo inicial de R\$ 18 bilhões —, o Congresso tem inflado a conta das despesas.

O mais recente desatino foi, à margem do ajuste, a aprovação de uma proposta autista de um reajuste salarial médio de 56% no Judiciário. Em quatro anos, a fatura a ser remetida ao Tesouro será de R\$ 25,7 bilhões, conta impagável se for respeitado o princípio da responsabilidade fiscal. Para ser coerente com seu novo e acertado discurso pró-ajuste, a presidente Dilma terá de vetar.

Há, ainda, um projeto semelhante, do Ministério Público Federal, para um aumento médio de salários de 59,49%, com alguns casos de 78,56%. E todos são reajustes que acionam o gatilho de revisões salariais em cascata, por toda a máquina pública.

São estrondosas demonstrações de insensatez e cegueira, inclusive da oposição, diante de uma crise que apenas se inicia. Durará muito ou pouco a depender de decisões tomadas agora no Executivo e Legislativo. A debacle fiscal da Grécia, vista de Brasília, parece acontecer em outro planeta.

Editorial, O Globo, 22 de outubro de 2015

Eduardo Cunha não pode mais presidir a Câmara

Há um estranha anestesia na sensibilidade do mundo político. Se, em 2005, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), foi enxotado ao se confirmar que recebia um “mensalinho” de R\$ 10 mil de um concessionário de restaurante, a semana começou sob o impacto do noticiário das milionárias contas na Suíça do atual presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), sem que houvesse a mesma indignação de há dez anos.

Pode-se gastar muita tinta e papel em debates sobre o porquê da letargia. O importante, porém, é estabelecer-se que Severino não poderia continuar. Nem Cunha deve se manter na cadeira que já foi de Severino — mas principalmente de Ulysses Guimarães —, depois de revelada a existência das contas, abastecidas por milhões desviados do esquema de corrupção instalado na Petrobras — salvo sólido desmentido do deputado.

Depois de todas as provas divulgadas, o mínimo que se espera é seu afastamento da presidência da Casa. Isso teria de ocorrer com o país na normalidade. E num momento como o atual, em que uma crise política turbinou a debacle econômica, o afastamento precisa ser ainda mais rápido.

O Congresso tem de estar a salvo de outras injunções para aprovar o que é necessário, a fim de que o país saia da turbulência, com o mínimo de danos. Mas, não. Oposição e a base fragmentada da situação se posicionam na questão Cunha de forma oportunista, para faturar dividendos.

No caso do PT, o deputado Luiz Sérgio (RJ), por exemplo, relator da encenação de CPI sobre a Petrobras, livrou Cunha nas suas conclusões, algo anedótico. Mesmo que o presidente da Casa tenha mentido na comissão, ao garantir não manter contas no exterior. Perjúrio omitido pelo petista na esperança de que Eduardo Cunha não deflagre um processo de *impeachment* contra Dilma. Por motivo oposto, a oposição também é leniente com o presidente da Câmara: torce para que o troco de Cunha no governo, a quem responsabiliza por seus problemas, sejam a aceitação de um pedido de impedimento e a consequente instalação da comissão especial para avaliá-lo.

Tucanos em geral e aliados fingem não saber que a própria legitimidade do ato será prejudicada por ter partido de um muito provável beneficiário do esquema de corrupção montado pelo lulopetismo na Petrobras. Além de outras gazuas.

É preciso cobrar do Legislativo que não vire as costas à sociedade. Ela está informada sobre as transações bilionárias e subterrâneas de desvios de dinheiro do Erário por meio do assalto a empresas públicas — Petrobras à frente —, de que se beneficiaram partidos, parlamentares, Cunha entre eles, militantes, executivos, empresários.

Isso não significa fazer qualquer juízo de valor dos pedidos de *impeachment* de Dilma. Tenham eles substância ou não, macula o próprio Congresso manter com o poder de decidir, não apenas sobre o impedimento da chefe do Executivo, mas também vários outros assuntos estratégicos para o país, alguém sob tantas suspeitas e evidências.

Editorial, O Globo, 4 de maio de 2016

Eduardo Cunha em curva descendente

Exemplo de pertinácia, sangue-frio e desprezo pelas instituições, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), começa a colher derrotas. Mestre no uso de regimentos e leis para protelar processos, na terça-feira ele já não conseguiu, como vinha fazendo há quatro meses, impedir que o Conselho de Ética começasse a processá-lo. Por quebra de decoro ao comparecer à CPI da Petrobras e garantir que não tinha contas no exterior. Não muito tempo depois, surgiram provas documentais da existência de tais contas.

Como é do seu perfil, Cunha promete ainda tentar reverter a decisão, cujo desfecho pode ser a cassação. Em outra derrota, esta mais séria, o Supremo, por unanimidade — por dez e não onze votos, porque o ministro Luiz Fux está em viagem — confirmou ontem a aceitação de denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de que o deputado Eduardo Cunha, por meio de extorsão, conseguiu pelo menos US\$ 5 milhões no esquema do petrolão, numa negociata envolvendo a contratação de navios-sonda pela Petrobras.

Por maioria de votos, também passa a ser processada a ex-deputada peemedebista Solange Almeida, hoje prefeita de Rio Bonito (RJ), acusada de ajudar Cunha ao assinar requerimentos que serviram para pressionar pelo menos uma empresa dona de navios oferecidos à Petrobras.

Agora, o presidente da Câmara passa a ser o primeiro réu com foro especial que foi apanhado pela Operação Lava-Jato. Este fato, de forma isolada, já deveria levar Cunha a renunciar à presidência da Casa e responder às acusações como simples deputado.

Como ele usa sem pudor prerrogativas da presidência da Casa em defesa própria, há sempre conflitos entre a pauta que interessa ao país e seus objetivos. Tem sido assim desde que ganhou a eleição para presidente da Câmara.

No caso do impeachment da presidente Dilma, ele agiu dentro dos limites legais do cargo quando aceitou o pedido. Mas contaminou a questão com a imagem de corrupto, construída a partir de fatos objetivos.

Não há como Eduardo Cunha tentar conciliar o cargo e a condição de réu em processo criminal no STF. E poderá vir outro, caso a Corte também aceite as acusações referentes a contas não declaradas que mantém na Suíça. Além disso, existe também o pedido da PGR

para que seja afastado da Mesa da Câmara. Sua legitimidade está corroída de forma irreversível.

Faz bem ao ambiente institucional Cunha ser declarado réu no STF. Porque contribui para combater o espectro da impunidade que passa a rondar a Lava-Jato, a partir das pressões do PT para, via Ministério da Justiça, manipular a PF na Lava-Jato, com o objetivo de preservar o ex-presidente Lula, convertendo-o num homem acima de qualquer suspeita. Típico de uma republiqueta de bananas.

Editoria, Zero Hora, 17 de Julho de 2015

Reação descabida

É evidente o tom de retaliação do senhor Eduardo Cunha, ao anunciar que a partir de agora deixa de ser aliado do governo, porque este teria participado de uma estratégia para desmoralizá-lo. Foi assim que, ao sentir atingido pela denúncia de um dos principais delatores que subtraíam recursos da Petrobras, o presidente da Câmara decidiu atacar o Executivo e insinuar até mesmo uma ruptura entre Legislativo e Executivo. Ora, Eduardo Cunha não é o Congresso e não pode ter a pretensão de dispor do importante cargo que ocupa para fazer ameaças. É um exagero que o deputado, fragilizado pelas investigações da Lava-Jato, considere-se um líder capaz de arregimentar a maioria dos colegas também para a campanha de desqualificação de outras instituições.

O peemedebista é apenas um presidente eleito por manobras corporativas e fisiológicas, num contexto de total desequilíbrio nas relações entre os poderes, como represália ao governo que até bem pouco tempo apoiava. Desde então, vem fazendo uso do cargo de forma quase arbitrária, recorrendo a truques regimentais para impor pautas e repetir votações. É absurda sua tentativa de responsabilizar o Planalto pela ação independente do Ministério Público e da Polícia Federal, até porque o próprio governo está, por seus prepostos na Petrobras, sob investigação.

O senhor Eduardo Cunha tem o direito de se defender e até questionar a prerrogativa da Justiça Federal de tomar depoimentos de delatores contra políticos. O que ultrapassa os limites do direito é o ataque generalizado aos que o investigam, como se o chefe de uma das casas legislativas tivesse o poder de controlar os atos de autoridades e de órgãos autônomos e independentes. O que os brasileiros desejam, ao fim dessa depuração dolorosa pela qual está passando a administração pública, é o fortalecimento das instituições, para que suas ações livrem o país dos maus políticos, estando eles no Executivo ou no Legislativo.

Editorial, Zero Hora, 21 de agosto de 2015

Situação insustentável

Mesmo consistente, a denúncia apresentada ontem pela Procuradoria-Geral da República contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por acusações de envolvimento em corrupção na Petrobras, não chega a se constituir num impedimento para sua permanência no cargo. Ainda assim, se for aceita pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o país passará a contar com um réu em processo criminal como o terceiro na hierarquia da República. Por isso, o parlamentar deveria atender aos apelos de vozes sensatas dentro e fora do Congresso para se afastar do cargo, sem prejuízo de seu amplo direito à defesa. O deputado foi denunciado juntamente com uma prefeita fluminense e o senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Mello (PTB-AL), com quem começou sua carreira política, e outros agentes públicos devem enfrentar em breve a mesma situação. Dias antes, o presidente da Câmara chegou a ser acusado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de ter usado o cargo em benefício próprio para tentar se livrar de denúncias. Um país já suficientemente tumultuado sob o ponto de vista político não pode continuar submetido a um dirigente político que tem por hábito atacar ao invés de se defender, pensando apenas em seus próprios interesses.

Sob o ponto de vista político, é improvável uma pressão maior de seus pares, numa Câmara em que 166 deputados são alvo de inquéritos e 36 figuram como réus em processos em tramitação. Resta ao país confiar no STF para um desfecho adequado para esse caso constrangedor, em que o próprio presidente da Câmara é denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro.

Editorial, Zero Hora, 6 de maio de 2016

O afastamento de Cunha

Vilão número 1 do país, suspeito de receber propina, obstruir a Justiça e mentir para seus pares e prestes a se tornar o primeiro na linha sucessória, o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), teve seu mandato suspenso ontem por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), chancelando liminar concedida pelo ministro Teori Zavascki. A medida cautelar, em caráter provisório, foi considerada “excepcionalíssima” pelos próprios ministros, mas está sendo celebrada por todos os brasileiros que viam o deputado peemedebista como símbolo de improbidade e corrupção. Acabou sendo, também, um recado constrangedor para a Comissão de Ética da Câmara, que desde dezembro vem embromando o país com o mais longo processo de cassação da história do legislativo, sem conseguir cumprir o papel para o qual foi criada e que justifica a sua existência.

As razões para a resistência ficam claras na própria decisão judicial, que cita o fato de o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, classificar o peemedebista de “delinquente”, acusando-o de “constranger, intimidar parlamentares, réus, colaboradores, advogados e agentes públicos com o objetivo de embaraçar e retardar investigações”. Mesmo subjugada pelo poder de quem usa o cargo em “interesse próprio”, a Câmara já deveria ter dado há muito tempo um desfecho a essa situação que não condiz com o grau de democracia do país.

Trata-se, afinal, de alguém que já era réu no STF, por unanimidade, por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, acusado de ter recebido propina no esquema de corrupção da Petrobras. Ainda que o parlamentar pudesse contestar todas essas acusações, nada o eximiria de ter mentido a seus pares sobre a existência de contas em seu nome e de familiares na Suíça, que depois acabariam se confirmando.

Menos mal que, diante da omissão inexplicável em relação ao responsável por processos decisivos para o país como o do impeachment da presidente da República, o Judiciário se mostre atento. Mesmo com a decisão do relator da Lava-Jato no Supremo, referendada ontem pelos ministros, o presidente da Câmara segue como deputado, com foro privilegiado, embora não possa exercer as funções parlamentares. Pelo menos, o país se livra do constrangimento de ver alguém com esse currículo no comando da Câmara e na iminência de assumir, interinamente, a presidência da República.

Espera-se, agora, que a decisão seja mantida e que outros parlamentares suspeitos de irregularidades também sejam investigados com rigor e celeridade, como exige a nação. Como bem disse o ministro Celso de Mello, ao sustentar seu voto ontem, práticas delituosas cometidas por homens públicos enfraquecem as instituições e comprometem os valores da democracia.